

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

JOSÉ CARLOS SILVÉRIO

ANTIESCRAVISMO E RACIALIZAÇÃO EM OURO PRETO (1871-1888)

Mariana

2012

JOSÉ CARLOS SILVÉRIO

ANTIESCRAVISMO E RACIALIZAÇÃO EM OURO PRETO (1871-1888)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História. Área de concentração: Poder e Linguagens, Linha: Poder, Espaço e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Pereira de Jesus

Mariana

Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP

2012

S587a

Silvério, José Carlos.

Antiescravidão e racialização em Ouro Preto (1871-1888) [manuscrito] /
José Carlos Silvério. - 2012.
124f.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Pereira de Jesus.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto
de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de
Pós-Graduação em História.

Área de concentração: Poder e Linguagens.

1. Escravidão - Teses. 2. Escravos - Emancipação - Teses. 3. Racismo -
Teses. 4. Linguagem - Teses. 5. Ouro Preto (MG) - Teses. I. Universidade
Federal de Ouro Preto. II. Título.

CDU: 326.8(091)(815.1)


Catálogo: sisbin@sisbin.ufop.br




José Carlos Silvério

“Antiescravismo e Racialização em Ouro Preto (1871-1888)”

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.


Prof. Dr. Orientador Ronaldo Pereira de Jesus
Departamento de História/UFOP


Profª Drª Cláudia Maria Ribeiro Viscardi
Departamento de História/ UFJF


Profª Drª Andrea Lisly Gonçalves
Departamento de História/ UFOP/

*Em nós, até a cor é um defeito. Um imperdoável mal de nascença, o estigma de um crime.
Mas nossos críticos se esquecem que essa cor é a origem da riqueza de milhares de ladrões
que nos insultam; que essa cor convencional da escravidão, tão semelhante à da terra,
abriga sob sua superfície escura, vulcões, onde arde o fogo sagrado da liberdade.*

Luiz Gama

Agradecimentos

A elaboração de uma dissertação é um trabalho penoso e angustiante. A sombra do fracasso e o peso do desânimo acompanham-nos do momento em que propomos um estudo e não se desfaz nem depois da defesa. O empreendimento é psicologicamente áspero, e é necessária uma renovação constante da confiança na pertinência da pesquisa e uma gestão satisfatória dos problemas diretos e indiretos que advém durante o percurso. O que reconforta, espiritual e intelectualmente, são as companhias, os incentivos e votos de confiança recebidos das pessoas das quais gostamos e admiramos. A confecção do trabalho é, em síntese, terrivelmente solitária, o impulso para executá-lo vem de muitas pessoas, constituindo uma energia solidariamente bela.

Tudo começou na chance de cursar graduação em condições minimamente decentes, oportunidade que me foi ofertada pelo Seixas e pela Dna. Anna. Esse apadrinhamento selou minha trajetória na universidade e conseqüentemente redefiniu as expectativas de futuro bastante limitadas que as privações e carências da infância e juventude permitiam que eu vislumbrasse. Pela chance ofertada sou-lhes eternamente grato. O apoio, os conselhos e a orientação fez com que eu deixasse de ser um menino sonhador e me transformaram em um homem, com responsabilidades e com capacidade de realização.

Ao Ronaldo. Orientador exigente e intelectual respeitador. Provocador e crítico contumaz que admira a capacidade intelectual mesmo daqueles de quem discorda. Aprendi com ele que não precisamos nos esconder atrás de títulos para sermos respeitados como pensadores. Ronaldo aceitou a incumbência burocrática de orientar a confecção de uma dissertação e fez muito mais. Ganhei um grande amigo, e sua orientação ultrapassou e muito o domínio da pesquisa. Muitas das experiências que compartilhou, e seus ensinamentos entraram indelevelmente para minha vida.

Sou grato às argutas observações com as quais Álvaro de Araújo Antunes brindou este trabalho na etapa do exame de qualificação. Agradeço imensamente à Andréa Lisly e Cláudia Viscardi por ter aceitado o convite para a defesa. Os incisivos e estimulantes apontamentos e sugestões deram-me condições de vislumbrar as possibilidades de desdobramento da reflexão elaborada, a começar pela alteração do título do trabalho.

À Capes pela bolsa.

Aos irmãos de lutas, sonhos e críticas que encontrei na universidade, representados aqui por: Rodolfo, Dalton, Rafael, Kaio, Diego, Pablo, Gilzinho, Giorgio e Max. Aos que estiveram ao meu lado na gestão do Centro Acadêmico História de Luta, minha estima, carinho e esperança que aquele ano de 2007 permaneça como um marco em suas vidas. Amigos e militantes, cada um a seu modo, saúdo todos que ao meu redor estiveram preocupados em conectar o conhecimento “científico” com as necessárias transformações pelas quais nossa miserável sociedade precisa urgentemente passar.

A todos os amigos pela tolerância, paciência, apoio e confiança: À Tati Sena, Lídia, Kelly Eleutério, Michele Carneiro, Fernando Mandinga, Indira, Túlio “Bagulho”, Lucas Reis, Glorinha, Juliana Ventura, Janete Flor de Maio, Erisvaldo, Juliana Sales, Vanessa “Pelega”, Sidnéia e família, aos meninos do CA de Filosofia (gestão 2007 e 2008), Elenice e Jorge, aos companheiros da República Sé, aos amigos da República Pocilga, com destaque para o Vinicius e Antônio “Tchuim” (raridade de ser humano). Aos queridos e dedicados trabalhadores do ICHS: Meire, Toninho, Sr. Euclides, Lindomar, Geraldinho, Bento, Jesus e tantos outros que em sua atividade diária praticam o mais profundo republicanismo, que é trabalhar seriamente pela coisa pública. Aos membros do NEAB, em especial à Kassandra que tem proposto reflexões e debates dos quais a UFOP há muito carecia, mas que custa a digerir, talvez porque não seja a ilha de democracia racial que imagina ser. Aos queridíssimos Lúcio e Luís pelas aulas no OPTC e exemplo de hombridade. À Rede Municipal de Paulínia, em especial aos amigos do Maestro, escola que me acolheu com muito carinho numa fase “crítica” do desenvolvimento da pesquisa. Ao pessoal da Seixas Empreendimentos, onde tudo começou, em especial à Telma, Alessandra, Alex e Michele.

À minha família pelo amor incondicional. Generosa e incentivadora sempre lutou muito e, à base de muito sacrifício, deu-me condições de concluir o ensino regular, o que abriu a porta para eu poder sonhar vagamente com o ensino superior. Dedico a vocês todo o pouco que até então realizei e tudo o que vier a realizar.

Agradeço imensamente à Sueli, não só pela companhia carinhosa e paciente, como pelo estímulo intelectual incessante. Proibiu-me de desistir, mesmo quando sentiu na pele, ao meu lado, que as condições da nossa vida forçavam o abandono da escrita em função das necessidades do trabalho. As tormentas profissionais castigaram-nos durante o desenvolvimento da pesquisa, mas a nossa parceria fez-nos fortes. Por tudo o que fez

para que eu concluísse essa etapa, sou-lhe extremamente grato. Pelo que estamos vivendo juntos nos últimos anos, não tenho como lhe agradecer!

SILVÉRIO, José Carlos. **Antiescravismo e racialização em Ouro Preto (1871-1888)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. 2012.

Resumo

Esta pesquisa pretende mapear as práticas discursivas presentes nos jornais publicados na cidade de Ouro Preto nas décadas de 1870 e 1880 que tenham tematizado o final da escravidão no Brasil. A análise procura captar os regimes e modos pelos quais a linguagem utilizada nos jornais tratou a questão da escravidão, dos escravos, dos negros e afrodescendentes em geral no momento em que a luta pela liberdade tomou novos impulsos a partir da Lei do Ventre Livre em 1871. Através do conceito de racialização discutimos a emergência de parâmetros e critérios sobre os quais se desenvolvia um novo traçado das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Escravidão; Abolição; Racialização; Linguagem; Ouro Preto.

SILVÉRIO, José Carlos. **Antiescravidão e racialização em Ouro Preto (1871-1888)**. Dissertation (M.A.). Federal University of Ouro Preto. Institute of Social and Human Sciences. Department of History. Graduation Program. 2012.

Abstract

This research aims to map the discursive practices present in newspapers published in the city of Ouro Preto in the 1870s and 1880s that have thematized the end of slavery in Brazil. The analysis seeks to capture schemes and ways in which the language used in newspapers dealt with the issue of slavery, slaves, blacks and African descent in general at the time that the fight for freedom took new impulses from the Law of the Free Womb in 1871 . Through the concept of racialization discuss the emergence of parameters and criteria on which it was developing a new line of social inequalities.

Keywords: Slavery, Abolition, Racialization; Language; Ouro Preto.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - O CAMPO DAS RELAÇÕES RACIAIS	21
RAÇA E ESCRAVIDÃO	21
OS ESTUDOS DAS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL	22
IDEOLOGIA E LINGUAGEM	34
HISTÓRIA E LINGUAGEM: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS	37
SOBRE AS FONTES	39
CAPÍTULO II - ANTIESCRATIVISMO E TEORIA DAS RAÇAS	41
ESFORÇOS DE MODERNIZAÇÃO	41
ANTIESCRATIVISMO OU DAS RAZÕES PARA ACABAR COM A ESCRAVIDÃO	44
NUANCES DO DEBATE SOBRE A ABOLIÇÃO: SENTIDOS RACIAIS DA MODERNIZAÇÃO	47
DEFORMAÇÃO DOS AGENTES OU DO SISTEMA ESCRAVISTA?	53
ABOLICIONISMO	54
O IDEÁRIO RACISTA DO SÉCULO XIX	60
ABOLICIONISMO E TEORIA DAS RAÇAS	64
CAPÍTULO III - DITOS E NÃO DITOS: ESCRAVIDÃO E RACIALIZAÇÃO	70
FRONTEIRAS DA ESCRAVIDÃO: PALAVRA E AÇÃO	70
ASSUNTO MACULADO E DIREITO DE PROPRIEDADE	74
ABOLIÇÃO, RAÇA E TRABALHO	78
ALFORRIAS E PATERNALISMO	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
BIBLIOGRAFIA	116

INTRODUÇÃO

Ao longo da existência da instituição da escravidão no Brasil, pouco se viu tentativas de legitimá-la tendo como base argumentações de base racial. Embora o caráter étnico-racial da escravidão moderna seja evidente, uma vez que a fonte do tráfico internacional de carne humana foi o Continente Negro, entre nós, no entanto, o direito de propriedade sempre figurou como o melhor escudo da classe senhorial.

Aqui, os que desejavam postergar ao máximo a hora final argumentavam principalmente com o ‘sagrado’ direito de propriedade e não com alguma forma de inferioridade biológica dos antigos habitantes das senzalas. Como não se argumentava com atributos naturais que habilitasse as peças brancas como eternas vencedoras, o ‘fardo da escravidão’ transformou-se na melhor justificativa para o imperativo de tutelar os beneficiários da liberdade, procedimento que exigia definir em novas bases as fronteiras e as hierarquias, de preferência sem alterar muito os antigos privilégios¹

No final do século XIX, contudo, os princípios liberais, o desenvolvimento do capitalismo e a ideologia do progresso passaram a impor constrangimento ao emprego da mão de obra escrava. Em várias partes do mundo protestava-se contra a sorte dos escravizados e celebrava-se a instituição do trabalho livre como elemento indispensável para o progresso material e social, ícones da civilização.

Não eram apenas as mentes liberais que levantavam vozes pela liberdade. O principal sujeito interessado no término da escravidão moderna era, obviamente, o escravizado. No Brasil, sobretudo na década de 1880, movimentos sociais ocuparam a vida pública com ideias e projetos a favor da abolição, nem sempre sob a liderança “heroica” do abolicionismo bacharelesco. Desde a década de 1980, a historiografia brasileira se debruça sobre o tema da abolição tentando desfazer a interpretação hegemônica dos contemporâneos, que identificavam o evento como produto da ação das elites e para as elites. Na versão oficial, escravos, forros e homens livres pobres, não tiveram qualquer participação relevante, tendo assistido a tudo resignados, “bestializados”. Hoje, no entanto, sabemos que

¹ALBUQUERQUE, Wlomyra R. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.15-16.

à revelia da vontade das elites políticas e econômicas, os escravos e os desclassificados em geral participaram ativamente da abolição, muitas vezes desafiando a própria liderança política e a ‘tranquilidade pública’, tão prezadas pelos fazendeiros, políticos e bacharéis do Império.²

Reconhecendo que a abolição deve ser sempre entendida como um evento multideterminado pela ação de sujeitos diversos, e que, portanto, portou vários sentidos, cabe aqui discutir alguns aspectos do abolicionismo das classes letradas. Para Emilia Viotti da Costa, as transformações sociais que se processaram no país durante o século XIX, sobretudo, depois da proibição do tráfico criaram condições para o aparecimento de uma nova categoria social, as classes médias. Essas classes intermediárias emergiram a partir do desenvolvimento econômico estrutural do país centrado no desenvolvimento das vias férreas, da urbanização, no aparecimento das indústrias, das companhias de seguro, dos organismos de crédito e no fortalecimento do comércio varejista. A classe média constituía-se basicamente de profissionais liberais como professores, advogados, médicos, engenheiros, etc.³ Segundo a autora, esse grupo social, em função das atividades que desenvolvia, possuía menos compromisso com a escravidão, servindo assim como suporte à ação abolicionista. A *visão social de mundo* manifesta por esse setor social fraturaria a ordem política e social mantida pelas tradicionais elites agrárias do Império.

O abolicionismo das classes médias contou com a colaboração de negros, mestiços, livres e/ou alforriados, e até mesmo dos escravos. Figuras do panteão nacional do abolicionismo como Luís Gama, José do Patrocínio, André Rebouças, Quintino de Lacerda eram todos afrodescendentes. Contudo, o tema racial não se constituiu como o mote da questão abolicionista. A abolição da escravidão foi predominantemente encaminhada como um problema socioeconômico. Isso não quer dizer que o tema da raça não tenha vindo à tona.

Quando a crítica à instituição servil começa a ser estendida à opinião pública florescente, a literatura ocupou lugar de destaque. Desde meados do século, a escravidão foi condenada através da literatura, encontrando em Castro Alves o mais vigoroso e contundente protesto.

² MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico**: os movimentos sociais na década da abolição. 2ª Ed. Rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, São Paulo: Edusp, 2010. p.227-228.

³ COSTA, Emilia Viotti. **Da senzala à colônia**. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p.489.

Uma das publicações que auxiliaram na formação de uma opinião pública crítica à existência da escravidão e suas consequências foi a obra *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães. O poeta e romancista mineiro nasceu em Ouro Preto em 1825. Em 1852 bacharelou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. No final do século XIX, vivendo em Ouro Preto, o escritor integrou as hostes abolicionistas da capital mineira⁴.

Em 04 de outubro de 1881, por ocasião da comemoração do decentenário da Lei do Ventre Livre organizou-se uma reunião na qual teve lugar diversas atrações, incluindo uma representação teatral e a execução de um hino com acompanhamento de orquestra. O hino cantado era de autoria de Bernardo Guimarães e celebrava a lei de 1871 da seguinte forma:

Quebrou-se a tremenda algema
Que o pulso do homem prendia;
E resolveu-se o problema,
Que tanto horror infundia.
Esta data gloriosa
Em letras de ouro grava;
- Em nossa pátria formosa
Não nasce mais prole escrava!...

É pois sincera homenagem
Rendamos ao grande vulto
Que aboliu a escravatura
E merece o nosso culto.
Esta data gloriosa
Em letras de ouro grava:
- Em nossa pátria formosa
Não nasce mais prole escrava!...

A esse nome querido
Deve o Brasil gratidão;
No solo da pátria livre
Aboliu a escravidão!...
Esta data gloriosa
Em letras de ouro grava:
-Em nossa pátria formosa
Não nasce mais prole escrava!...

Graças também ao monarca,
Nobre, puro, inteligente,
Da aliança santa arca,
Do Brasil chefe eminente.
Esta data gloriosa
Em letras de ouro grava:

⁴ COTA, Luiz Gustavo Santos. **O Sagrado Direito da Liberdade**: escravidão, liberdade e abolicionismo em Ouro Preto e Mariana (1871 a 1888). Dissertação de mestrado apresentada ao PPGH da UFJF. Juiz de Fora, 2007. p.73-74.

-Em nossa pátria formosa
Não nasce mais prole escrava!...⁵

Embora estivéssemos ainda distantes da abolição completa e sem indenização, a peça antiescravista do poeta mineiro parece ter sido escrita após 1888, tamanho o entusiasmo e confiança na lei de 1871. Sentimentos que estavam em contradição com aquilo que as lideranças abolicionistas da Corte estavam a manifestar após a retomada da campanha abolicionista, que desde 1878, sob a liderança de Joaquim Nabuco, apresentavam no parlamento suas insatisfações quanto aos efeitos práticos da Lei do Ventre Livre.

Sobre a poesia do escritor mineiro, a última frase de cada estrofe sintetiza uma ambiguidade curiosa presente no ideário abolicionista nacional. Não resta dúvida que os dizeres “Não nasce mais prole escrava!...” era um vaticínio notoriamente abolicionista e uma espécie de palavra de ordem contra a escravidão. Cabe discutir, no entanto, o fato de que em alguns casos a militância antiescravista não só trabalhou pelo término da escravidão como também vislumbrava, simultaneamente, a diminuição da presença de afrodescendentes no país. Isso porque a palavra, negro, escravidão e escravo constituíram-se em signos intercambiáveis no vocabulário usado para debater o assunto⁶. A intenção de proporcionar uma transição para o trabalho livre com a mão-de-obra estrangeira europeia passou a significar, dentro de alguns círculos abolicionistas, a condição para que o país pudesse entrar pela porta da frente no rol de nações plenamente civilizadas.

Foi comum entre os abolicionistas a associação entre os males da escravidão e inferioridade racial dos negros. De modo que é necessário perscrutar as propostas de superação da escravidão sempre tendo por base o planejamento sócio-racial vislumbrado pelos proponentes. Como observou Célia Maria Marinho, é equivocado tratar o tema da transição do trabalho escravo para o trabalho livre sem mencionar a questão racial subjacente, que no final do século XIX pautaram a agenda política⁷. Para tanto, é necessário verticalizar a análise sobre cada projeto, ideia ou proposta relacionada ao tema da escravidão para conhecer o corte racial que ela revela.

⁵ **A Actualidade**. Ouro Preto, 04 de outubro de 1881. APM. p.2.

⁶ Ver: MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

⁷ MARINHO, Célia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites século XIX. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2004. p.54.

No caso de Bernardo Guimarães, é importante observar a maneira como esse lidou com o tema da escravidão em um das suas principais obras de orientação abolicionista, *A Escrava Isaura*. Através da história de Isaura, o romance critica os horrores da escravidão pelas situações de cerceamento às quais a protagonista escrava estava submetida. No entanto, Isaura não era uma escrava “comum”. Isaura era uma escrava branca, uma “bela e nobre figura de moça” de tez tão alva quanto o “marfim do teclado”, acrescida de uma nuance delicada “que não sabereis dizer se é leve palidez ou cor-de-rosa desmaiada”. Isaura aparece retratada como sendo formosa e “de cor linda, que ninguém dirá que gira em tuas veias uma só gota de sangue africano”.⁸

Embora existam relatos demonstrando a existência de escravos brancos no Brasil⁹, no final do século XIX, a associação entre escravidão e negros torna-se bastante forte, quase orgânica, o que dá realce especial à criação de Bernardo Guimarães. Sua crítica à escravidão tomou como base uma situação bastante improvável e incômoda em que uma pessoa branca, bastante bela, fora reduzida aos horrores da escravidão, com especial destaque a promiscuidade inerente ao sistema, em que senhores pervertidos forçavam suas escravas a manterem consigo relações sexuais. Pareceu ao autor, supomos, que, ao submeter ficticiamente uma mulher branca e bela à instituição, sua denúncia pareceria mais contundente. Ora, se por um lado a escravidão era uma condição histórica do negro, tamanha não seria a repulsa de seus leitores quando se deparassem com uma bela jovem branca “de cândido sorriso” submetida às mesmas condições de uma escrava “normal”.

Mesmo buscando esse efeito, para não provocar sobressaltos à moralidade senhorial, o autor fez questão de amenizar as agruras do cativeiro de Isaura. Em determinado trecho do romance, a senhora censura o canto de lamento de Isaura lembrando-a que sua condição não a impediu de ter uma vida que faria inveja a muita gente livre. Dirigindo-se à Isaura, diz Malvina:

Gozas a estima de teus senhores. Deram-te uma educação como não tiveram muitas ricas e ilustres damas que eu conheço. És formosa, e tens uma cor linda, que ninguém dirá que gira em tuas veias uma só gota de sangue africano¹⁰.

⁸ GUIMARÃES, Bernardo. *A escrava Isaura*. 1ª ed. 1875. São Paulo: Editora Três, 1973. p.31-32.

⁹ “Em setembro de 1886, a Princesa Isabel, herdeira do trono do Brasil, oficiou na libertação de dois jovens brancos ‘bem vestidos’ numa cerimônia realizada no Rio de Janeiro”. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p.14.

¹⁰ GUIMARÃES, Bernardo. Op. cit., 1973. p.31-32.

O perfil racial de Isaura tem como contraposto direto os seus colegas de senzala, os afrodescendentes. O argumento do romance consiste em estabelecer a incompatibilidade da beleza alva de Isaura à sua condição, mesmo que carregada de privilégios. Como diz Malvina, sensível à triste sorte de sua escrava: “é uma vergonha que uma rapariga como tu se veja ainda na condição de escrava”¹¹. Os dois elementos que tornam insólito o cativo de Isaura são sua beleza e sua educação esmerada.

Essas constatações ficam mais evidentes quando surgem as caracterizações das colegas de cativo de Isaura. Em um de seus intermináveis lamentos Isaura pensa:

- Ah! Meu Deus! [...] nem aqui posso achar um pouco de sossego!... Em toda parte juraram martirizar-me!... Na sala, os brancos me perseguem e armam mil intrigas e enredos para me atormentarem. Aqui, onde entre minha parceiras que parecem me querer bem, esperava ficar mais tranquila, há uma, que por inveja, ou seja lá pelo que for, me olha de revés e só trata de achincalhar-me. Meu Deus! Meu Deus!... Já tive a desgraça de nascer cativa, não era melhor que tivesse nascido bruta e disforme, como a mais vil das negras, do que ter recebido do céu estes dotes, que só servem para amargurar-me a existência?¹²

Como se vê, Isaura está em um entre-lugar em uma sociedade rigidamente hierarquizada, o que nas suas falas aparece como a principal fonte de seu pesar, da sua angústia. A expressão “os brancos” poderia assumir, no mínimo, mais dois sentidos: o de livre e de senhores. Isaura queixa de que se “os brancos” a perseguem, não se passa diferente com suas parceiras que por razão desconhecida também a perturba. O desfecho de seu desabafo conjuga uma avaliação das relações raciais da sociedade escravista de modo profundamente racializado. A aparência física é associada de maneira direta à personalidade uma vez que a “mais vil das negras” é, quase que necessariamente, bruta e disforme. Enquanto ela vive angustiada por ter recebido de Deus uma aparência que não se coaduna com o cativo. Será que a negra “vil”, “bruta” e “disforme” teria do que se queixar em se tratando de cativa?

Para explicitar o desarranjo do perfil racial de Isaura com o lugar que por desgraça ela ocupava, um dos seus pretendes assim a consola:

dói-me deveras dentro do coração ver aqui misturada com esta corja de negras beíquidas e catungentas uma rapariga como tu, que só merece pisar em tapetes e deitar em colchões de damasco.¹³

¹¹ Idem. p.33.

¹² Idem. p.80.

¹³ Idem. p.81.

O libelo antiescravista de Bernardo Guimarães contém fortes indícios de como o autor percebia as relações raciais e os lugares sociais na sociedade escravista brasileira. A estratégia adotada para denunciar a escravidão foi propor aos seus leitores um exercício de imaginação através de uma situação onde uma exceção social teria lugar, uma pessoa branca escrava numa luta contra os desafios que a escravidão impõe. O autor não buscou retratar com cores realistas as condições de vida de um escravo no Brasil da época e a questão da escravidão é bastante metafórica, já que a escravização de Isaura é praticamente as peripécias que sofre até poder escolher seu parceiro.

O romance *A escrava Isaura* é uma obra em que se encontram alguns indícios das relações existentes na sociedade escravista do final do século XIX entre cor da pele e lugar social. São relações como essa que essa pesquisa persegue na perspectiva de delinear o fenômeno da racialização. Racialização é o processo que estabeleceu paulatinamente um vínculo naturalizante e essencializado entre subalternidade e aparência física no Brasil, processo esse vinculado ao desmonte da instituição escravista, em que negro foi sinônimo de escravo. Se o racismo como um conjunto extenso e variado de práticas discriminatórias e excludentes é uma instituição perene da cultura do país, a racialização é seu processo instituinte.

Portanto, a palavra de ordem emitida por Bernardo Guimarães “Não nasce mais prole escrava!...” deverá sempre ser examinada como uma sentença que contém sentidos sobrepostos. Como procuraremos demonstrar através dos debates veiculados pela imprensa mineira sediada em Ouro Preto, muitos dos que lutaram contra a escravidão não confiavam que os negros podiam ser agentes civilizadores. A escravidão deixou de existir formalmente em 1888 e golpeou a moralidade escravocrata uma vez que removeu o dispositivo institucional que respaldava o trabalho forçado e os desmandos da classe senhorial. Contudo, o ocaso da escravidão não transformou a estrutura de classes, ao passo que emergia com mais clareza uma concepção racializada das relações sociais.

Durante o processo de desmoronamento do sistema escravista houve algumas alterações nos fundamentos que estruturavam as relações verticais naquela sociedade, sobretudo, quando pensamos que somada a sobrevivência das formas de sujeição tradicionais, são acrescentados aqueles novos conteúdos provenientes de uma leitura racializada das posições sociais. Novas disposições mentais coletivas são erigidas para

ler a paisagem hierárquica, organizando os lugares nessa sociedade, e nossa intenção foi tentar empreender essa análise a partir da imprensa ouropretana.

Para realização das análises, no primeiro capítulo esquadrimos as linhas mestras do campo de estudos das relações raciais no Brasil. O mapeamento dos estudos foi importante para pontuar sua produtividade e riqueza, sugerindo assim algumas ferramentas analíticas e caminhos para os desdobramentos da pesquisa.

No segundo capítulo discutiremos a convivência entre as teses antiescravistas e o ideário racista no Brasil na segunda metade do século XIX. Muitas foram as tensões de ordem racial observadas nos discursos antiescravistas manifesto pela imprensa da capital mineira. Através das discussões travadas em torno das reformas graduais que marcaram a extinção da escravidão presentes nos jornais buscaremos compor as diversas visões e/ou versões através das quais o negro e suas condições foram representados nos periódicos. Interessar-nos, portanto, os modos como se falou da condição negra na capital mineira em face da iminente abolição da escravidão.

No último capítulo, perseguimos as representações do escravo, do negro e da escravidão em diferentes secções dos periódicos consultados. Tentaremos apurar qual foi a situação em que o negro, escravo, liberto ou simplesmente afrodescendente, se viu na medida que se acirrava os embates pela liberdade formal do cativo. Dentro do nosso recorte temático, tentaremos inventariar, interpretar e explicar as relações entre os textos publicados e as realidades contextuais nas quais eles emergiram. Sem pretender provar ou comprovar o que se veiculou nesses periódicos, a intenção é identificar tendências, formas de tratamento e dissonâncias expressas nas várias representações construídas sobre o negro e sua situação de vida naquele período.

Uma palavra ainda faz-se necessária sobre o tratamento desses fragmentos que pretendemos dar a forma de um mosaico. Valores, normas, doutrinas, preceitos e conceitos expressos nesses textos não serão aqui entendidos como produtos de uma dada realidade cuja instância produtora seriam estruturas econômicas e sociais, sua vida e substância. Menos do que reflexos de uma dimensão determinante da realidade, esses textos serão tomados como parte indissociável dessas estruturas que não são totalmente coerentes e passíveis de uma apreensão definitiva, mas que pode ter alguns de seus contornos conhecidos. Suspende-se aqui a ideia de determinação em última instância e passemos a considerar os textos como práticas sociais e não como epifenômenos ou produtos acidentais de uma realidade genuína ou substancial. Afastando-se de uma

leitura do processo histórico condensada no princípio mecânico causa-efeito buscamos entender os textos como práticas sociais que originadas em um contexto social do qual são produtos não deixam de produzir novas realidades. Essa natureza instável de produto e produtor é o que tem feito as realidades linguísticas serem objeto amplo de novas pesquisas.

Por fim, o intuito aqui é delinear os principais aspectos das práticas discursivas presentes na imprensa que expõem as representações do escravo, da escravidão, da África. Nossa intenção é discutir os regimes de construção e operação das imagens que se projetaram sobre o negro nas últimas décadas do oitocentos nos jornais que circularam na capital de Minas.

CAPÍTULO I

O campo das relações raciais

Raça e escravidão

A associação do racismo à escravidão moderna é uma constante nos estudos das sociedades que submeteram africanos e seus descendentes ao trabalho escravo. No entanto, indicações precisas sobre os nexos mais específicos que associam esses dois fenômenos ainda não são bem conhecidos. “A escravidão gerou o racismo” é um juízo genérico que pouco elucida os diversos contextos em que foram construídos critérios que identificaram a cor da pele como signo de subalternidade. Os processos de estruturação e manutenção das hierarquias sociais amparadas nas idéias de raça ainda precisam ser examinados em suas diversas dimensões, espaços e tempos históricos¹⁴.

Para o estudo de fenômenos híbridos e multifacetados, como é o racismo, organicamente associado à idéia de raça, faz-se necessários alguns discernimentos prévios. Em primeiro lugar, o conceito de raça aqui empregado não possui viés biológico. É um critério de classificação política e social que, durante um determinado prazo, gozou de enorme prestígio científico, com ampla difusão e penetração social. O segundo ponto a elucidar refere-se ao fato de o racismo, uma das consequências diretas da aplicação do conceito de raça, será por nós entendido como uma ideologia (poder e dominação que se faz sentir a partir de discursos de naturalizações e essencializações).

A idéia de raça e suas consequências são fenômenos históricos e políticos. Sua concepção científica, hoje amplamente recusada nos círculos acadêmicos, constituiu uma realidade histórica que buscaremos reconstituir. O racismo como ideologia, um dos produtos (não o único), do conceito científico de raça dos séculos XIX e XX, atravessou o tempo e seu poder de pautar as relações interétnicas ao redor do globo pode ser

¹⁴ Desde a década de 1970, a historiografia norte-americana vem explorando as historicidades dos processos de abolição da escravidão no mundo Atlântico. Ver: SCOTT, Rebecca J. **Emancipação escrava em Cuba**. Trad. Maria Lúcia Lamounier. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Editora da Unicamp, 1991. COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. **Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedade pós-emancipação**. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

amplamente atestado no nosso tempo. Reconhecer a validade da idéia de raça não significa identificar a permanência de um sentido específico entre os vários significados que o conceito assumiu. Houve metamorfoses e ressignificações às quais o conceito foi submetido.

Mesmo os movimentos sociais negros admitem o uso estratégico do conceito de raça, com o acréscimo semântico da ideia de etnia. Um exemplo é o daqueles que fazem a luta global anti-racista evocando a idéia de raça. Eles acreditam na possibilidade de utilizar um dos principais artifícios da dominação racial para despertar as consciências dos grupos excluídos. A pretensão é partir de uma realidade nociva e de uma idéia conhecida para daí unificar experiências de exclusão e amalgamar estratégias de luta. Vê-se, portanto, um amplo conjunto de mudanças e apropriações do conceito de raça em íntima conexão com diferentes momentos históricos e lugares específicos. Hoje a idéia de raça porta imensa versatilidade e densidade semântica.

Para apurar a análise convém deslindar os embaraços que cercam o problema da análise das relações raciais nas diferentes regiões do Brasil e suas historicidades. Nesta pesquisa, o propósito é apreender alguns aspectos da dinâmica das relações raciais em Minas Gerais nas últimas décadas do século XIX. Nosso intuito foi analisar como o problema nacional da diversidade sócio-racial do país foi objeto de discussões e deliberações na imprensa ouro-pretana. A partir da imprensa mineira sediada na capital provincial, buscamos captar quais foram os sentidos, significados e encaminhamentos gestados para lidar com a questão do final da escravidão em Minas.

Para a realização da pesquisa, traçamos um panorama dos marcos referenciais do campo de estudo das relações raciais, suas interfaces com a questão da ideologia e o papel da linguagem na estruturação das hierarquias e do exercício do poder.

Os estudos das relações raciais no Brasil

A emergência dos estudos científicos da raça deu-se no contexto europeu após as guerras napoleônicas e em meio à unificação dos Estados alemão e italiano. Os vínculos existentes entre as teorias das raças e a constituição dos Estados Nacionais eram estratégicos para consolidar os planos de homogeneização do corpo social. A tarefa de construir uma nação portadora de passado e destino sintonizados com as dinâmicas

políticas e sociais daquele tempo significou a seleção de tradições, grupos sociais, caracteres fenotípicos, línguas e a criação de uma origem comum remontando a tempos imemoriais ou míticos. A realidade da nação aspirada devia ser tão orgânica que a biologia e a cultura foram fundidas conferindo à idéia de nacionalidade um estatuto naturalizante e essencialista, que por sua vez requereria um arranjo político compatível. No processo de seleção dos ícones que comporiam o repertório comum da nação, os elementos culturais e grupos “não aproveitados” dentro do escopo do esforço homogenizante foram, via de regra, marginalizados, sendo esses grupos étnicos transformados em “minorias nacionais”.

O cenário americano era de países independentes perseguindo a modernização. O regime de trabalho escravo estava lentamente sendo extinto e os temas da agenda pública pautavam a transformação da reorganização trabalho à luz das concepções liberais. Embora seja possível associar os grupos resistentes ao avanço das ideias liberais e, portanto, conservadores, às teses do determinismo racial e da hierarquia entre as raças, a crença, cientificamente avalizada, de que as raças brancas europeias eram superiores a negros e não brancos em geral foi hegemônica. Os debates da imprensa mineira, por exemplo, dão a ver proposições muito matizadas com encaminhamentos diversos sobre os dilemas raciais existentes no Brasil, especialmente em Minas.

Discutiu-se muito sobre as especificidades dos atributos raciais das raças brancas provenientes da região central da Europa procurando conhecer as mais aptas a viver no Brasil. Os mais inteirados nos assuntos teóricos da raciologia indentificavam várias subdivisões dentro dos grupos raciais, mesmo no seio da raça branca. Contudo, não houve dúvidas da sua supremacia intelectual e, como se dizia na época, “industriosa” do macrogrupo da raça branca sobre o conjunto das raças negras e não brancas. O imaginário das diferenças e hierarquias entre as raças era predominante pelo menos entre os grupos letrados nas últimas décadas do século XIX a ponto de ter sido comum, mesmo entre insuspeitos antiescravistas e fervorosos abolicionistas, a convicção da inferioridade dos negros escravizados.¹⁵

O Brasil encontrava-se há muito às voltas com a então chamada questão do elemento servil, e a Guerra do Paraguai ampliou as dimensões do problema. Solano

¹⁵ Ver: SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

López, o general paraguaio, ameaçou rebelar os escravos brasileiros, gesto esse que intranquilizava os senhores. O plano paraguaio contava com muitos obstáculos uma vez que as zonas de maior concentração de escravos estavam afastadas da região do conflito. Mas a ameaça evidenciou que a escravidão poderia desestabilizar o Império convertendo-se em um elemento de vulnerabilidade estratégica, nas palavras Wilma Peres Costa, “como questão que extrapolava a esfera do poder privado para se converter em uma questão que afetava a segurança do Estado e da Nação”.¹⁶ Ademais, conforme ressalta a autora:

a natureza da guerra – o enfrentamento com um exército de conscrição universal – fazia ressaltar na escravidão a causa fundamental do despreparo militar do Império e da inferioridade de seu exército perante o do inimigo. Ela frustrava os esforços de recrutamento, não apenas porque não podia se armar os escravos, mas porque impedia a participação de grande contingente de homens livres, ocupados em manter a disciplina no interior das fazendas, e também da Guarda Nacional, a força oligárquica mantenedora da ordem, particularmente refratária nas províncias com grande concentração de escravos, como Minas Gerais e São Paulo. É, portanto, a contradição entre o sistema escravista e a existência de um exército profissional de caráter nacional que emerge a consciência da oficialidade militar a partir da Guerra da Tríplice Aliança.¹⁷

A necessidade de controle permanente da ordem escravista que consumia os recursos humanos do país em favor da propriedade dos senhores era incompatível com as demanda de profissionalização que o exército assumia naquele tempo. Durante os combates, a existência da escravidão fez nascer um profundo questionamento acerca das pretensões modernizadoras do país: como erguer-se como nação civilizada com uma população cindida entre livres e escravos? Evidenciou-se naquele momento que a nação que combatia no front era vulnerável internamente, submetida, inclusive, à ameaça de um inimigo interno.

Imediatamente após o término da Guerra, o governo brasileiro reiniciou as reformas graduais para acabar com a escravidão, demonstrando a importância do episódio para aquelas medidas. Gradualmente, a partir da década de 1870, as elites políticas passam a entender a extinção do trabalho escravo como uma das medidas para

¹⁶ COSTA, Wilma Peres. **A espada Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império**. São Paulo: Editora Hucitec; Editora da Unicamp, 1996. pp.298-299.

¹⁷ Idem.

tornar a nação viável, o que seria possível apenas com uma comunidade de cidadãos, sem os entraves que significavam a existência da escravidão.¹⁸

Se a abolição converteu-se em matéria de primeira ordem para o destino nacional, outro obstáculo existente era a nossa composição sócio-racial. A questão suscitava muitas indagações: como constituir uma nação em um território habitado predominantemente por ex-escravos e mestiço? Poderiam ser satisfeitas as aspirações civilizatórias com a população aqui disponível?

A intelectualidade brasileira precisou fazer frente ao debate em curso que postulava que a nação é uma expressão do patrimônio genético dos seus membros. Pensar o destino do país significou enfrentar sua questão científica mais importante: o da raça mestiça. Esses debates colocaram Silvio Romero e João Batista de Lacerda de um lado e Raimundo Nina Rodrigues do outro, todos exprimindo “cientificamente” suas considerações sobre a viabilidade do Brasil como nação tendo em vista sua composição sócio-racial. Os primeiros apostando na mistura de grupos raciais para a saída do impasse que vivíamos, apoiados na tese de que os caracteres genéticos da raça inferior seriam superados pelos da raça superior. A então chamada “depuração do sangue negro” seria possível pela inserção de brancos no território desde que esses estivessem dispostos a se misturar com negros e mestiços. Por outro lado, o médico antropólogo maranhense Nina Rodrigues era cético em relação à mistura por considerar que os caracteres inferiores eram atávicos e que, portanto, a mistura era sinônima de degeneração, acompanhando os sentidos que os europeus emprestaram a idéia de mestiçagem.¹⁹

A expressão “caldeamento das raças” sintetiza, no plano científico, o projeto político de embranquecimento do Brasil. No contexto de reorganização do trabalho após a abolição da escravidão a imigração foi vista como uma alternativa econômica e racial para satisfazer o projeto de nação republicana. Para nortear a execução desse “projeto” houveram debates públicos sobre qual deveria ser o perfil do agente externo que viabilizaria uma conformação sócio-racial do Brasil alinhado aos parâmetros civilizatórios vigentes. Uma intrincada hierarquia dos grupos raciais era continuamente

¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p.58.

¹⁹ SCHWARCZ, Lília M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; SKIDMORE, Thomas. Op. Cit., 1976.

discutida para subsidiar a política de imigração. O negro, invariavelmente era a base e a raça ariana o topo.

O que se apreende desse breve esboço sobre a constituição dos estudos das relações raciais no Brasil é que enquanto progrediam as lutas dos escravos em prol da sua liberdade, constituía-se um corpus de estudo cujo negro figurava como um dos objetos principais. No momento em que a saída do cativo ampliava as margens de liberdade do ex-escravo, as teorias racistas previam uma abordagem dos grupos raciais de cunho determinista, privando os indivíduos de liberdade e autonomia, uma vez que unificava atributos morais, físicos e psicológicos. A convivência do liberalismo com o pensamento racial será uma das principais tensões dos primeiros anos do Brasil republicano.

Na década de 1930 veio a público a obra de Gilberto Freyre, *Casa-Grande e Senzala*, impactando de forma decisiva os estudos e a abordagem política da questão racial brasileira. Seu ensaio de interpretação do Brasil fugiu do paradigma do determinismo racial. Discípulo do antropólogo Franz Boas, Freyre construiu uma explicação do país em que recusou o pessimismo racial que nos condenava. Abandonou o ideal de embranquecimento e através do conceito de cultura pensou na formação da sociedade brasileira como um processo de mestiçagem.

Em *Casa Grande & Senzala* se sobressai uma visão nostálgica e positiva das relações entre negros, brancos e indígenas. Essa imagem idílica projetou uma imagem do Brasil no exterior como um caso exemplar de relacionamento inter-racial. Em muitas das descrições e análises de Freyre sobre nossa formação mestiça está presente um cenário que foi batizado de democracia racial, retrato harmonioso, tolerante, ausente de conflitos, preconceitos ou discriminações de base racial entre os brasileiros. Freyre que teve passagem pelos Estados Unidos e contato com um racismo institucionalizado viu no Brasil o reverso do que vivenciou no exterior. Recompôs uma auto-imagem do Brasil cultivada há muito pelos senhores de escravos acerca da docilidade da nossa escravidão.²⁰

As conclusões de Gilberto Freyre abriram um ciclo internacional de investigações sobre as relações raciais no Brasil. Embora as primeiras décadas do século XX terem sido

²⁰ FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1992. PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **Gilberto Freyre**: um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

marcadas pela crescente organização dos movimentos sociais negros, que passaram a produzir uma denúncia estrutural do racismo nacional atávico, o Estado brasileiro adotou progressivamente a partir de 1930 a definição de Brasil presente em Casa-Grande & e Senzala. Muito contribuiu para isso o programa estético e cultural do modernismo brasileiro, que propôs um conceito de nação nacional e popular, abrindo possibilidade de pensar o país a partir das suas essências endógenas. As variantes não padrão do português falado, a capoeira, o samba perderam, paulatinamente, o estigma da inferioridade e ganharam *status* de símbolo nacional.

O imaginário da democracia racial confrontado com as volumosas manifestações de protesto do movimento negro organizado em torno da Frente Negra Brasileira na década de 1930 suscitaram pesquisas sobre a composição sócio-racial do Brasil fora dos quadrantes da ciência biológica. Neste sentido, foi pioneira a pesquisa de Donald Pierson realizada na Bahia na década de 1930. Seu objetivo era avaliar as atitudes raciais dos baianos a partir da observação participante e de entrevistas. Sua conclusão foi de que o Brasil possuía uma sociedade multirracial de classes, cujas várias faixas dos estratos sociais eram perpassadas por indivíduos de diferentes atributos raciais. Considerou inadequado pensar no Brasil em termos de preconceito racial, embora tenha notado a presença da noção de raça entre nós. Manifestações preconceituosas de cunho racial eram notadas em casos isolados, sendo, portanto, errôneo tomá-lo como um dado estrutural. Em contraposição, Pierson verificou a existência de um forte preconceito de classe. Desse modo, reiterando as posições de Gilberto Freyre, Donald Pierson reafirmou a existência de uma democracia racial e apontou que aquelas atitudes que negros tomavam por preconceitos raciais eram na verdade preconceitos de classe.²¹

A partir da segunda metade da década de 1940 a auto-definição de nação assumida pelo Estado brasileiro iria começar a sofrer desgastes. Depois do holocausto, a sociedade multirracial brasileira atraiu olhares do mundo todo, vendo aqui um quadro exemplar para o exercício da tolerância e convívio pacífico entre raças e etnias. Apesar de alguns contrapontos isolados, a imagem onírica da democracia racial brasileira havia corrido o mundo, que estava procurando alternativas para superar a tragédia internacional patrocinada pela idéia biológica de raça²². Refletindo essas expectativas

²¹ PIERSON, D. **Branços e pretos na Bahia**: estudo do contato racial. São Paulo: Nacional, 1942. Ver também: GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

²² É necessário destacar a atuação de Arthur Ramos à frente do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO a partir de 1949 quando confeccionou um plano de trabalho no qual previa estudos sociológicos

internacionais, a UNESCO fomentou a realização de pesquisas no Brasil sobre a experiência brasileira das relações raciais.

De orientação teórica marxista, o sociólogo baiano Luiz de Aguiar Costa Pinto, ex-aluno de Artur Ramos foi um dos convidados a compor um fórum de discussões sobre raça organizado pela UNESCO. A compreensão de raça e relações raciais de Costa Pinto afastava-se completamente das ciências biológicas, sendo resultado das estruturas das relações sociais. Dos fóruns da UNESCO surgiu uma agenda de pesquisa internacional incluindo o Brasil. Foi o início do ciclo de estudos UNESCO, que contou com a participação do próprio Luiz de Aguiar Costa Pinto, Roger Bastide, Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Thales de Azevedo, Charles Wagley, René Ribeiro, Marvin Harris e outros.

Na obra de Costa Pinto a questão racial está diretamente relacionada ao processo de modernização do país, com destaque para a estratificação social. Recusou de modo firme tratar a população negra de modo homogêneo do ponto de vista social. No Rio de Janeiro, onde sua pesquisa foi realizada, identificou negros de elite e negros proletários. Os negros proletários estavam mais integrados às matrizes culturais consideradas marcadamente negras (samba e/ou as religiões de base africana, entre outras), mas viam-se como povo, de modo indistinto. Já os negros de elite em processo contínuo de organização estavam a reivindicar ascensão social coletiva pautada na consciência de serem negros construídos equipamentos culturais e realizando eventos de corte racial. Para Costa Pinto, o problema racial evidente naquele tempo era recente e decorrente da ascensão social de negros que passaram a disputar posições sociais até então vedadas a negros. Quando a dinâmica da mobilidade social em um contexto liberal passou a interromper a escalada de pessoas de ascendência africanas a postos de prestígio na sociedade brasileira despontou a questão racial. A conclusão do seu argumento era de que era inócua a estratégia de canalizar as insatisfações do negro proletariado para as demandas de ordem racial já que este público escapava desse sentimento de pertença, identificando-se mais como povo. Dessa maneira, o sociólogo admitia a questão racial, mas não a considera uma variável significativa dos dilemas brasileiros da modernização

e antropológicos no Brasil. Embora reconhecesse as profundas desigualdades entre negros e brancos e a existência do preconceito de cor, Ramos acreditava que o Brasil era um “laboratório de civilização” que havia encontrado a solução mais humana e promissora para a mistura das raças e culturas. MAIO, Marcos Chor. *O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da UNESCO*. **História, Ciência. Saúde-Manguinhos**. Vol. 5, n.2, Rio de Janeiro, jul/out. 1998.

deduzindo que só uma insurgência conduzida pelos proletários brasileiros poderia remover os obstáculos para a melhoria do quadro social.

Destoante do trabalho de Costa Pinto foi o do sociólogo Oracy Nogueira em *Preconceito de Marca: as relações raciais em Itapetininga*²³. As investigações que deram origem ao livro foram incorporadas ao relatório da equipe de São Paulo no projeto patrocinado pela UNESCO e suas conclusões tornaram-se clássicas. A pesquisa realizada numa cidade do interior do Estado de São Paulo demonstrou que o preconceito contra negros naquela localidade era produto de um conjunto diverso de fatores: relações sociais e estigmas originários na escravidão, simetria entre posição de classe e pertencimento racial, marcas fenotípicas que diferenciavam negros e brancos e o apreço da população pelo ideal do branqueamento para subir na escala social. O preconceito, concluiu Nogueira, fundava-se na aparência negróide (cor da pele, cabelo, formato do nariz e lábios) a qual imediatamente era associada a condição de escravo, o que explicaria, por consequência sua subalternidade. Era estabelecida uma conexão direta entre cor e lugar social, funcionando como uma definição naturalizante e essencialista do conjunto dos negros. Embora a situação social precária dos negros levasse alguns analistas a pensar que o caráter classista fosse mais importante do que o quesito racial, como o tinha feito Donald Pierson, ex-professor de Oracy Nogueira na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Nogueira concluiu que o aspecto definidor era racial. Para distinguir o caso brasileiro do seu congênere americano, cunhou a seguinte classificação: “preconceito de marca ou de cor” para o caso brasileiro, e “preconceito de origem” para caracterizar o sistema de discriminação racial vigente nos Estados Unidos.

Além da análise de Oracy Nogueira, a equipe de São Paulo do ciclo de estudos UNESCO notabilizar-se-ia pelo empreendimento conjunto de Florestan Fernandes e Roger Bastide, origem da obra *Relações Raciais entre Brancos e Negros em São Paulo*. Nas observações de Bastide se sobressai o caráter contraditório das manifestações de preconceito de cor em São Paulo conjugado a versões idealizadas de democracia racial, mascarando dessa forma as formas das discriminações raciais. O viés da análise de Florestan Fernandes é marcadamente voltado para o relacionamento do fator classe ao corte racial. O fato de não ter havido qualquer preocupação com a situação do ex-

²³ NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca**: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: Edusp, 1998. MAIO, Marcos Chor. *O Racismo no microscópio*: Oracy Nogueira e o projeto UNESCO. Fonte http://www1.tau.ac.il/eial/index.php?option=com_content&task=view&id=236&Itemid=164

escravo no contexto da transição do regime de trabalho é destacado pelo autor como uma causa decisiva para a marginalização da população negra em São Paulo. Como a Abolição não previa o aproveitamento dos ex-agentes escravizados, mas tão somente a instauração de um novo modo de produção, a nova ordem social competitiva herdou estereótipos e padrões de comportamento estruturados em torno da raça da ordem escravista classificando negativamente negros e mestiços no mercado de trabalho.

A crença na inferioridade racial do negro e do mestiço, que foi um produto característico do escravismo, permaneceu intocada durante a implantação do trabalho livre. Isso deu-se em função da entrada do imigrante e pela aspiração do branqueamento. Relegado às margens, abandonado à sua própria sorte o negro e o mulato foram preteridos das áreas mais dinâmicas dos setores produtivos, fazendo com que o círculo de pobreza e marginalização se perpetuasse tragicamente. Somado ao fato de não terem sido criadas as condições necessárias para que negros e mestiços pudessem ser considerados capacitados para se classificarem no regime de classes avolumava-se juízos racistas a seu respeito ampliando aquilo que Florestan chamou de “drama do povo negro”.

Desde a publicação dos primeiros resultados das pesquisas do grupo coordenado por Bastide no âmbito do projeto UNESCO, em 1955, os co-autores Bastide e Fernandes foram acusados de introduzir o problema racial no Brasil. Particularmente Fernandes, converter-se-ia no maior expoente da crítica à noção de democracia racial.²⁴

As análises estruturais de Florestan Fernandes estavam orientadas para o esquadramento do processo de modernização da sociedade brasileira. No caso específico da passagem da ordem escravista para a sociedade competitiva, viu na desagregação do regime escravista uma chave para compreensão da formação social brasileira. Ancorado numa perspectiva analítica histórico-funcionalista, a pergunta que orientou suas investigações era sobre os efeitos ou funções do preconceito racial antes e depois da abolição. Desse modo, a extinção da escravidão readquire uma importância sociológica decisiva para se pensar o Brasil. Segundo Fernandes:

(...) a modernização tem ocorrido, na esfera das relações raciais, como um fenômeno heterogêneo, descontínuo e unilateral, engendrando um dos problemas sociais mais graves para a continuidade do

²⁴ BRAGA, Maria Lúcia de Santana; COSTA, Diogo Valença de A.; SOARES, Eliane Veras. *O dilema racial brasileiro: de Roger Bastide a Florestan Fernandes ou da explicação teórica à proposição política*. **Sociedade e Cultura. Revista de Ciências Sociais**, janeiro/junho, ano 2002, vol. 5, n. 001. PP. 35-52 Ver: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/703/70350103.pdf>

desenvolvimento da ordem social competitiva na sociedade brasileira. Por conseguinte, a análise converte-se em um estudo da formação, consolidação e expansão do regime de classes sociais no Brasil do ângulo das relações raciais e, em particular, da absorção do negro e do mulato.²⁵

Para Fernandes a relação de negros e mulatos dentro da instalação da ordem capitalista era um problema privilegiado para pensar a modernidade brasileira. Em outras palavras, as relações raciais era ponto de reflexão imprescindível para compreender a viabilidade nacional nos quadros da ordem competitiva internacional.

Dadas as dificuldades com que estes se deparam, para compartilhar do destino nacional, os resultados da investigação são extremamente úteis para se entender os dilemas materiais e morais não só da democratização das relações raciais mas da própria sorte da democracia no Brasil.²⁶

No entendimento de Fernandes, a passagem de uma sociedade rural e escravista para outra de classe, urbana e industrial com trabalho assalariado só poderia ser compreendida numa análise que conjugasse os resquícios da ordem racial escravista e a ordem classista nascente, equacionamento que não aparecia articulado nas análises anteriores. Para Fernandes a transformação revolucionária pela qual passou o país gerou frutos ideológicos sobre a compreensão da ordem racial existente, sendo a consolidação do mito da democracia o maior deles. Vejamos como o autor caracteriza a gestação desta ideia:

Ela germinou longamente, aparecendo em todas as avaliações que pintavam o jugo escravo como contendo ‘muito pouco fel’ e sendo suave, doce e cristãmente humano. Todavia, tal mito não possuiria sentido na sociedade escravocrata e senhorial. A própria legitimação da ordem social, que aquela sociedade pressupunha, repelia a idéia de uma ‘democracia racial’. Que igualdade poderia haver entre o ‘senhor’, o ‘escravo’ e o ‘liberto’? A ordenação das relações sociais exigia, mesmo, a manifestação aberta, regular e irresistível do preconceito e da discriminação raciais – ou para legitimar a ordem estabelecida; ou para preservar as distâncias sociais em que ela se assentava. Com a Abolição e a implantação da República, desapareceram as razões psicossociais, legais ou morais que impediam a objetivação de semelhante idéia. Então, operou-se uma reelaboração interpretativa de velhas racionalizações, que foram fundidas e generalizadas em um sistema de referência consistente com o regime republicano. No passado o conflito insanável entre os fundamentos jurídicos da escravidão e os *mores* cristãos não obstou que se tratasse o escravo como coisa e, ao mesmo tempo, se pintasse a sua condição como se fosse ‘humana’. No presente,

²⁵ FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. 1. São Paulo. Editora Ática, 1978. p.10.

²⁶ Idem.

o contraste entre ordem jurídica e a situação real da ‘população de cor’ também não obstruiria uma representação ilusória, que iria conferir à cidade de São Paulo o caráter lisonjeiro de paradigma da *democracia racial*. A realidade coetânea (...) na época não tolheu a construção dessa imagem, que aplicou o figurino da moda à autoconsagração da ‘raça branca’. Infelizmente, como no passado a igualdade perante Deus não proscovia a escravidão, no presente a igualdade perante a Lei só iria fortalecer a hegemonia do ‘homem branco’²⁷.

A despeito de ser longa, na passagem supracitada consta de modo integral tanto o entendimento da ideologia racial brasileira quanto a sua crítica. Em primeiro lugar, temos o construto da docilidade da escravidão, visão senhorial que possuía efeito ornamental imersa em um cotidiano de dominação violenta, servindo apenas para atenuar as profundas contradições com o ideário cristão. Com a decretação da Abolição, foram removidos os interditos jurídicos e morais para o reordenamento das relações raciais. No entanto, persistiu o contraste entre a igualdade formal e as condições reais de vida da população negra e mulata. Esse descompasso, contudo, não impediu que fosse engendrada uma representação ilusória sobre a sociedade multirracial que manteve inalterada a hegemonia da “raça branca”. Com esse entendimento, Fernandes identifica na noção de democracia racial todos os atributos clássicos da ideia de ideologia como falsa consciência ofuscando a realidade social na qual se vive, impedindo que os “de baixo” conscientizem-se do processo de exploração ao qual estão submetidos. Formou-se a partir do repertório de problemas examinados por Florestan uma agenda de pesquisa coletiva cujo conjunto das obras ficou conhecido como Escola Sociológica Paulista.

A Escola Sociológica Paulista colocou em destaque as relações raciais no Brasil privilegiando o momento da Abolição como evento fundamental do caráter controverso da nossa modernização²⁸. É possível dizer, contudo, que a Abolição adquiriu nessas análises um significado maior do ponto de vista da implementação da ordem capitalista no país e das suas contradições do que os sentidos dados ao evento por ex-escravos²⁹.

²⁷ Idem. p.254.

²⁸ Sob a liderança de Florestan Fernandes, os principais representantes desta “Escola” foram Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e a historiadora Emília Viotti da Costa. Veja: IANNI, Octávio. **As metamorfoses do escravo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962; CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. 2 vols. São Paulo: Ática, 1978; COSTA, Emília Viotti. Op. cit., 1998.

²⁹ Para Florestan Fernandes com a Abolição, o liberto viu-se entregue a si mesmo, sem condições morais e materiais para se ajustar ao quadros de uma economia competitiva. Nessa perspectiva “a revolução abolicionista, apesar de seu sentido e conteúdo humanitário, fermentou, amadureceu e eclodiu como um processo histórico de condenação do ‘antigo regime’ em termos de interesse econômico, valores sociais e

Hoje, por outro lado, já contamos com uma ampla revisão do processo que desembocou na Abolição, com especial atenção à atuação dos escravos³⁰. A partir desses estudos, os campos da sociologia, da antropologia e da historiografia foram paulatinamente convergindo na discussão da questão das relações raciais no Brasil, embora ainda preservem suas fronteiras.

Na historiografia, a mais expressiva tendência das contribuições recentes sobre a Abolição e movimento abolicionista está preocupada com as interações dos projetos do abolicionismo triunfante das elites do Império com a atuação dos membros dos demais estratos sociais³¹. Essas análises tentam integrar as experiências sociais das últimas gerações de escravos, seus planos e destinos e suas visões do que era a liberdade como elemento crucial para a interpretação da história que até então havia sido obliterada pelo peso desmedido conferido às macroestruturas socioeconômicas.

Esses empreendimentos fazem parte de uma ampla tendência que se abriu, principalmente na década 1990, de reescrita da história da escravidão. Foi posto em primeiro plano a agência histórica dos escravos e demais setores subalternos dando visibilidade a experiências sociais de amplos contingentes que pensaram, sonharam e agiram na construção da história, mas cujas vivências não tinham sido objetos de investigação.

A historiografia sobre a Abolição e sobre o movimento abolicionista tem posto em destaque matizações e exposto a pluralidade dos agentes que lutaram pelo final da escravidão, assim como a diversidade de seus projetos. Categorias de análises como ideologia, classe social, e, sobretudo, estrutura, foram aos poucos perdendo relevância dentro da investigação histórica, que passou a adotar um viés mais propriamente da antropologia cultural, como, por exemplo, no trabalho de Sidney Chalhoub, *Visões da*

ideais políticos da 'raça dominante'. A participação do negro no processo revolucionário chegou a ser atuante, intensa e decisiva, principalmente a partir da fase em que a luta contra a escravidão assumiu feição especificamente abolicionista. Mas pela própria natureza de sua condição, não passava de uma espécie de aríete, usado como massa de percussão pelos brancos que combatiam o 'antigo regime'". FERNANDES, Florestan. Op. cit., 1978. p.16.

³⁰ Ver, entre outros: CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; MATTOS, Hebe Maria. Op. cit., 1995; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Op. cit., 2010.

³¹ Ver: AZEVEDO, Elciene. **O direito dos escravos: lutas e abolicionismo na Província de São Paulo na segunda metade do século XIX**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2003; AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de carapinha**. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 1999; SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Liberdade. Passou-se a destacar as discontinuidades, os universos culturais em interação, o poder de agência dos escravos e aprofundar relativizações para superar a dicotomia presente nos estudos sobre resistência escrava (rebeldia – resistência - heroísmo x submissão – acomodação - vilania) num momento em que o movimento negro brasileiro se fortalecia no final da década de 1970.

Entendemos, no entanto, que os estudos que tangenciam a problemática das relações raciais não podem prescindir do enfrentamento da questão da ideologia, um dos pontos fortes do trato dado por Florestan Fernandes em relação aos seus antecessores. Contudo, é evidente que o conceito de ideologia torna-se bastante frágil analiticamente quando pensamos apenas na sua dimensão clássica e controversa de falsa consciência, inversão do mundo ou deturpação deliberada do real. Nossa busca aqui é efetuar a análise da ideologia racial na sua manifestação lingüística nas últimas décadas da escravidão.

Ideologia e linguagem

Tal como o conceito de raça, o perfil polissêmico e controverso do conceito de ideologia e os variados usos que dele se faz acaba por reduzir sua operacionalidade analítica, sem, contudo, anulá-la. Portador de significados sobrepostos, seu uso, não raro, gera ambigüidades, paradoxos e contra-sensos. Mas sua pertinência assenta-se no seu potencial de amarrar a dinâmica das formações sociais às consciências que os grupos sociais possuem delas, das quais derivam formas de agir, pensar e sentir. Amplamente discutido no interior da tradição marxista, mas não só dela, jamais foi objeto de consenso. Os esforços teóricos empreendidos para dotá-lo de aplicabilidade constituem fontes preciosas para a discussão da questão essencial sobre as pressões e os elementos atuantes no modo como nos conscientizamos sobre o mundo social e nele agimos.

A despeito da acentuada camada semântica que envolve o conceito, é possível distinguir os significados de ideologia em dois grupos elementares: fraco e forte, de acordo com Mario Stoppino.³² O primeiro é mais trivial e de uso corrente que designa conjunto de idéias, crenças e posicionamentos políticos variados na ordem pública. O

³² BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora da UNB, 1998. p.585-597.

segundo diz respeito às implicações do ato de conhecer, ou propriamente, às deformações e perturbações às quais o intelecto está submetido enquanto busca conhecer. O significado é tributário da teorização de Marx e tem como núcleo central a idéia de falsidade, de escamoteamento deliberado para o exercício da dominação de classe. Há também uma acepção menos maniqueísta e mais sociológica, associada a uma espécie de debilidade cognitiva e sensitiva que impediria que as classes e grupos de que se compõe o tecido social tenham uma compreensão global da formação social. Esse impedimento seria um estorvo involuntário que atende às condições necessárias para a manutenção de uma dada ordem social, que acaba garantido o mando, ou hegemonia, das classes dominantes, pela simples razão de que, esse estado de coisas não favorece o questionamento sobre a natureza das desigualdades sociais. Dessa maneira, em qualquer desses sentidos, o vínculo com o poder é característica central.

No significado forte, ideologia é um conceito negativo que é usado para desvelar o caráter mistificante de uma falsa consciência ou crença política.³³ Mesmo em se tratando de critérios genéricos, é possível alocar o emprego do conceito de ideologia efetuado por Florestan Fernandes no significado forte. No entanto, pensamos ser possível propor matizações e explorar o valor analítico de alguns aperfeiçoamentos e correções presentes no movimento de reflexão a respeito da questão da ideologia.

Discutindo os modelos científicos de objetividade no domínio das ciências sociais, Michel Löwy examinou a relação das ideologias com o processo de produção de conhecimento. Valendo-se das teorizações de Marx e Mannheim, Löwy optou por designar o fenômeno sócio-cultural das inflexões às quais está submetido o processo de produção de conhecimento de *visão social de mundo*. Com este conceito, o autor tenta afastar a definição clássica e unilateral que reduz o conceito de ideologia quase exclusivamente a inversão do real, falsa consciência ou a mascaramento deliberado da realidade com vistas à dominação deliberada e estrategicamente calculada exercida pelas classes dominantes. O conceito de *visão social de mundo*

não contém nenhuma implicação pejorativa e nenhuma ambigüidade conceitual: o que ele designa não é, por si só, nem 'verdadeiro' nem 'falso', nem 'idealista' nem 'materialista' (mesmo sendo possível que tome um ou outra destas formas), nem conservador nem revolucionário. Ele circunscreve um conjunto orgânico, articulado e estruturado de valores, representações, idéias e orientações cognitivas, internamente

³³ Idem. p.585.

unificado por uma *perspectiva* determinada, por um certo ponto de vista socialmente condicionado.³⁴

Acrescenta Löwy que o termo *social* reitera que se trata sempre de um conjunto, nem sempre coerente, de idéias sobre o homem, a sociedade, a história e sua relação com a natureza; e que esta visão social de mundo está ligada a certas posições sociais, ou seja, aos interesses e às situações de certos grupos e classes sociais. Como processo que ultrapassa o debate epistemológico e metodológico travado nas ciências sociais sobre as possibilidades de alcançar um conhecimento objetivo, o conceito de visão social de mundo, rompe com o dualismo que marca o conceito de ideologia e nos permite pensar nos enraizamentos sociais das ideias e representações. A interpretação de Löwy nos convida a pensar na noção de ideologia além do lugar-comum que a associa indiscriminadamente ao processo de ocultamento ou distorção do real. Ela nos incita, a, em um só movimento analítico, tentar compreender e explicar as relações existentes entre as ideias, representações e consciências sociais e as posições sociais dos sujeitos, individuais ou coletivos.

Uma análise dos fenômenos ideológicos pode tomar a linguagem como um objeto de investigação rico. A linguagem constitui um campo privilegiado de manifestação e observação das visões sociais de mundo. Os termos que empregamos cotidianamente estão carregados de valores, teses e projetos associados aos grupos sociais partícipes de uma dada formação social. Os valores sociais deixam transparecer na linguagem suas pretensões universais e também suas limitações particulares. Conforme entende Leandro Konder, invariavelmente, ao falarem, os sujeitos sociais sempre dizem muito mais do que supõe.³⁵

Para nossos propósitos, nesta pesquisa buscamos pensar as relações da ideologia com a linguagem e os modos como esse encontro produziu o fenômeno que chamaremos de racialização nas últimas décadas do século XIX em Ouro Preto. O pressuposto é de que os conteúdos ideológicos, ou as visões sociais de mundo, estão na base da estruturação das linguagens e a fazem funcionar.

³⁴ LÖWY, Michel. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento.** 9ª Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007. p.13

³⁵ KONDER, Leandro. **A questão da ideologia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.151.

História e linguagem: apontamentos metodológicos

Os anos 1960 foram marcados por grandes protestos da juventude e por importantes transformações nas concepções científicas. Epistemologicamente, o caráter de verdade e objetividade conferido ao conhecimento científico foi posto em questionamento. A repercussão promoveu uma reorientação teórica que realçou a importância da linguagem e do símbolo sobre as dimensões econômicas e sociais da realidade. A primazia dos aspectos culturais nas pesquisas históricas surgiu nesse contexto como reação à rigidez metodológica das pesquisas preocupadas com as estruturas econômicas e sociais, que, os críticos alegavam, eram insuficientes para explicar o comportamento do homem. Discursos, conceitos, linguagens, análises culturais, crítica textual do mundo passaram a fazer parte do vocabulário historiográfico. Os temas de pesquisa passaram a ser as “representações coletivas”, “imaginários coletivos”, “inconscientes coletivos” e “mentalidades”, amplo espectro de objetos associados a uma idéia de cultura. Na base dessas investigações estava o postulado ontológico de que a cultura não era o produto da realidade socioeconômica, mas que a realidade com a qual lidamos é construída culturalmente. A história social dominante cedeu lugar a modelos historiográficos emergentes preocupados, sobretudo, com a agência dos sujeitos.

Uma das renovações que aconteceram na historiografia em função das novas concepções de ciência e de conhecimento foi a história dos conceitos alemã, que procura compreender as associações entre as mutações conceituais e as mudanças históricas, restituindo aos conceitos históricos seu significado dentro dos contextos nos quais foram empregados.

Linguagens e práticas extralinguísticas são polos que co-determinam a produção da realidade sócio-histórica. Reinhart Koselleck, o maior representante da história dos conceitos, assim se expressou para caracterizar as complexidades da delimitação do campo de investigação:

“Sem conceitos comuns não pode haver uma sociedade, e sobretudo, não poder haver unidade de ação política. Por outro lado, os conceitos fundamentam-se em sistemas político-sociais que são, de longe, mais complexos do que faz supor sua compreensão como comunidades lingüísticas organizadas sob determinados conceitos-chave”³⁶

³⁶ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro. Editora PUC Rio/Contraponto, 2006. p.98.

A relação entre a linguagem e o mundo vista por Koselleck, só poderá ser explorada historiograficamente caso haja colaboração entre duas disciplinas que aparentemente se ocupam de objetos distintos com métodos próprios. De um lado, a história dos conceitos se basearia na exegese textual, na filologia, na gramática histórica tentando decifrar a real significação das palavras, com a finalidade de compreender a força de sua elocução histórica. A história social, por sua vez, tem como objeto as formações sociais, as relações entre os grupos sociais e a estratificação social.

Como entender a importância da linguagem para a ação dos grupos sociais? A linguagem é um fenômeno que nos precede, prefigura as experiências advindas das relações mantidas no mundo social, é um traço que atravessa todo o corpo social. As mais variadas classes e grupos sociais fazem uso e operam dentro de um mesmo horizonte linguístico, embora se apropriando dos seus códigos de maneira diversa. A existência de tradições culturais heterogêneas lidando com uma linguagem comum podem gerar resultados muito distintos, subvertendo inclusive os sentidos incutidos numa dada linguagem.

Como fenômeno sócio-histórico dinâmico, a linguagem sofre alterações, mas em ritmo lento. Sua natureza não é afetada num curto espaço de tempo. E as transformações realizadas e realizáveis nunca são radicais. A estabilidade e inércia é característica de toda a linguagem, que avança, recua, vê seus operadores aumentar a consciência sobre si e sobre os modos como ela atua, mas nem por isso consegue desfazê-la. Pela própria natureza do fenômeno linguístico, o mapeamento de uma linguagem não pode ser esgotado. Duas são as razões: inúmeras linguagens agem simultaneamente num processo de interação ininterrupto, com pontos de interseção, sobreposição, justaposição, fusão, etc.; e essa sucessão irregular de acontecimentos linguísticos limita toda a análise a uma fotografia. Toda a análise é a apreensão de um estado de coisas potencialmente fugidio. Essa aparente estrutura antitética da linguagem, de um lado perene e resistente a mudanças e de outra parte efêmera e fugaz, consiste em um dos seus principais ardis. A *forma* tem uma longa duração, mas seus sentidos e significados modifica-se sob o peso de certas circunstâncias.

Sem o intuito de esgotar as possibilidades de análises que esses campos oferecem, perseguimos uma aproximação entre eles. Estudos que tomem a linguagem

como um objeto que comportam várias dimensões e que, portanto, necessita da combinação de instrumentos para explorá-lo.

Sobre as fontes

Os jornais mostraram-se uma fonte interessante para pensar alguns aspectos dessas dimensões da realidade no período em que a escravidão estava sendo posta a prova. Uma premissa fundamental que suportou o desenvolvimento da pesquisa foi a de que a linguagem e a ideologia são constitutivas de qualquer relação social, e, portanto, são aspectos indissociáveis das realidades investigadas pelo historiador.

Os jornais são instrumentos de difusão das visões sociais de mundo dos grupos dominantes. Ao enunciar isoladamente esse postulado, pouco restaria a dizer sobre o entendimento dos modos de fala presente nesses periódicos face ao problema da escravidão. Bastaria registrar que esses veículos de informação transportavam as intenções dos senhores de escravos daquele final de século, às vezes de forma clara e taxativa, e outras de forma dissimulada. Mas proceder assim seria uma redução dos problemas que hoje é possível vislumbrar, e que pontuam as relações entre história e linguagem acima discutidos. Os jornais, via de regra, expressam ideologia dos proprietários de escravos da sociedade escravista. No entanto, o momento de superação da escravidão foi possível ouvir muitas vozes dentro dele, vozes essas nem sempre coerentes. Imaginar uma coesão completa é um falseamento daquela realidade e algo estranho às lógicas históricas. No entanto, face ao problema do qual nos ocupamos é possível visualizar discursos hegemônicos. Embora haja posicionamentos diversos, na forma e no conteúdo.

Fisicamente os jornais publicados no período eram muito parecidos. Tinham dimensões muito maiores do que as dos periódicos atuais e possuíam duas folhas, quatro páginas. Alguns jornais chegaram a possuir seis ou mais páginas durante algum tempo, mas em sua maioria os jornais possuíam apenas 4 páginas, com exceção de números especiais publicados em datas comemorativas ou em ocasiões especiais.

A organização interna apresentava muita regularidade. Na primeira página, na direita, logo abaixo do cabeçalho vinha um editorial ou algum informe oficial de algum órgão ou repartição pública. Na sequência, aparecia a publicação dos discursos da Assembléia Legislativa Provincial. Em seguida havia a coluna do “Noticiário”, a Secção

“Edital” e por último sempre havia a coluna de “Anúncios”, quase sempre na última página do jornal. Esta estrutura é comum ao conjunto dos periódicos. Embora sintética, concisa e lacunar essas colunas conseguiam, ao seu modo, retratar as principais dimensões e grupos sociais da sociedade mineira. As ações da elite política, a atuação do Estado, aspectos do cotidiano dos homens livres pobres e cenas da escravidão, sobretudo o comércio de escravos feito através da coluna de Anúncios. A abrangência dos assuntos tratados nesses periódicos estendia-se do plenário da Assembléia Legislativa Provincial às senzalas.

As demais colunas e seções dos jornais são menos organizadas e algumas inconstantes. Seção de “Literatura”, “Exterior”, “Relatórios”, “A pedidos”, “Agricultura”, são exemplos de colunas que não são constantes no tempo e móveis no interior dos jornais. Em ordem de importância, primeiro vinham os assuntos públicos e políticos do Estado, posteriormente miudezas da vida comum, chegando até a seção de anúncios com escravos, objetos e serviços sendo vendidos. Portanto, os jornais, estruturados em colunas fixas ou móveis apresentavam aspectos desconexos, apenas fragmentos da realidade que abordavam. Contudo recolhendo aspectos presentes nas mais variadas seções tivemos a intenção de apresentar as formas que a abolição da escravidão, o negro e a questão racial apareceu em cada uma delas e em momentos diferentes. Para tanto, não realizamos uma análise preocupados, prioritariamente, com o posicionamento político expresso em cada folha, mas sim a maneira como ela atuou, como se posicionou e as teses defendidas sobre as questões que circundavam o problema da abolição da escravidão, sobretudo o problema étnico-racial.

Na análise empreendida, buscamos ao longo do material pesquisado evidenciar formas sutis de atos discursivos que participaram da história da abolição da escravidão em Minas Gerais, cujo centro da trama política foi a cidade de Ouro Preto. Embora esse estudo reconheça a importância da linguagem na constituição dos lugares e identidades sociais, não deixa de pensar na importância da ideologia como plataforma sobre a qual os discursos adquirem eficácia e as linguagens funcionam.

CAPÍTULO II

Antiescravismo e teoria das raças

Esforços de modernização

Era uma quarta-feira, dia 08 de novembro de 1871. Autoridades públicas e ilustres cidadãos reuniram-se em frente à estação telegráfica da cidade de Ouro Preto para a inauguração do serviço da linha telegráfica que ligaria a capital de Minas à Corte. O então Presidente da Província de Minas Gerais, o pernambucano Joaquim Pires Machado Portela discursou informando os presentes que Minas Gerais acabava de receber “um dos melhoramentos mais importantes do século XIX”³⁷. O brio da solenidade, contudo, foi abalado porque as transmissões telegráficas de inauguração sofreram interrupções. O incidente fora ocasionado, segundo as explicações, por uma trovoada. Mesmo com o embaraço, os presentes foram acalmados, dentro de pouco tempo o problema seria reparado e os telegramas chegariam ao seu destino, à Corte. Luiz da Veiga lamentou a “decadência política e material” e “concluiu concebendo esperanças pelo progresso”. A última parte da nota reforçava as expectativas dos mineiros em relação ao desenvolvimento e reconhecia que a Província natal precisava equiparar-se a outras regiões do país: “Os ouropretanos provaram ainda uma vez, que são entusiastas ardentes dos melhoramentos, de que tanto precisa a província de Minas e que acompanham o governo imperial nos intuitos de progresso, que nestes últimos tempos se há revelado nas altas regiões do poder.”³⁸

Os problemas da capital da Província não eram apenas os desacertos relacionados às melhorias da sua infraestrutura. Condições básicas de higiene não estavam sendo satisfeitas, e a imprensa denunciava o descaso e reclamava maiores cuidados:

³⁷ **Noticiador de Minas**. Ouro Preto, 11 de novembro de 1871, p.2. APM.

³⁸ *Idem*.

Causa lástima e ao mesmo tempo nojo ver o estado em que se acham as ruas desta capital. Além de serem mal calçadas, acham-se imundas, cobertas de lama, cisco e toda sorte de entulhos. [...] Vê-se nas ruas mais frequentadas verdadeiros casebres podres, sujos e ameaçando desabar a cada momento.³⁹

No ano seguinte a reclamação foi refeita. Como naqueles anos, os preceitos científicos estavam a alterar os parâmetros de higiene e saúde, a imprensa frisa o quanto a capital mineira estava distante dos imperativos oitocentistas:

Lastimoso é o estado a que se acha reduzida esta cidade, capital da importante Província de Minas, quando se observa, ainda sem querer, o deplorável acervo de lixo e imundices de todos os gêneros e qualidades que se abundam exalando pútridos miasmas tão nocivos e prejudiciais à salubridade dos habitantes, que se envergonham com tal estado; com essa prova viva que faz crer ao estrangeiro e ao nacional que vem de fora, se não o atraso da nossa civilização, ao menos o desleixo e a falta de cumprimento de leis policiais e municipais pelas respectivas autoridades!⁴⁰

As advertências em relação aos cuidados com a higiene atravessaram as três últimas décadas na cidade, apresentando sempre as mesmas queixas:

Os focos de infecção abundam por toda parte. As ruas são depósitos de lixo, de animais mortos e de quanta imundice há. Os canos de esgotos, além de pessimamente construídos, conservam-se nas mais imundas condições, a viciarem a atmosfera com exalações envenenadoras. Nas vendas, e, para maior vergonha, até nos mercados públicos, ministram-se à população imprevidente, pobre ou ignorante, gêneros alimentícios de péssima qualidade e muitas vezes deteriorados a ponto de repugnarem. E como se tudo isto não bastasse para manter e agravar o nosso atual péssimo estado sanitário, acabam de aparecer imundice nas águas destinadas à servidão pública em grande parte da cidade, verificando-se que em certo lugar o respectivo encanamento sofria a ação direta e hedionda de outro, destinado a esgoto de materiais fecais.⁴¹

Esse episódio fornece indícios dos esforços empreendidos e das aspirações modernizadoras das autoridades políticas e econômicas da capital. Convivia-se com uma sensação de carência em relação a outras regiões do Império e mirava-se o progresso. O contraponto mais evidente para os habitantes da capital mineira era o robusto passado barroco e a sensação de decadência no século da ferrovia. Havia

³⁹ **Noticiador de Minas.** Ouro Preto, 18 de outubro de 1872. p.4. APM.

⁴⁰ **Diário de Minas.** Ouro Preto, 22 de fevereiro de 1873. p.2. APM.

⁴¹ **A Província de Minas.** Ouro Preto, 03 de abril 1883. p.1. APM.

um incomodo latente na constatação de que na Imperial Cidade de Ouro Preto os tempos literalmente áureos tinham se esgotado, conforme pode ser observado em mais uma das reclamações veiculadas acerca da precariedade em que se achava a capital:

[...] Ouro Preto, a velha e gloriosa capital mineira, que esquece seus males presentes, o quase abandono em que jaz por parte dos poderes públicos, recordando-se de seu estado tão rico de honrosas tradições – esse passado que constitui seu natural orgulho, mas que deve ser também estímulo poderoso às conquistas do bem estar e do progresso, expressões práticas da civilização.⁴²

As melhorias que as folhas do partido conservador exigia do governo provincial não eram apenas para embelezar a capital. As intervenções eram encaradas como necessidades incontornáveis para que a capital fizesse jus à civilização. Evidentemente, a revelia da verdadeira condição em que se encontrava a cidade de Ouro Preto nas últimas décadas do século XIX, é certo que as queixas em relação às reformas que a cidade deveria sofrer serviam como um instrumento para fomentar as disputas políticas entre os partidos do Império, o Liberal e o Conservador. Todas as opiniões expressas tratavam de acentuar que os responsáveis pela cidade estavam deixando a desejar.

Avançar no sentido da civilização impunha de um lado a superação dos entraves relacionados a precariedade das condições físicas e higiênicas da cidade, de outro havia o problema da sua população “imprevidente, pobre ou ignorante”. Somado ao problema da escravidão que passou a sofrer reformas graduais a partir da década de 1870, eram esses os itens da agenda política da capital Mineira. Em relação ao tema da escravidão, se o Brasil foi o último país do mundo ocidental a integrar o “concerto das nações” civilizadas com extinção regime, Minas atingiu o ocaso da escravidão sendo a Província mais populosa e com a maior população de escravos, fato que destaca a importância da região na história da escravidão nas Américas.

O término do cativeiro no Brasil não só se arrastou por todo o século XIX, como foi um problema que catalisou outros. Enquanto a vigência da instituição vexava e humilhava o Império ante o estrangeiro, nas palavras do Visconde do Rio

⁴² **A Província de Minas.** Ouro Preto, 05 de fevereiro de 1885. p.1. APM.

Branco, em 1871⁴³, crescia internamente o reconhecimento de que eram necessárias mudanças moderadas no regime de trabalho. As idéias antiescravistas também tiveram lugar na capital provincial de Minas. Cumpre conhecer os modos de fala de que os antiescravistas se valeram e as visões sociais de mundo neles expressas.

Mesmo situada numa região que perdeu a primazia econômica no contexto provincial, Ouro Preto conservou seu *status* simbólico como berço da cultura e importância política como sede administrativa da Província. Não só o passado sustentava o prestígio da cidade. Ouro Preto era uma espécie de capital das ideias. Essa função de centro de conhecimento advinha da existência de importantes instituições de ensino: Escola de Farmácia (1839), Liceu Mineiro (1854) e Escola de Minas (1876). “Assim, São Paulo, Rio de Janeiro, Ouro Preto e Mariana eram os centros nos quais a juventude mineira auria as ideias científicas, religiosas, políticas, sociais, literárias e artísticas com as quais se apresentava depois no interior provinciano”.⁴⁴ O “bando de ideais novas” que excitou a geração de 1870 não passou despercebido na sede provincial mineira, sendo que nesses espaços “se agitavam as ideias em voga, desde as científicas e religiosas até as políticas e sociais”.⁴⁵ Aliado às matérias regionais, a agenda do Império também era passada a limpo na cidade, sendo a abolição da escravidão um dos temas de maior relevo.

Antiescravismo ou das razões para acabar com a escravidão

Depois de maio de 1871, quando a proposta do governo passa a ser apreciada pelo parlamento, as reações às discussões sobre a chamada questão do elemento servil vieram de imediato. O jornal do Partido Conservador, *Noticiador de Minas*, tratou de reconhecer que “com todo o calor agita-se no parlamento a questão do elemento servil, de cuja solução depende essencialmente a paz e a tranqüilidade do país”⁴⁶.

⁴³ Visconde do Rio Branco *apud* CONRAD, Robert. Op. cit., 1978. p.112.

⁴⁴ JOSÉ, Oíliam. **A abolição em Minas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962. p.93.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ **Noticiador de Minas**. Ouro Preto, 1 de junho de 1871. p.1. APM.

O clima, no entanto, era arrefecido pelo ministério conservador do Visconde de Itaboraá que, contrário a qualquer reforma na escravidão, resistia aos reclamos por uma legislação emancipacionista lembrando aos parlamentares que associada à questão estavam grandes interesses econômicos e nacionais.⁴⁷ Replicando o argumento baseado no direito de propriedade erguido por Itaboraá, o periódico mineiro completava:

Compreendemos a necessidade de uma medida no sentido de abolir a escravidão mas (...) entendemos que se a precipitação é um arranjo tão temerário quanto funesto, a inércia ou hesitação é tão fatal quanto a precipitação.⁴⁸

Vê-se que a receita era inusitada: nem adiantar, nem adiar. Prescrevia-se uma medida precisa para fazer avançar o “sistema da emancipação”, que não podia ser imediata “porque um tal alvitre traria funestas conseqüências”, inapropriado seria também “o sistema progressivo, porque seria adotar a inércia, e sepultar o assunto por muitos anos”. Todos esses alertas objetivavam fazer os “poderes do estado” pesar os “interesses particulares” envolvidos, e com isso não “sacrificar o sagrado direito de propriedade”⁴⁹. Como frisou Sidney Chalhoub, o “sacrossanto” artigo 179 da Constituição do Império que garantiu a manutenção da escravidão através do deslocamento do regime de trabalho escravo para o âmbito da defesa inviolabilidade da propriedade privada, instituiu na rotina jurídica uma ficção essencial representando cativos como coisas, como objetos de negociação. Com isso deu origem a inúmeros procedimentos burocráticos como procurações, escrituras, inventários e ações cíveis.⁵⁰

A opinião expressa no referido jornal, além de elevar à divindade a defesa da propriedade, garantida pela Constituição do Império, tratou de desenhar o itinerário a ser cumprido pelo “sistema da emancipação no Brasil”:

Queremos que sirva de guia a iniciativa individual que tanto tem produzido como observa-se mesmo nesta província, onde cerca de dois mil escravos, em pouco tempo, obtiveram liberdade sem intervenção dos cofres públicos.⁵¹

⁴⁷ CONRAD, Robert. Op. cit., 1978. p.108.

⁴⁸ **Noticiador de Minas**. Ouro Preto, 1 de junho de 1871. p.1. APM.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ CHALHOUB, Sidney. Op. Cit., 1990, p.75.

⁵¹ **Noticiador de Minas**. Ouro Preto, 1 de junho de 1871. p.1. APM.

Os arroubos antiescravistas do Imperador e de parte do parlamento foram sentidos imediatamente como uma ameaça à política de domínio senhorial, que pelo menos, desde 1850 já convivía com a idéia de que a escravidão era um regime de trabalho finito. Tal constatação, porém, não incluía a aceitação da ingerência do Estado. A crescente participação do poder público na solução da “questão servil” pôs em crise os mecanismos tradicionais de exercício do mando senhorial centrado no controle da liberdade de sua “propriedade”. Como observa Chalhoub, “um dos pilares da política de controle social na escravidão era o fato de que o ato de alforriar se constituía numa prerrogativa exclusiva dos senhores.”⁵² Compreende-se melhor o receituário do articulista do *Noticiador de Minas* reivindicando que o Estado não se intrometesse no assunto uma vez que isso naturalmente atrapalharia a tarefa de “convencer os escravos de que o caminho para a alforria passava necessariamente pela obediência e fidelidade em relação aos senhores.”⁵³ Como horizonte dessa política de controle senhorial sobre a libertação, Chalhoub identificou que

a concentração do poder de alforriar exclusivamente nas mãos dos senhores fazia parte de uma ampla estratégia de produção de dependentes, de transformação de escravos em negros libertos ainda fiéis e submissos a seus antigos proprietários⁵⁴

O desfecho do comentário sobre o encaminhamento da emancipação foi um recado aos “ilustres representantes da nação” declarando que a obra que se pretendia realizar era aquele tempo “idéia de todos”, mas que nem por isso cabia precipitação. Aventava-se que a “solução compatível” atinente as “necessidades públicas” não era a ofensa da “propriedade” e nem o “abalo da agricultura”, que formavam os interesses ligados ao assunto.⁵⁵ Como recurso final para desacelerar o ritmo das discussões de reformas sobre a escravidão o artigo ainda trouxe uma sugestão aos parlamentares:

Promovão reformas sobre o recrutamento, habeas-corpus, lei de 3 de dezembro, e dê-se impulso à colonização, que a emancipação, animadas com leis próprias, e pensadas, será em pouco tempo facto consumado, e o país livre deste pesadelo, desassombrado caminhará na vanguarda da civilização.⁵⁶

⁵² CHALHOUB, Sidney. Op. cit., 1990. p.100.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ **Noticiador de Minas**. Ouro Preto, 1 de junho de 1871. p.1. APM.

⁵⁶ **Noticiador de Minas**. Ouro Preto, 1 de junho de 1871. p.1. APM.

Embora o aviso fosse um convite para que os parlamentares se ocupassem de reformas que não tocassem nos interesses dos proprietários e não afetasse a prerrogativa senhorial da liberdade dos escravizados, o parlamento continuou agitado. Depois da apresentação do projeto do Governo à Câmara em 12 de maio de 1871 as discussões foram acirradas. A apreciação da matéria pelos parlamentares não foi acomodada pelas legendas partidárias, tanto liberais quanto conservadores fizeram discursos inflamados a favor e contra a proposta⁵⁷. O ambiente no parlamento foi marcado por discussões ríspidas e acusações mútuas entre deputados, nas galerias da Câmara o público manifestou-se ruidosamente apoiando ou reprovando os oradores.

O interesse nacional sobre a condução da reforma favoreceu-se da cobertura dada pela imprensa. Principalmente nos centros urbanos, os abolicionistas organizaram conferências e panfletos em favor do projeto. As críticas ao projeto não tardaram. Petições oriundas de todo o país chegaram ao Parlamento condenando-o.⁵⁸ Uma diminuta notícia veiculada no *Noticiador de Minas* dava aos leitores uma demonstração dos posicionamentos que a matéria fez nascer na Província: “Para aqui escrevem cartas, pedindo-se com interesse representação contra o projeto do governo a respeito da emancipação do ventre.”⁵⁹

Nuances do debate sobre a abolição: sentidos raciais da modernização

Antes, porém, o tema já havia aparecido nas páginas do periódico. Refletindo o clima que se instalou no país, o *Noticiador de Minas* publicou na íntegra o projeto de reforma e trouxe um artigo favorável. Alguém que se designou como Brasileiro declarou ser a favor do modo como o governo encaminhava a questão. No primeiro parágrafo o autor justificou seu posicionamento da seguinte maneira:

Se outrora a necessidade forçou-nos a ir à costa da África buscar instrumentos de trabalho, hoje essa mesma necessidade obriga-

⁵⁷ COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 8ª Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2008. p.51.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ **Noticiador de Minas**. Ouro Preto, 22 de agosto de 1871. p.2-3. APM.

nos a dispensar *esses instrumentos rudes e grosseiros*, trocando-os pelo *operário inteligente* que a Europa pode ministrar-nos.⁶⁰

O missivista, portanto, avaliou que as “rudes” e “incultas” necessidades iniciais do país exigiram o emprego de mão-de-obra compatível, ou seja, “primitiva”. A “abertura de matas”, a “dissecação de pântanos” e o “escavar das minas”, atividades singularmente ásperas só poderiam ser levadas a cabo por meios “grosseiros”.⁶¹ Continuando, o Brasileiro afirmou que as aspirações nacionais só puderam ser satisfeitas porque “na costa da África havia gente superabundante, que podia ser dirigida pela *superior inteligência do homem branco* em proveito do desenvolvimento de um grande país, em conseguinte por benefício da humanidade”⁶².

Em toda argumentação do Brasileiro subjaz algo diferente do modo como o *Noticiador de Minas* havia anteriormente discutido a proposta. Apreende-se que a argumentação se equilibra sobre uma espécie de necessidade histórica em curso e em relação a qual o país não podia estar alheio. A marcha inexorável do desenvolvimento, ou a trajetória da evolução, estabelecia para cada época determinada a maneira como os homens deviam proceder para não contrariar o “regime natural e comum”.⁶³ A forma que a história reservara ao desenvolvimento da América contava com dois agentes, o sujeito e o sujeitado. A “superior inteligência do homem branco” utilizou o trabalho africano para preparar a América para os bens da civilização, já que o africano, “no país natal não preenchia todo o seu destino.”⁶⁴

O Brasileiro raciocinou dentro de uma moldura cujo princípio organizador é um processo evolutivo através do qual o trabalho africano só teria atingido seu destino na “providencial realização da América”. Esse foi o papel que lhe coube no curso do desenvolvimento histórico e a obra que pôde realizar em benefício da humanidade. Mas, nas últimas décadas do século XIX, complementa o pensador, “já desenvolvida as forças da sociedade brasileira, exige esta a cessação do trabalho

⁶⁰ *Noticiador de Minas*. Ouro Preto, 17 de junho de 1871.p.3. APM. Grifo meu.

⁶¹ Idem.

⁶² Idem. Grifo meu.

⁶³ Idem. Grifo meu.

⁶⁴ Idem.

forçado, regime violento que só por exceção se tolera”.⁶⁵ Embora imbuído desses propósitos, asseverou ele que não se podia descuidar dos meios. Daí a cautela já que “organizado entre nós o trabalho sob a base da escravatura, não pode esta desaparecer repentinamente sem ferir interesses desenvolvidos sob o amparo da lei.”⁶⁶ Concluí o Brasileiro que “daí nasce a impraticabilidade da emancipação geral e simultânea.”⁶⁷

A conclusão do raciocínio liga-se à estrutura da primeira manifestação veiculada no jornal sobre a iniciativa do governo, que, em resumo, reconhecia a necessidade da reforma, desde que o controle fosse posto na mão dos proprietários com a garantia que seus interesses tivessem primazia sobre qualquer medida. Porém, a introdução do argumento do Brasileiro nos traz um arrazoado histórico sobre a necessidade de acabar com o trabalho escravo que esteve ausente no texto anterior, já que lá as questões econômicas e constitucionais da defesa da propriedade compareceram como os únicos pilares da argumentação. Na rodada de discussões posterior o quadro se alterou.

O autor apresentou aquilo que avaliava como sendo as necessidades impostas pelo tempo e que, portanto, presidia as ações humanas. Quando expõe suas representações sobre o escravo e a escravidão vemos que há, em relação ao texto anterior, uma reestruturação dos fundamentos das explicações sobre as relações de subordinação e dominação que organizavam o sistema escravista. Há nas considerações do Brasileiro uma explicação histórica e evolutiva da implantação do regime de trabalho forçado na América e da utilização do africano. Segundo as explicações do missivista, reside na natureza dos povos sua sorte, seu destino. Assim sendo entende-se a utilização do africano nas condições “rudes” e “grosseiras” enfrentadas na América, mas àquele tempo “já desenvolvidas as forças da sociedade brasileira”, podíamos trocá-los pelos “operários inteligentes que a Europa pode ministrar-nos”.

A postura antiescravista do redator do artigo conjuga-se a uma forte percepção hierarquizada dos grupos humanos justificada por uma teoria evolucionista da história. Na ideia de modernização contida na defesa da implementação do trabalho livre entre nós estava inclusa uma hierarquia de raças.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Idem.

A ideologia liberal de valorização do trabalho livre e assalariado não vislumbrava a possibilidade de progresso no aproveitamento da mão de obra negra uma vez que ela havia esgotado sua tarefa histórica na construção nacional. Os afrodescendentes haviam sido agentes de desenvolvimento do passado e não teria espaço no futuro. Esses deveriam se acomodar às margens, no tempo e no espaço.

No que diz respeito à escravidão, essa começa a ganhar uma justificativa que extrapola o direito de propriedade apenas, embora ele seja frequentemente acionado. Na medida em que o número de pessoas simpáticas à instituição escravista decresce e a Abolição imediata começa ganhar adeptos, outras justificativas que preveem um controle sobre os futuros cidadãos parecem ganhar mais espaço.

A repercussão sobre as discussões em torno da lei que tornaria livre os nasciturnos continuou a motivar manifestações na imprensa de Ouro Preto. Em 8 de julho de 1871, o *Noticiador de Minas* trouxe novamente um trabalho do Brasileiro. Intitulado *Análise e comentário crítico da proposta do governo imperial à câmaras legislativas sobre o elemento servil*, o texto foi dividido e publicado em partes, que foram impressas ao longo de 4 números do jornal. A nova discussão trazia de forma mais densa sua fé no progresso humano e na cristandade elaborando uma narrativa da escravidão nos tempos antigos e modernos até o seu definhamento completo no Império Brasileiro. O Brasileiro exibiu um perfil atípico para o contexto em que escreveu, que teve como uma das suas marcas a crítica ao padroado.⁶⁸ O Brasileiro recuou frente ao anticlericalismo que crescia nas últimas décadas do Império e à revelia da sua crença não deixou de proclamar sua adesão ao Esclarecimento, identificado que esteve “com todos os filósofos, a datar do século XVIII” que iniciaram a reprovação do “tráfico dos negros africanos” que “era contrário ao espírito do cristianismo, imoral e cruel nos seus meios de execução, prejudicial aos costumes, à indústria e à riqueza dos povos, que tiveram a desgraça de admiti-lo”⁶⁹. Sua concordância com os filósofos das luzes é demonstrada através de um excerto do *Espírito das Leis*, de Montesquieu, que foi posta como epígrafe no texto.

⁶⁸ Para conhecer mais sobre o programa defendido pela geração de 1870, consultar: ALONSO, Angela. **Idéias em movimento**. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.173.

⁶⁹ **Noticiador de Minas**. Ouro Preto, 8 de julho de 1871. p.2. APM.

“A escravidão, ou a dominação do homem sobre o homem como coisa, é um fato social que remonta aos tempos imemoriais”⁷⁰ e no passado contou com a defesa até de filósofos como Platão e Aristóteles, mas sofreu abalos desde “que surgiram para o esclarecimento e guia da humanidade as sublimes doutrinas de Cristo, do Matir do Calvário, do Deus Humanado”⁷¹. A partir de Cristo e do “generoso, moralizador e cristão ensino da palavra santa pregada pelos apóstolos, e por seus sucessores” a escravidão passou a esmorecer e seus rigores foram mitigados. Aumentou a benevolência dos senhores e a lei passou a reconhecer alguns direitos e recomendar aos proprietários de escravos que tivessem “a piedade, a caridade e o perdão de um lado, ensinando também ao escravo a paciência no trabalho, a resignação do seu estado, o respeito e obediência de outro aos seus senhores.”⁷² A dureza da escravidão que anulava a humanidade do escravo passou por modificações reservando ao ex-cativo a condição de servo, condição esta que perdurou muito na Europa e àquela altura acabava de ser abolida na Rússia.⁷³ Esse estado de subordinação, muito melhorado em relação ao escravo, estabelecia um vínculo com a propriedade agrícola a qual o servo pertencia e da qual obtinha o seu rendimento desde que cedesse ao proprietário da terra uma importância compatível com seus ganhos.⁷⁴

Na linearidade do desenvolvimento das formas de sujeição humana, o Brasileiro entendeu que a condição de servidão do europeu, preso à terra, inviabilizou sua vinda para a América, e aqui, uma vez que índios sucumbiam diante as asperezas do trabalho e do acometimento de moléstias, “lembraram-se os governos europeus de introduzir os escravos D’África em suas colônias para suprir a falta de braços, que nelas se fazia sentir”⁷⁵.

Movidos pela mais desnuda ambição dos governos europeus e

sob o favor de suas respectivas leis, sob os acúleos da ambição, da avareza, milhares de negros, saídos da costa d’África, onde tinham sido capturados pelos próprios indígenas, e onde embarcavam como fardos, milhares de negros selvagens, e desmoralizados, amontoados em embarcações que arvoravam o pavilhão de nações cristãs e civilizadas, vinham aportar na América para

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Idem.

⁷² Idem.

⁷³ Idem.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Idem.

serem aplicados à agricultura que os homens livres que em sua vaidade desprezavam; consigo traziam o germe de todos os vícios, que são filhos congênitos da escravidão, a baixaza dos sentimentos, a devassidão dos costumes, e todos esses hábitos de indolência, de imprevidência, e de crueldade, que são também próprios aos que possuem escravos, como se Deus não tivesse declarado, que todos viveram com o suor de seu rosto.⁷⁶

Conjugadas aparecem nessa passagem a fé monogenista cristã e uma confiança no desenvolvimento progressivo e desigual da humanidade tendo como pólo organizador a cultura européia que estabelece os padrões dos demais desenvolvimentos. O juízo sobre as origens da humanidade era de que

todos os homens descenderam do mesmo pai, ou eram filhos do mesmo Deus que perante ele todas as suas ações seriam pesadas na mesma balança, sem nenhuma exceção de pessoas, e segundo o seu mérito moral⁷⁷

Operando com uma interpretação dentro do paradigma evolucionista, o autor pôde emplacar uma explicação que uniu a origem bíblica do homem com a certeza do desenvolvimento progressivo e linear.

Como observou Lilia Moritz Schwarcz, as rivalidades entre monogenistas e poligenistas foram amainadas com o aparecimento e difusão das teses evolucionistas de Darwin. Monogenistas se sentiram contemplados com o caráter uno da humanidade, hierarquizada, entretanto, pelos desníveis mentais e morais. Poligenistas, por sua vez, puderam concordar com uma existência longínqua de ancestrais, mas defenderam a tese de que as espécies haviam se separado através da ação do tempo e assumido caracteres genéticos diversos. O modelo evolucionista foi assumido pelas duas interpretações e o conceito de raça passou a contar com atributos de natureza política e cultural.⁷⁸

Precedendo a publicação do *O Abolicionismo*, a grande obra de Joaquim Nabuco, o Brasileiro observou que os “milhares de negros selvagens” e “desmoralizados” trouxeram consigo para as terras americanas “o germe de todos os vícios, que são filhos congênitos da escravidão”. E a condenação da instituição devia-se às mazelas que ela perpetrava na sociedade, tais como: “a baixaza dos sentimentos, a devassidão dos costumes, e todos esses hábitos de indolência, de

⁷⁶ **Noticiador de Minas.** Ouro Preto, 8 de julho de 1871. p.2. APM. Grifo nosso

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz., Op. cit., 1993. p.55.

imprevidência, e de crueldade”. Essa passagem contém uma potencial ambigüidade já que suscita a dúvida sobre se os fatores culturais que caracterizam a escravidão nascem espontaneamente do regime ou se são os atributos dos seus agentes que conferem à modalidade de trabalho compulsório esses vícios. O autor ameniza as dúvidas quando acrescenta que todos os males enumerados “são também próprios aos que possuem escravos”. Indica que os escravos são parte substantiva do problema, mas que seus donos “também” são marcados pelos defeitos. Há uma fusão entre os traços morais e culturais dos escravos, o perfil do senhor corrompido por essas influências e a própria essência do regime de trabalho. Porém, destaca ele, os vícios aportaram aqui com “os milhares de negros selvagens” e “desmoralizados”.

Deformação dos agentes ou do sistema escravista?

Esses trânsitos de sentido que oscilam entre uma identidade amoral atribuída aos escravos “negros selvagens” e a suposta deformação inerente ao sistema de trabalho são difíceis de dissociar. Não é simples detectar qual é o fator que irradia as deformações sociais, a instituição escravidão ou seus agentes. E dentre os agentes, os que comparecem com maior responsabilidade pela sua execrável herança, os senhores ou escravos.

Sem pretendermos precisar qual a carga de responsabilidade que o pensamento social sobre a escravidão no final do século XIX atribui a cada agente do sistema escravista, algumas práticas do período ajudam a esclarecer esses juízos. Instituição progressivamente desmoralizada ao findar o oitocentos, os problemas que passaram a compor a pauta da reorganização social quase invariavelmente recaíram sobre os ex-escravos e os seus “defeitos”, às vezes considerados genéticos outros tidos como históricos, de sua personalidade. A universalização da cidadania era obstaculizada pela incapacidade do ex-escravo ajustar-se ao mundo dos livres. Curiosamente, os proprietários de escravos, que “também” traziam consigo os vícios da malfada instituição, conforme escreveu Nabuco, não foram alvo de nenhuma “pedagogia de transição”. Leis, normas, códigos de conduta, previdência e temor em relação a atuação do futuro do liberto

não coincidiram com as expectativas em relação à atuação do antigo senhor. O cortejo de mazelas resultantes da instituição escravista parece ter sido depositado apenas sobre os ombros do escravo. Não houve estigma de ex-senhor corrompido pela imoralidade da posse depravada de um homem, ao passo que as memórias da escravidão marcaram o destino de todos os que foram escravizados e seus descendentes.

Componente organizador da ordem escravocrata e em qualquer sociedade pós-emancipação, as marcas e memória da escravidão sempre foram fatores decisivos na inserção social do liberto. As experiências de liberdade e as tentativas de gozo das garantias liberais dos libertos, então cidadãos do Império e da República, estiveram atreladas à possibilidade de se distanciar do mundo das senzalas ou conseguir apagar, o quanto possível fosse, as evidências do cativo.

Nos últimos meses da monarquia e ainda na primeira década republicana, os ex-senhores continuaram a tentar fazer prevalecer sua ascendência sobre os homens nascidos livres, seus dependentes, bem como sua influência sobre as autoridades locais, para forçar os libertos a continuar onde sempre haviam estado.⁷⁹

Abolicionismo

Na década de 1880 ressurgiram com muita intensidade as pressões pela abolição. A “faísca” veio em 1879 quando o deputado liberal representante da Bahia, Jeronymo Sodré, atacou firmemente a Lei do Ventre Livre na tribuna da Câmara, considerando-a uma “reforma vergonhosa e mutilada”, complementando que não havia mais porque protelar e chamou os liberais para arrebatarem das mãos dos conservadores a bandeira das reformas emancipacionistas, extinguindo total e rapidamente a escravidão⁸⁰. A partir da insatisfação com os resultados até ali obtidos com a lei de Rio Branco, foi formada a *Sociedade Brasileira contra a Escravidão*. Por todo o país foi estimulada a criação de organizações abolicionistas.

⁷⁹ RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. *Para além das senzalas: camponato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-Abolição*. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da e Gomes, Flávio dos Santos. (Org.). **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

⁸⁰ CONRAD, Robert. ., Op. cit., 1978. p. 166-167.

Acompanhado a escalada abolicionista de outras localidades, as iniciativas do gênero fizeram-se sentir em Ouro Preto. Foram fundadas 5 organizações: *Sociedade Abolicionista Oupretana (1881)*, *Sociedade Libertadora Mineira (1883)*, *Clube Abolicionista Mineiro Visconde do Rio Branco (1883)*, *Sociedade dos Libertos Viscondessa do Rio Novo (1884)*, *Sociedade Libertadora Oupretana (1886)*. Apareceram três jornais abolicionistas: *O Trabalho: periódico literário, instrutivo e abolicionista (1883)*, *A Vela do Jangadeiro – periódico abolicionista (1884)* e *Ordem e Progresso – órgão do Clube Abolicionista Mineiro Visconde do Rio Branco (1884)*. Cada um desses periódicos apresentava uma gama diversa de posturas sobre a promoção da liberdade dos cativos. As sociedades abolicionistas atuaram em Minas à semelhança do que se passou em outros centros do Império. Em algumas ocasiões, através da realização de encontros, reuniões e saraus musicais promoviam a libertação de um escravo.⁸¹

No decorrer dos anos 1880 o movimento abolicionista local parece ter assumido ares mais radicais enveredando pelo caminho da clandestinidade “ao acolherem escravos fugidos que vinham de outras paragens da província, transformando a velha Vila Rica em um verdadeiro esconderijo para muitos daqueles que buscavam a liberdade.”⁸²

A retomada abolicionista da década de 1880 trouxe riscos renovados aos que procuravam alongar a existência da escravidão. A atenção voltou-se para a migração de braços escravos no sentido norte-sul. Nas províncias do café ganhou forma a consciência da ameaça aos interesses dos proprietários esse fluxo que até então havia garantido o suprimento dos braços necessários ao bom termo da lavoura. O problema político a ser enfrentado era a percepção de que a concentração maciça de escravos na região sul fazia cair o interesse político dos representantes do norte na manutenção do sistema escravocrata. Isso ajuda a compreender manifestações como a de um político pró-escravatura da Província de São Paulo, Antônio Moreira de Barros, que propôs uma legislação contrária a entrada de escravos em São Paulo vindos de outras Províncias. Segundo Robert Conrad o deputado mencionava “fechar o mercado de escravos de São Paulo para restringir o fluxo de escravos para fora de outras províncias, especificamente

⁸¹ COTA, Luiz Gustavo Santos. Op. cit., 2007. p.24-25.

⁸² Idem.

daquelas, no norte, que se estavam desembaraçando rapidamente de suas populações escravas.”⁸³

Em tom de advertência o jornal *A Província de São Paulo* avaliou que “a desproporção, sempre crescente, entre o número de escravos das províncias do Sul e o das do Norte, cada vez mais determina a necessidade d’uma medida proibitiva, a fim de conservar homogêneo o interesse de todo o país”⁸⁴ O minguar da população escrava das províncias do norte acarretava, concluía o artigo, “ que os deputados do Norte, que formam a maioria da Câmara, poderão decretar a emancipação *sem comprometer nem mesmo afetar os interesses de suas respectivas províncias...*”⁸⁵.

Na Província de Minas ecoou a mesma preocupação. Em 22 de novembro de 1880 o deputado da Assembleia Legislativa Provincial, Drummond, advertiu sobre a necessidade de:

tomar qualquer medida tendente a cortar a grande importação de escravos que se desenvolve atualmente das províncias do norte para a nossa; me parece que é chegada a ocasião de aplicarmos toda a nossa atenção para evitar as graves consequências que este fato pode trazer-nos.⁸⁶

A cautela das demais províncias do sul, prevenindo-se com leis adequadas, era ato merecedor de atenção contra “esse perigo”. Na sua intervenção, anuncia o deputado: “e direi qual a medida de que se deve lançar mão para previnirem-se fatos como aqueles que se deram nos Estados Unidos e que estão bem vivos em nossa memória.”⁸⁷ Inusitadamente, antes de concluir seu vaticínio, o deputado Mascarenhas intervém e sumariamente afirma: “Propagar a instrução”. Drummond retoma seu raciocínio e responde:

Não é só isso; precisamos de mais alguma coisa, precisamos de lançar impostos algum tanto elevados sobre a venda de escravos de outras para esta província, para assim ir-se enfraquecendo as repetidas transações, que atualmente se operam entre as províncias do norte e a de Minas, relativamente ao elemento servil.⁸⁸

⁸³ CONRAD, Robert. ., Op. cit., 1978. p.208.

⁸⁴ **A Província de São Paulo**, 15 de agosto de 1880 *Apud* CONRAD, Robert. ., Op. cit., 1978. p. 209-210.

⁸⁵ CONRAD, Robert. ., Op. cit., 1978. p.210.

⁸⁶ **A Actualidade**. Ouro Preto, 19 de fevereiro de 1881. p.3. APM.

⁸⁷ *Idem*.

⁸⁸ *Idem*.

Percebe-se que a performance retórica do Drummond foi comprometida, já que seu colega perturbou os efeitos que seu discurso poderia alcançar. Ao responder uma indagação que não era para ser respondida, o Sr. Mascarenhas atrapalhou um bom desenlace. Mirando o exemplo dos Estados Unidos o debate provincial acabava conjugando um temor pela dissolução da escravidão de forma não desejada, a guerra civil a partir da divisão do país e, poderíamos acrescentar, as tensões de ordem racial que aquela realidade experimentou e que sempre foram temidas pelos legisladores brasileiros e demais autoridades no Brasil. O que se percebe é que combinado aos interesses econômicos na passagem do regime de trabalho escravo para a instituição do mercado livre, estiveram projetos civilizatórios embasados por um conjunto de supostos nem sempre explícitos tendo como centro gravitacional a observância da ordem social.

Como observou Célia Maria Marinho, se as vozes dos reformadores sociais, desde o início do século XIX, alegavam que a obra da abolição deveria vir acompanhada de medidas austeras de disciplinarização, controle e infusão de um senso de submissão nos ex-escravos e seus descendentes, ao se avizinhar da extinção definitiva da escravidão, além da coação dos trabalhadores nacionais livres e libertos aventou-se a substituição física pelo imigrante.⁸⁹

Em São Paulo, ansiosos com o desfecho da solução imigrantista, muitos deputados durante a década de 1870, estavam incomodados com a paralisia verificada no encaminhamento da imigração. Exibida com exasperação, a raiz do problema, contudo, encobre um dado interessante, pois em levantamento feito pelo governo imperial em 1874, a Província de São Paulo aparece como uma das exceções do Império, já que não apresentava problemas de mão-de-obra. Ocorria que o tráfico interprovincial supria a tal ponto a lavoura paulista que a escassez de braços não era dado econômico significativo.⁹⁰

Tais questões impeliram Azevedo a buscar as razões que explicam a adoção da solução imigrantista para a Província de São Paulo e as iniciativas de estabelecer altas barreiras pecuniárias ao tráfico interprovincial já que naquelas circunstâncias o comércio havia garantido altas taxas de desenvolvimento regional. Identificou que uma das motivações dessa medida teria sido a “onda negra”

⁸⁹ AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Op. cit., 2004. p.60.

⁹⁰ Idem.

“imagem vívida do temor suscitado pela multidão de escravos transportados do norte do país para a província no decorrer das décadas de 1860 e 1870”.⁹¹ As preocupações orbitavam ainda em torno da dificuldade em manter o controle disciplinar que a Lei do Ventre Livre comprometera; as ameaças permanentes de rebeliões e o perigo causado pelo crescimento dos crimes cometidos por escravos e a anteriormente mencionada precaução em evitar que no Brasil se passasse o mesmo que nos EUA, com o sul devendo amargar a imposição da abolição imediata e sem indenização operada pelo norte.⁹²

Essas investigações permitem encontrar uma convergência curiosa no debate realizado na Assembleia Provincial em Ouro Preto em 1880. Quando a breve resposta de Mascarenhas interrompe os alarmas pronunciados por Drummond. Parece haver o cruzamento de duas alternativas para lidar com a presença do escravo e a sobrevida da escravidão. “Propagar a instrução” era uma medida que se enquadrava nos marcos de uma pedagogia da transição que incluía um aprendizado moral assegurando a tranqüilidade na passagem da condição de escravo para a de livre. Teria pouca valia “a coação policial ao trabalho e o controle administrativo das vidas se não ocorresse simultaneamente uma internalização da hierarquia social ou um reconhecimento subjetivo da posição social a ocupar e dos limites das aspirações.”⁹³

Por sua vez, o tom inquieto das sugestões do deputado Drummond filia-se a proposta de não só obstacularizar a reprodução do que se passou nos EUA e garantir uma sobrevida para a escravidão forçando o norte a um “compromisso” com a instituição, mas também com o encolhimento da presença escrava. O pano de fundo dessas propostas era a utopia do empreendimento imigrantista, que acabou assumindo um objetivo marcadamente racial de substituição por um novo agente de trabalho, o imigrante europeu. Como assinalou Azevedo, a proposta valia para todos os setores, rurais e urbanos.⁹⁴ Era um “sonho branco” embalando o sono da civilização.

Os temores sobre os resultados que poderiam emergir da concentração demográfica da propriedade escrava começaram a ser confirmados pelos fatos.

⁹¹ Idem. p.111.

⁹² Idem. p.114.

⁹³ Idem. p.52.

⁹⁴ Idem. p.67.

Uma seca que assolou o nordeste entre 1877 a 1880 reforçou o abolicionismo no Ceará, uma das províncias mais atingidas. Em razão da intempérie o fazendeiro nordestino teve mais razões para comercializar seus cativos, uma das únicas fontes de riqueza que lhe restara. Entre 1871 e 1881 mais de 7 mil escravos foram, formalmente, alvo de transação comercial com outras províncias.⁹⁵ Envolvidos por uma crescente adesão da opinião pública, favorecidos pela estadia de José do Patrocínio durante três meses em 1883, em 1884 foi declarada extinta a escravidão na Província do Ceará.⁹⁶

O exemplo cearense propagou um grande entusiasmo abolicionista por todo o país. A repercussão na capital mineira se materializou na organização de uma manifestação emancipacionista pelas ruas da cidade. Em 27 de março de 1884, o jornal a Província de Minas assim noticiou o ocorrido

Essa explosão de entusiasmo tinha um grande significado da parte do belo sexo. Representantes da moral na família, entes sensíveis por excelência, saudando a marcha cívica em honra do Ceará, como que sentiam em si todo o horror que inspira essa palavra – escravo – *túmulo frio e sinistro da personalidade humana*⁹⁷.

Esse excerto, que compõem a celebração da iniciativa cearense de ter posto fim à escravidão naquela Província traz um entendimento, que o redator imaginou ser compartilhado, acerca do que era e do que representava o escravo naquela sociedade. Disse então que o sentimento evocado pela palavra escravo é de “horror” por este se tratar do “túmulo frio e sinistro da personalidade humana”. Em acréscimo as avaliações feitas pelo Brasileiro acima referidas, há aqui, exposto de forma enlaçada, a concretização de princípios antiescravistas e indícios de como a escravidão passa a ser abordada nos tempos das teorias raciais. O escravo, que na sintaxe do tempo, também podia significar negro, era um fator de deformação da “personalidade humana”⁹⁸.

Quais tipos de idéias de fundo existem nessa apreensão das diferenças entre grupos humanos e suas determinadas propensões ao desenvolvimento social? Cumpre pensar quais efeitos produziu sobre o processo da Abolição e seus

⁹⁵ CONRAD, Robert. ., Op. cit., 1978. p.213.

⁹⁶ Idem. p.229.

⁹⁷ **A Província de Minas**, 27 de março de 1884. p.3. APM. Grifo nosso.

⁹⁸ Ver: MATTOS, Hebe. Op. Cit., 1995.

desdobramentos a justificativa histórica e cultural da escravidão (vale lembrar, associada à defesa do direito de propriedade).

A mutação dos termos e parâmetros do debate deu nitidez a premissas evolucionistas. O processo político e social de superação da escravidão passou pelo reconhecimento do trabalho africano como um estágio “primitivo” e “inculto” próprio a uma etapa de desenvolvimento das forças materiais ultrapassada e a “superior inteligência do homem branco” como fator moderno de desenvolvimento. É importante esboçar as ideias centrais sobre a diversidade humana disponíveis no período para elucidar melhor o ideário que subsistiu no contexto interpretativo dessas manifestações.

O ideário racista do século XIX

As inúmeras vicissitudes do pensamento sobre a diversidade humana têm na época das grandes navegações um marco fundamental. Do contato com povos diversos veio o estranhamento que alimentou descrições fantásticas dos primeiros relatos de viagem. Na medida em que aumentava a empresa colonial ampliava-se o conhecimento desses “novos” homens e seus territórios dando lugar à criação de teorias preocupadas em caracterizar esses homens e seu ambiente. No século XVIII, os selvagens passaram a ser entendidos como primitivos. Foram compreendidos como rebentos da humanidade, os primeiros de um caminho que os poderia levar até a civilização. Para Rousseau, era inerente aos primitivos, como humanos, o atributo da ‘perfectibilidade’. Essa capacidade dotava a espécie de capacidade de se superar, de aperfeiçoar-se fazendo uso da sua ‘liberdade’. Liberdade essa que facultava a possibilidade de se manter em harmonia com o estado natural ou dele divorciar-se. Como qualidade distintiva da espécie, a ‘perfectibilidade’ era responsável por fazer desabrochar as luzes, as virtudes e também a tirania. Localizava Rousseau no caminho da civilização não apenas a realização de virtudes, mas os vícios e origem da desigualdade entre os homens. Rousseau estabelece os parâmetros para pensar a diversidade humana num ângulo humanista e abre caminho para uma definição de humanidade enquanto totalidade. Mas no século XVIII, as posições de Rousseau conviveram com o avanço

das visões mais deletérias dos espaços coloniais. A detratção do Novo Mundo se intensificou, com destaque para as teses da infantilidade do continente, de Buffon (1707-1788), e a da degeneração americana, de De Pauw.⁹⁹

Buffon descreveu o continente americano com acentuado traço etnocêntrico. Tudo o que viu foi debilidade e imaturidade: do ambiente e do homem. Na teoria de Buffon a humanidade manteve-se una, mas o Velho Continente o topo da escalada que a espécie deveria ascender, enquanto o americano era marcado pela falta, pela carência e incompletude. Os animais eram pequenos, o povoamento escasso, os homens não tinham pêlos, as espécies miúdas. De Pauw completou o quadro identificado por Buffon e introduziu a idéia de 'degeneração', caso de decaimento da espécie, entendido como um desvio patológico. Aqui as diferenças culturais começam a contaminar a natureza da espécie. Começa a crescer a desconfiança na unidade do gênero humano e a inferioridade biológica e cultural se destaca como definição dos povos não-brancos. O vigor da idéia de igualdade da tradição humanista da Ilustração se esmaeceu com a reorientação intelectual sob patrocínio da restauração monárquica, reagindo às teorias igualitárias do ideário das revoluções burguesas. Povo e raça foram se fundindo num contexto de debates políticos em torno das democracias modernas e dos modelos de cidadania possíveis. O livre arbítrio do indivíduo burguês era submergido na herança natural e no patrimônio genético do grupo a qual pertencia. Com isso a universalização de direitos passa pelo crivo da evolução biológica. O século XIX europeu é aberto com as esperanças revolucionárias que herdou dos pressupostos igualitários do século de Rousseau, mas, contrariamente, inventa a idéia de que grupos humanos carregam heranças físicas, intelectuais e morais permanentes do seu agrupamento, máxima que ganhou a forma científica no conceito de raça.

O século que se reencantava com a ciência e com a tecnologia aprofundava os conflitos com as explicações de cunho religioso. O avanço da ciência biológica pôs em cheque a origem bíblica do homem, e as versões secularizadas de um gênero humano único e perfectível, conforme princípio rousseano. Esta era a tese da monogenia que apresentava diferenças, mas não uma contradição insolúvel com

⁹⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit., 1993, p. 44-47.

a versão do Éden. A tese da poligenia apareceu como vertente contrária às explicações até então existentes da origem do homem. Ao contrário de única a humanidade era cindida. A suposição era de que existissem vários centros de criação e que as diferenças fenotípicas e culturais observadas eram a prova da existência de raças. As leis biológicas prometeram explicação para as diferenças de comportamento. Os desdobramentos da poligenia redundaram na criação de teorias (frenologia, antropometria e craniologia técnica, antropologia criminal) e uma parafernália científica que prometia desvendar a capacidade e o caráter humano através da mediação de cérebro e do crânio. O coroamento científico da poligenia foi a ambição de traçar uma tipologia das raças, identificando as raças puras condenando a hibridação humana. A analogia com outras espécies do mundo animal serviu como amostra dos efeitos danosos que a mistura de raças gerava. A exemplo da infertilidade da mula, uma das suposições foi que a fusão racial levaria uma esterilidade da ‘espécie miscigenada’, os mulatos.¹⁰⁰

O aparecimento d’A origem das espécies (1859), de Charles Darwin, teve importância paradigmática. Suas revelações adequaram-se às duas vertentes que divergiam na explicação da origem do homem. A noção de evolução satisfaz os monogenistas, que classificaram as raças e povos dentro de uma mesma linha evolutiva; os poligenistas, por outro lado, assentiram à existência de ancestrais comuns, mas defenderam que os fatores como o tempo e o ambiente produziram alterações radicais na carga genética dos grupos humanos. O conceito de raça teve sua importância analítica potencializada pelo acordo tácito selado sob os postulados evolucionistas e nem a política e a cultura escaparam da sua força explicativa. A absorção do darwinismo aconteceu em vários campos do conhecimento, e vários foram os sentidos assumidos pelo que ficou vulgarizado como ‘seleção natural’.¹⁰¹

O incremento do raciocínio racial logo acentuou a miscigenação como questão fundamental. A nova ânsia do interesse poligenista era saber o que fazia uma dada espécie triunfar perante a seleção natural. O resultado da equação racial montada foi a dedução de que a mestiçagem era sinônimo de degeneração. O detalhamento dos diagnósticos sobre realidades raciais teve sua minúcia científica

¹⁰⁰ Idem. p.47-54.

¹⁰¹ Idem. p.54-57.

tão ampliada que se passou a vislumbrar o planejamento da (re)produção de populações através da manipulação racial. O patrimônio genético de um dado grupamento humano foi assumido como projeto político nacional. A eugenia sintetizou essas aspirações, correspondendo à completa biologização da política. A previdência européia aconselhava o zelo pelo equilíbrio racial como estratégia nacional para não decair, nem degenerar. Essa questão fazia parte da agenda internacional de preocupações nacionais.¹⁰² Cada nação era impelida a calcular suas chances de sentar à mesa da civilização em razão dos atributos raciais que possuía. Não foi diferente no Brasil, e essa questão se constituiu num dos principais embaraços com que se defrontaram os reformadores que ganharam proeminência na cena política do Império a partir da década de 1870, a chamada “geração de 1870”, já que por aqui a mestiçagem não era um futuro temido, era uma realidade a ser solucionada.

O movimento operário e as idéias revolucionárias de esquerda eram uma realidade efetiva no Velho Continente e bastante conhecido dos intelectuais brasileiros. Mas não foi esse o repertório tomado como referência política e intelectual mais justo para o entendimento da realidade nacional. A preocupação hegemônica da *intelligentsia* brasileira foram as que vislumbravam um destino nacional com a composição e disposição racial de sua população. A nação, em sua organização política e formação cultural, foi pensada pelo crivo da raça.

Na década de 1880, no auge do movimento abolicionista, essas ideias formaram sempre um pano de fundo a partir do qual podemos analisar um conjunto de fenômenos associados à abolição e ao pós-abolição. Analisando um dos maiores ícones da campanha abolicionista vê-se as sinuosidades relacionadas ao problema racial da defesa antiescravista, como é o caso de Joaquim Nabuco. Sua atuação e o registro que fez do maior movimento social do século XIX estabeleceram versões canônicas sobre o movimento, reforçadas em muitos aspectos pela historiografia. A partir da década de 1990 a historiografia sobre o tema foi bastante inovada.¹⁰³

¹⁰² Idem. P.58-66.

¹⁰³ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Op. cit., 1994. Neste sentido ver, entre outros, AZEVEDO, Elciene. Op. cit., 2003; 1999; SILVA, Eduardo. Op. cit., 2003.

Abolicionismo e teoria das raças

Nas primeiras palavras de *O abolicionismo*, Joaquim Nabuco saudava o fato de já termos àquela altura uma consciência nacional, “em formação é certo”, de que a escravidão era uma verdadeira mancha de Caim que o Brasil trazia na frente.¹⁰⁴ A confluência explícita estabelecida entre a existência do trabalho escravo e suas ameaças à nacionalidade foi o mote da argumentação de Joaquim Nabuco. Nabuco dá mostras do humanitarismo e filantropia que embalava o Movimento Abolicionista se identificando com as dores e sofrimentos dos cativos a ponto de estabelecer com este uma relação empática. Enquanto expressa seu altruísmo, Nabuco também declarava as razões nacionais que o movia:

os que sentem a dor do escravo como se fora própria, e ainda mais, como parte de uma dor maior – a do Brasil, ultrajado e humilhado; os que têm a altivez de pensar – e a coragem de aceitar as conseqüências desse pensamento – que a pátria, como a mãe, quando não existe para os filhos mais infelizes, não existe para os mais dignos; aqueles para quem a escravidão, degradação sistemática da natureza humana por interesses mercenários e egoístas, se não é infamante para o homem educado e feliz que a inflige, não pode sê-lo para o ente desfigurado e oprimido que a sofre; por fim, os que conhecem as influências sobre o nosso país daquela instituição no passado, e, no presente, o seu custo ruinoso, e prevêem os efeitos da sua continuação indefinida.¹⁰⁵

Vê-se que a tarefa de semear a liberdade confunde-se com o cultivo do solo da nação. Nabuco chega mesmo a refletir que a Independência de 1822 seria completada pela abolição. Reivindica assim a herança dos emancipacionistas que o precederam e conclui que por mais perspicazes que tenham sido os combates pela liberdade, antes de 1840 o Brasil era presa do tráfico africano. Somente a partir do Segundo Reinado que foi possível resistir seriamente à escravidão.¹⁰⁶ Arremata sua pequena história das oposições à escravidão afirmando que o abolicionismo é o movimento que não se conforma com medidas de protelamento da questão. Era hora de intervir vivamente na resolução do problema não o deixando “dissolver-se insensivelmente no país, um problema que é de previdência política”.¹⁰⁷

¹⁰⁴ NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. p.23.

¹⁰⁵ Idem. p.24-25.

¹⁰⁶ Idem. p.26.

¹⁰⁷ Idem. p.28.

Cada ano desse regime que degrada a nação toda, por causa de alguns indivíduos, há de ser-lhe fatal, e se hoje basta, talvez, o influxo de uma nova geração educada em outros princípios, para determinar a reação e fazer o corpo entrar de novo no processo, retardado e depois suspenso, do crescimento natural; no futuro, só uma operação nos poderá salvar – à custa da nossa identidade nacional – isto é, a transfusão do sangue puro e oxigenado de uma raça livre.¹⁰⁸

Previdência política e a retomada da integridade nacional abalada pelos estragos provocados pela ação prolongada da escravidão. Conclui Nabuco então que apenas retirar a raça escravizada da condição de posse não será suficiente para reparar os danos ao “nosso caráter, nosso temperamento, a noção organização toda, física, intelectual e moral” “que a escravidão passou trezentos a permear a sociedade brasileira”¹⁰⁹. Nabuco expôs sua avaliação de modo categórico cruzando o destino do país como nação à sua conformação sócio-racial. Estava ciente Nabuco de que o esforço ultrapassaria sua geração, mas, “enquanto essa obra não estiver concluída, o abolicionismo teria sempre razão de ser.”¹¹⁰ O processo de construção da identidade nacional conheceu o momento de solucionar o problema da escravidão e dos seus desdobramentos. As afinidades entre abolição e redefinição da nação são flagrantes, aliás, nação, raça e cultura tornaram-se os elementos integrantes da equação do destino do Brasil.

Quando avalia as influências da escravidão sobre a nacionalidade, Nabuco deixa entrever como o agente africano e seus descendentes participaram historicamente da formação do brasileiro. Escrevendo de Londres em 1883, Nabuco assevera que o maior impacto da escravidão sobre a nossa população foi, assim, “africanizá-la, saturá-la de sangue preto, como o principal efeito de qualquer grande empresa de imigração da China seria mongolizá-la, saturá-la de sangue amarelo.”¹¹¹ “Chamada para a escravidão, a raça negra, só pelo fato de viver e propagar-se, foi-se tornando um elemento cada vez mais considerável da população”¹¹². A assertiva diz-nos que a escravidão adjetivou os habitantes do Brasil, africanizou-os. De modo que qualquer outra intervenção imigrantista pode redundar em efeitos semelhantes como, por exemplo, a mongolização. Mas, o que

¹⁰⁸ Idem. p.28.

¹⁰⁹ Idem. p.28-29.

¹¹⁰ Idem. p.29.

¹¹¹ Idem. p.128.

¹¹² Idem.

vinha a ser africanização da nossa população? Nabuco nos responde: “a primeira vingança das vítimas. Cada ventre escravo dava ao senhor três ou quatro *crias* que ele reduzia a dinheiro; essas por sua vez multiplicavam-se, e assim os vícios do sangue africano acabavam por entrar na circulação geral do país.”¹¹³ Nabuco vê vingança no simples ato de viver. Viver e reproduzir-se como uma forma de vingança.

Somado aos degredados e todas as “fezes sociais” que Portugal despejou nessa terra, a não ser os judeus, “o Brasil se apresentava então como até ontem o Congo”¹¹⁴. O autor revela que entende a nação como um processo histórico. Ao pesar esses fatos diz que ninguém pode discordar que “houvera sido melhor que o Brasil fosse descoberto três séculos mais tarde”¹¹⁵, ou seja, que tivesse se constituído à mercê da escravidão, e conclui que é possível que a população e a extensão territorial fossem menores, por outro lado, seríamos mais homogêneos e o solo não estaria tão gasto. Enfim, “a nação não teria ainda chegado ao grau de crescimento que atingiu, mas também não mo traria já sintomas de decadência prematura.”¹¹⁶

A preferência de Nabuco por uma plenitude moral da nação do que pela amplitude do território insinua que a nação teria um contexto mais favorável para se formar, podendo contornar a danosa africanização que se deu no país, já que “a africanização do Brasil pela escravidão é uma nódoa que a mãe-pátria imprimiu na sua própria face, na sua língua, e na única obra nacional verdadeiramente duradoura que conseguiu fundar.”¹¹⁷

Se tivéssemos sido poupados da escravidão talvez “o Brasil ‘não se teria tornado no que vemos’ seria ainda talvez uma colônia portuguesa, o que eu não creio, mas estaria crescendo sadio, forte e viril como o Canadá e a Austrália.”¹¹⁸ O modo como Nabuco viu a articulação entre a instituição escravista e o processo de formação da nação e os atributos raciais dos agentes envolvidos está expresso na seguinte passagem:

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Idem. p.129.

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Idem. 130.

¹¹⁸ Idem.

Muitas das influências da escravidão podem ser atribuídas à raça negra, ao seu desenvolvimento mental atrasado, aos seus instintos bárbaros ainda, às suas superstições grosseiras. A fusão do catolicismo, tal como o apresentava ao nosso povo o fanatismo dos missionários, com a feitiçaria africana – influência ativa e extensa nas camadas inferiores, intelectualmente falando, da nossa população, e que pela ama-de-leite, pelos contatos da escravidão doméstica, chegou até aos mais notáveis dos nossos homens; a ação de doenças africanas sobre a constituição física de parte do nosso povo; a corrupção da língua, das maneiras sociais, da educação e outros tantos efeitos resultantes do cruzamento com uma raça num período mais atrasado de desenvolvimento; podem ser considerados isoladamente do cativo. Mas, ainda mesmo no que seja mais característico dos africanos importados, pode afirmar-se que, introduzidos no Brasil, em um período no qual não se desse o fanatismo religioso, a cobiça, independente das leis, a escassez da população aclimada, e sobretudo a escravidão, doméstica e pessoal, o cruzamento entre brancos e negros não teria sido acompanhado do abastardamento da raça mais adiantada da pela mais atrasada, mas da gradual elevação da última.¹¹⁹

Abolição da escravidão aparece nos planos de Nabuco como uma etapa histórica da construção nacional. O projeto de extinção do cativo deverá servir para dar sequência ao processo de formação nacional e sua direção e sentido deverá ser dada pela “raça mais adiantada”.¹²⁰

No interior da constituição das ideias de nação estão valores, representações, objetos, práticas que historicamente compõem o repertório de referências de uma coletividade que se reconhecem como ligados por atributos semelhantes. As seleções e estabelecimento de fronteiras do conteúdo da nacionalidade podem ser captados no interior dos projetos políticos na forma de um pressuposto e/ou de um fim a ser alcançado. As relações sociais, as hierarquias sociais, as relações de poder e a dominação fornecem um leque de tendências que influíram nos projetos de nação em disputa. No nosso caso, Nabuco atuava com filantropia e humanitarismo para por fim ao sofrimento da raça escravizada e à agonia da nação. Os embates pelo término da escravidão provocam uma dor comparável à dor do parto, que não podia ser adiado. O resultado seria o

¹¹⁹ Idem. p.132-133.

¹²⁰ Cf. AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Quem Precisa de São Nabuco? Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, nº1, 2001, pp.85-97. Para uma discussão sobre como o abolicionismo pôde expressar essa tutela reivindicada por Nabuco a nível regional, entre outros, ZUBARAN, Maria Angélica. A invenção branca da liberdade negra: memória social da abolição em Porto Alegre. **Revista de História e Estudos Culturais**, vol. 6, Ano VI, nº3, julho/agosto/setembro de 2009.

nascimento de uma nação dirigida pela “raça branca” e sob domínio dos códigos culturais que a definiam. A tutela a ser exercida não se restringiria apenas às relações econômicas, à instituição de um mercado de trabalho livre. A direção e controle se espriariam pelo repertório de elementos que passariam a definir a nação, que era e deveria ser branca, comprometida com o progresso e com os valores que a caracterizavam.

A profusão de teorias, ideias, conceitos, noções e imagens acerca do final da escravidão e da instituição do regime de trabalho livre estão imbricadas a projetos civilizatórios de maior monta. No curso dessas lutas políticas as apropriações não possuem uma linearidade e coerência teórica, abstrata e ideal. O calor da luta política, como enfatizou Angela Alonso, o ímpeto reformista da geração de 1870 é o fator decisivo da assimilação de uma dada corrente teórica interna e ou estrangeira.¹²¹ Avalia a autora que o conjunto de ideias que aportam no Brasil nas últimas décadas do XIX não expressa uma fuga, uma “evasão”, um “alheamento” ou “indiferença” em relação a realidade nacional como outros interpretes assinalaram.

Com essa tese Alonso tenta afastar-se da interpretação que via a existência de um instinto mimético como hábito da intelectualidade brasileira do período, que Thomas Skidmore tomou como causa das características centrais da produção dos teóricos brasileiros que resultava em um ecletismo vã e resignado. Para Skidmore,

os brasileiros liam tais autores, de regra sem nenhum espírito crítico. E ficavam profundamente apreensivos. Caudatários, na sua cultura, imitativos, no pensamento – cômicos disso – os brasileiros do meado do séc. XIX, como outros tantos latino-americanos, estavam mal preparados para discutir as últimas doutrinas sociais na Europa¹²²

Angela Alonso, por sua vez, reforça que o movimento

não recorreu ao repertório intelectual europeu visando a construção de teorias em meio a um debate intelectual abstrato. Componentes desse repertório foram assimilados criteriosamente, conforme sua capacidade de elucidar a conjuntura brasileira e oferecer armas para a política.¹²³

¹²¹ Ver: ALONSO, Angela. Op. cit., 2002.

¹²² SKIDMORE, Thomas. Op. cit., 1976. p.13.

¹²³ ALONSO, Angela. Op. cit., 2002. p.332.

Tendo em vista a perspectiva de Angela Alonso, é possível inferir que na apreciação dos acontecimentos das últimas décadas da escravidão vai se consolidando algumas noções de corte racial que passaram a conferir uma nova inteligibilidade da escravidão e suas influências para a formação nacional, e o que representava seus agentes para a consecução dos planos que se formulavam. O resultado foi a elaboração dos modos de incorporação dos ex-escravos, que no Brasil foi pautado por vários mecanismos de preservação de estruturas hierárquicas.

CAPÍTULO III

Ditos e não ditos: escravidão e racialização

Fronteiras da escravidão: palavra e ação

Embora a escravidão tenha sido uma instituição duramente criticada nas últimas décadas do século XIX, sua superação foi lenta. As razões alegadas pelos contemporâneos recaíram sobre a importância econômica do regime de trabalho forçado, sem o qual as finanças do país entrariam em colapso. Hoje, sabemos, que não só o aspecto da desorganização da força de trabalho era temido pela classe senhorial, assim como o desmantelamento da ordem social engendrada por ele. Se a escravidão foi profundamente condenada pelo século do progresso, seu desaparecimento no Império do Brasil não pôde dar-se de qualquer modo. Desde que se viu forçado a tomar providência para debelar a instituição nefanda, como argumentavam os contemporâneos, o Estado Monárquico aplicou um conjunto de reformas graduais e moderadas.

O ressurgimento do movimento abolicionista na década de 1880 fez nascer muitas preocupações entre os senhores de escravos, não só pelos prejuízos financeiros que poderiam amargar caso a ideia da abolição não viesse acompanhada da indenização dos proprietários de escravos, mas porque o andamento da questão deixou de ser matéria de controle dos senhores. Como se sabe, foram muitos os atores que tomaram parte no movimento abolicionista, com concepções e projetos variados. Mas houve uma preocupação adicional que deixou os opositores da ideia de emancipação em sobressalto: não só a questão da abolição se espalhou pelo conjunto dos grupos e classes sociais, como as maneiras de falar sobre o problema passou a ameaçar transbordar as fronteiras linguísticas em que até então esteve restrito.

De um discurso jurídico e econômico, a escravidão converteu-se em tema de criação literária de conotação abolicionista. No jornal *A Província de Minas* de 01 de janeiro de 1881 é possível verificar a sensibilidade dos contemporâneos mineiros

para a coerência que deveria existir entre *forma* e *conteúdo* no trato da questão da escravidão. Comentando um poemeto recém-publicado que lhe havia remetido o editor do jornal, Silvestre Lima, não poupou elogios ao poema intitulado *A escravidão*:

É um escrito de mérito literário, inspirado por altos e nobres sentimentos e no qual abundam versos delicados, conceituosos pensamentos e imagens brilhantes. Revela-se, sobretudo, notável o talento descritivo do poeta, nas cenas e paisagens que figura.¹²⁴

Havia, contudo, uma objeção grave a fazer. Mesmo repleto de belezas que forçavam sua recomendação, o poemeto continha um exagero nas idéias abolicionistas empregadas e que àquele tempo já triunfava no terreno da religião, da filosofia e do sentimento. O esclarecimento da advertência foi expresso da seguinte maneira:

O formidável problema da abolição, porém, complexo e melindroso, joga igualmente com as mais vitais questões econômicas, financeiras, jurídicas e sociais. Tentar resolvê-lo, pois, exclusivamente sob o impulso do sentimentalismo, poderá ser um devaneio do poeta, nunca um programa de estadista. E aos estadistas é que pertence o governo dos povos.

Neste reclamo por temperança na lide com o tema da escravidão está expresso uma clara percepção sobre os modos de fala no encaminhamento das questões em pauta. Se os discursos religiosos e filosóficos abriram caminho para uma condenação moral da escravidão, a prática política não poderia ser orientada pela forma literária carregada de floreios a sensibilizar uma ação que deveria ser pautada pela razão, como mesmo esclarece o autor:

o inteligente autor da *Escravidão*, não refletindo talvez que na sociedade em que vivemos - com a sua defeituosíssima organização - é perigoso alimentar certas aspirações que não podem de pronto ser satisfeitas, dirige-se às classes cujo destino todos deploramos em termos inconvenientes, que são verdadeiro incitamento à revolta, à anarquia, à conflagração, às cenas de S. Domingos enfim.¹²⁵

Aos olhos do editor, intercambiar um assunto de tanta densidade política e social com uma forma literária que apela ao coração, embalada pela atmosfera do

¹²⁴ **A Província de Minas**. Ouro Preto, 01 de janeiro de 1881. p.1. APM.

¹²⁵ Idem.

discurso filosófico e religioso, não era “prudente, nem patriótico, nem justo, nem ao menos sensato”.

O juízo expresso alude de forma direta aos fundamentos da ordem escravista construída e sustentada pelo Estado Monárquico baseados nas razões de Estado. Na tradição luso-brasileira, a escravidão sempre foi predominantemente matéria da política, resistindo às investidas do discurso filosófico e religioso. No pré-Independência, os argumentos antiescravistas elaborados em consonância com a consciência cristã eram quase sempre impugnados pelos interesses do Estado Português.¹²⁶

Dentro do Estado Imperial Brasileiro as razões de ser da escravidão passaram a ser um dos pilares do próprio Estado-Nação. Grupos diversos, de diferentes posicionamentos sustentaram a escravidão argumentando em nome de difusas concepções que se encontravam na defesa dos “interesses nacionais”¹²⁷. Quando se tornou impossível evitar o surgimento do movimento abolicionista nos últimos anos da escravidão, procurou-se mantê-lo circunscrito ao universo restrito e ritualizado da esfera política monárquica, de acordo com os códigos e normas vigentes que regulavam o jogo político durante a era saquarema. Notamos que o editor reprova a ação ameaçadora do poeta, prestes a efetuar um deslocamento da questão política da escravidão, transformando-a em objeto das artes.

Se a escravidão àquele tempo era ideia repelida por todos haveria de acabar. Na leitura do editor que comentou o poema, a política reformista e a independente ação dos senhores já estavam agindo para por fim à chamada questão servil, observando sempre as razões de estado de cunho socioeconômico que a matéria exigia. O tema da escravidão fazia parte da realidade da política, do patriotismo, das finanças e do discurso jurídico e o emprego da arte literária podia infundir sentimentos avessos à solução em andamento.

Para ilustrar a maneira como entendia a relação entre *forma* e *conteúdo* no trato de algumas questões, exemplificou suas reservas em relação ao tema que o talentoso poeta utilizou para compor sua arte com a seguinte construção imagética: “que diria o poeta do marinheiro que se aproximasse com o facho aceso à pólvora do paiol? O símile é rigorosamente exato. Daí a necessidade de máxima

¹²⁶ CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p.35-64

¹²⁷ Idem.

prudência, na palavra e na ação”¹²⁸. O exemplo imagético não deixa dúvidas: a mistura de ação e palavra proposta pelo poeta era incendiária e, portanto, inconveniente.

Se na batalha das idéias a existência da escravidão passava a ser considerada anacrônica, no mundo da política tratava-se de questão melindrosa e vagarosa. As razões de estado deveriam orientar as ações políticas que, ao que parece, eram interpretadas como tendo uma natureza muito distinta da do mundo das idéias, sugerido pelo autor como sendo a religião, a filosofia e o universo das artes que aparece no texto como propagador de sentimentalismo. A política aparece como lócus da ação pública através do exercício da razão, que deveria estar imune aos ditames da esfera do coração, característica do mundo das artes e do universo íntimo.

Percebe-se que o autor notou que as fronteiras dos domínios lingüísticos nos tratos das questões políticas e sociais estavam sendo rompida. O sentimentalismo das artes seria nocivo caso captasse o problema da escravidão, fazendo-o assumir outra dinâmica. Contra essa ameaça de diluição das fronteiras, afirma o autor:

“A Lei de 28 de Setembro, a lei áurea, a lei santa, executada com lealdade, pode e há de facilitar a solução do negro problema, de modo que antes de findar o século, indenizados os possuidores, sejam emancipados de um jato, *sem promessas nem anúncios prematuros*, os últimos restos de uma população infeliz. [grifos do autor]”

A aproximação da palavra e da ação aludida no texto suscita-nos uma conjetura sobre aqueles anos de acentuação das lutas sociais e sua relação com a percepção sobre as novas dimensões da instrumentalização da linguagem no embate político. No comentário do editor sobre o poema, a palavra é posta no mesmo plano da ação. Aquela *forma* combinada àquele *conteúdo* é em si uma ação capaz de produzir efeito e não mera comunicação de uma intenção soberana interior. Afinal, não havia muitas objeções públicas à adesão juvenil ao movimento abolicionista, mas haviam formas adequadas de sê-lo, pelo menos aos olhos daquele editor. Apreende-se que o gênero empregado foi, ele mesmo, considerado uma ousadia indecorosa ao incorporar pautas da agenda política. Mais do que

¹²⁸ **A Província de Minas**. Ouro Preto, 01 de janeiro de 1881. p.1. APM.

reflexo de alguma realidade profunda ou um epifenômeno de uma causa subterrânea, a *forma*, ela mesma, foi interpretada como uma maléfica incongruência.

A ação abolicionista sob a forma do poemeto foi julgada demasiada ousada. As reservas do editor foram tamanhas que, mesmo sendo o poema intitulado *Escravidão*, ele teceu seus comentários sem utilizar a palavra escravo. Estabeleceu-se um jogo cifrado cuja disputa era o interlocutor potencial do tão discutido poemeto. Na avaliação do editor a potencialidade daquela forma se realizaria quando encontrasse os ouvidos dos escravos. Seu comentário era, ao contrário, endereçado àqueles que mesmo cientes das demandas humanitárias daquele tempo para com os irmãos cativos, não partilhavam das ansiedades utópicas de algumas alas abolicionistas. Um dado interessante que torna visível esses posicionamentos lingüísticos é o fato de o editor não apenas evitar o uso da palavra escravo, assim como não se dirigir a eles. No lugar da palavra escravo preferiu eufemismos como “classes cujos destinos todos deploramos em termos convenientes” e os “restos de população infeliz”¹²⁹. Ficava claro aos leitores com quem se queria tratar e de quem se tratava, os convocados a agir e os que seriam objeto das ações.

Por outro lado, ficamos sem saber o conteúdo do poemeto elogiado pelo editor, uma vez que mesmo tendo sido considerado uma bela peça literária, não foi publicado. Entre o esmero artístico da composição e suas consequências incendiárias para a questão da abolição, o editor optou precaver-se da segunda. A opção dele sugere cautela ao abordarmos a ideia de autonomia dos campos artísticos e lingüísticos, uma vez que, pelo menos naquela circunstância, esses campos devem ser examinados tendo em vista suas interações com as questões sociais.

Assunto maculado e direito de propriedade

Cumpra advertir, que não há um só lugar do nosso texto, onde se trate de escravos. Temos é verdade, a escravidão entre nós; mas, se esse mal é uma exceção, que lamentamos, condenado a extinguir-se em época mais ou menos remota; façamos também

¹²⁹ Idem.

uma exceção, um capítulo avulso, na reforma das nossas Leis Civis; não as maculemos com disposições vergonhosas, que não podem servir para a posteridade: fique o *estado de liberdade* sem o seu correlativo odioso. As Leis concernentes à escravidão (que não são muitas) serão pois classificadas à parte e formarão nosso Código Negro.” (Augusto Teixeira de Freitas, Consolidação das leis Civis, 4ª edição (1ª edição, 1857), Rio de Janeiro, Livraria Garnier, s. d., p. xxxvii. Apud PENA, Eduardo. Pajens da Casa Imperial, p.55)

A passagem acima, escrita por um dos mais destacados juristas do Império, contratado para esboçar um projeto de código civil, apresenta as reservas manifestas pela elite política e magistrados em não reconhecer dentro da malha legal a existência da escravidão entre nós. Desde os primeiros anos do Império, políticos e juristas manobriram para não formalizar o caráter escravista da nação independente que se levantava. Visconde do Rio Branco sentia-se envergonhado em escrever a palavra escravo em documentos internacionais. A altivez da elite imperial era sempre desafiada pela existência da instituição. Conforme argumenta Eduardo Spiller Pena, embora a escravidão não aparecesse no principal documento do país, várias outras leis imperiais se ocuparam da matéria, sobretudo o Código Criminal.

Mesmo com as suscetibilidades arranhadas era preciso não só tomar em conta a existência da escravidão como regulá-la. Sendo assim, tanto Teixeira de Freitas, como também

a repugnância do então ministro Rio Branco, em relação à temática da escravidão, enfrentaram o rolo compressor dos ‘motivos políticos e de ordem pública’ que trouxeram à tona a questão do ‘elemento servil’. Os dois foram como que *forçados* a se entreter com um problema complexo e delicado e tiveram, por fim, que engolir, torcendo ou não nariz, a sua própria aversão. Rio Branco, mais tarde, não como diplomata, mas como presidente da câmara, foi incumbido de dirigir a discussão para a implementação de uma ‘lei especial’ sobre a questão (a lei de 1871). Já Teixeira de Freitas..., bem, mesmo obrigado, nosso ‘maior jurisconsultos’ ainda resistia. Na segunda edição de sua obra [Consolidação das Leis Civis] (1865), reconheceu a lacuna apontada pela comissão, mas manteve, por outro lado, a decisão de não incluir a compilação dos dispositivos escravistas, herdados das ordenações portuguesas e do direito romano, no escopo do seu texto principal, inserindo-a somente como adendo, por meio de ‘notas explicativas’.¹³⁰

¹³⁰ PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da casa imperial**: jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871. Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001. p.59.

Embora não escapasse a ninguém a capilaridade da escravidão na sociedade brasileira, muitas autoridades receram em tomar abertamente o tema como objeto de ordenamento jurídico. Joaquim Nabuco, em o Abolicionismo, atacou a desfaçatez que levava as autoridades do Império a “falsificar a nossa Constituição, as nossas leis, tratados, estatísticas e livros, para escondermos a vergonha que nos queima o rosto [...]”¹³¹. O fato é que enquanto a instituição não teve sua existência ameaçada, houve bastante cautela ao se referir a ela.

Dois discursos se sobressaíram para lidar com o tema, o econômico e o jurídico. Como notou, José Murilo de Carvalho, ao contrário dos antiescravistas ingleses e norte-americanos que basearam suas combates em bases filosóficas e religiosas, o circunscrito mundo da política no Império Brasileiro se ocupou da questão tardiamente, quando as idéias antiescravistas começavam a tomar a forma de um movimento social amplo, o abolicionismo.

Nos primeiros anos do Brasil independente a questão da abolição foi debatida, porém, àquele tempo, a questão racial com foros de ciência ainda não era uma realidade, embora seja, ao nosso entender, equivocado imaginar que foi o século XIX que inventou a discriminação contra africanos e afrodescendentes. Quais foram os argumentos utilizados pelas autoridades imperiais para manter o regime escravista no país ao mesmo tempo em que a Constituição afirmava os princípios do liberalismo?

Escondendo suas vergonhas, a elite política reservou ao tema um plano discursivo que fugia do espaço público, embora, evidentemente a matéria foi motivo de paixões e posicionamentos políticos de figuras destacadas do Império. A contradição existente foi resolvida acomodando a questão dentro da ordem privada. Esse encaminhamento tirou, aparentemente, as feições políticas do problema, que passou a ser um assunto doméstico, familiar.

Segundo Alencastro, etimologicamente, a palavra *privatus* (privado) é originária da *privus* (particular) e deu origem a *privu-lex* ou *privilegium* (lei particular, um privilégio). O escravismo moderno, por sua vez, trouxe para a vida privada o direito de possuir escravos. Segundo Alencastro a consequência disso foi que

¹³¹ NABUCO, Joaquim. Op. cit., 2003. p.119.

no decorrer do processo de organização política e jurídica nacional, a vida privada escravista desdobra-se numa ordem privada preñe de contradições com a ordem pública. Manifesta-se a dualidade que atravessa todo o Império: o escravo é um tipo de propriedade particular cuja posse e gestão demandam, reiteradamente, o aval da autoridade pública.¹³²

Tratar de escravos e escravidão não era tema digno aos olhos das ilustres autoridades imperiais, que comungavam ao seu modo das teses do liberalismo político. No entanto, a ordem pública era uma instância fundamental para organização e controle desse tipo de “propriedade”. Alencastro destacou que o modo de lidar com a questão da escravidão envolveu a construção de categorias econômicas e jurídicas:

Tributado, comprado, vendido, herdado, hipotecado, o escravo precisava ser captado pela malha jurídica do Império. Por esse motivo, o discurso jurídico assume um caráter quase constitutivo do escravismo no Império, e o enquadramento legal ganha uma importância decisiva na continuidade do sistema: o fim e ao cabo, a escravidão desaba de um dia para o outro – 13 para 14 de maio de 1888 -, quando a lei de quatro linhas revoga seu fundamento jurídico. Havia, portanto, uma ordem privada específica, escravista, que devia ser endossada nas diferentes etapas de institucionalização do Império. Os condicionamentos históricos desse processo configuraram duradouramente o cotidiano, a sociabilidade, a vida familiar e a vida pública brasileira. [...] o escravismo não se apresenta como uma herança colonial, como um vínculo com o passado que o presente oitocentista se encarregaria de dissolver. Apresenta-se, isto sim, como um compromisso para o futuro: o Império retoma e reconstrói a escravidão no quadro do direito moderno, dentro de um país independente, projetando-a sobre a contemporaneidade.¹³³

O tratamento jurídico e econômico dado ao problema da escravidão constituiu-se como um dos pilares do discurso da “coisificação”, presente nos textos de época, e incorporado por parte da historiografia sobre a escravidão no Brasil. A definição do escravo como “coisa”, “propriedade”, “capital”, “braço da lavoura”, etc., fez com que a escravidão figurasse como tema do direito, da economia e da política, por se tratar de finanças públicas e privadas. Conforme discutiu Sidney Chalhoub, o discurso jurídico e econômico que estão na base da

¹³² ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Vida privada e ordem privada no Império*. In: **História da vida privada no Brasil**: Império: a corte e a modernidade nacional, São Paulo, Companhia das Letras, 1997. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 16-17.

¹³³ Idem.

tentativa de “coisificar” os escravos autorizou que analistas da escravidão se confundissem e apreendessem a experiência histórica dos escravizados a partir da forma como eram representados pela sociedade escravista. Conforme frisou Chalhoub, os senhores proprietários “pareciam quase acreditar que estavam lidando com as criaturas que se assemelhavam ao gado, e o tratamento dispensado aos negros era em vários aspectos idêntico ao dado às bestas”¹³⁴.

A violência da definição jurídica e econômica do escravo, somada à toda sorte de caprichos aos quais os escravizados estavam submetidos, não contemplava o matiz racial. Concordando com Hebe Mattos, é possível dizer que a legitimidade da escravidão moderna não se fez sobre bases raciais¹³⁵. Os que resistiram ao término da escravidão sempre recorreram ao “sagrado direito de propriedade” e não apelaram abertamente para uma alegação de base biologizante. Em outras palavras, a escravidão era essencialmente definida como uma questão de propriedade, ou melhor, de defesa da propriedade. Com isso era possível debater a questão sem quaisquer constrangimentos de origem moral, religiosa ou filosófica. Daí deriva grande parte das contradições que os analistas enxergam na existência duradoura que a instituição teve entre nós, país profundamente marcado pelo catolicismo e partidário dos princípios liberais.

Os primeiros questionamentos abertos da escravidão reiteravam esses postulados. No entanto, no decorrer do século XIX, o desgaste da escravidão acompanhado ao desenvolvimento das teorias raciais fez surgir novas modalidades de pensar e falar sobre a questão. Ao passo em que a teoria das raças se consolidava e crescia a condenação do trabalho escravo, inclusive com o surgimento do abolicionismo, as discussões sobre o tema da escravidão assumem novos matizes.

Abolição, raça e trabalho

Alguns estudos sobre as relações raciais no Brasil dão destaque ao contexto da abolição para a importância que a raça assumiu. No que tange especificamente a

¹³⁴ CHALHOUB, Sidney. Op. Cit., 1990, p.36-37

¹³⁵ MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p.14.

questão da liberdade, de fato, podemos notar que no momento em que as ações dos escravos, do movimento abolicionista e do Estado convergem para a questão da abolição, o problema racial entra de vez para a agenda do país. Contudo, antes desse deslocamento que a questão sofre, sempre ao referir-se à liberdade dos escravizados o discurso dominante versava sobre a defesa da propriedade. Para referir-se à questão da emancipação e abolição, a questão era tratada nos domínios da questão jurídica e/ou econômica, contudo é perceptível novos contornos nos discursos. É possível notar algumas expectativas daqueles que escreviam nos jornais acerca do futuro das relações entre as classes sociais que já estava a sofrer alguma modificação.

Em agosto de 1871, um texto publicado no Noticiador de Minas, intitulado a agricultura, de José Miguel da Siqueira, versou sobre o tema do trabalho e a necessidade da implementação do trabalho livre em substituição ao escravo. Segundo o autor,

A emancipação do estado servil, qualquer que seja a solução deste tão difícil como melindroso problema, há de precisamente transformar nosso atual modo de vida prática. [...]

Por desgraça nossa somos herdeiros legítimos dum triste legado que nos deixaram nossos maiores – a escravidão.

Forma ela uma parte considerável do nosso capital, e por conseguinte da riqueza pública e particular, e esta fonte tem de ir secando pouco a pouco com a lei de morte para os existentes, e a do ventre livre, (segundo idéia mais aceita) para os nasciturnos.

Seja assim, ou por outra maneira, o que é certo é que a questão tem de ser resolvida, e é preciso que seja. A dúvida é sobre modo incomedativa: é ela na expressão de um poeta hodierno, o limbo das almas na estação da vida: é o pior estado da alma.

A pedra está no declive da montanha, e o calço que a sustém é fraco: em sua queda será abatida toda a barreira que se lhe opuser.

Será, pois, dentro de um certo prazo, realizada a emancipação do elemento servil: e a alimentação tem necessariamente a subir nos primeiros tempos a preços fabulosos; e esta alta há de se conservar até que seja regularizado o trabalho livre.

E pode levar anos esta regulação em face da licença em que hoje vive entre nós a gente deserdada da fortuna, que precisa trabalhar a jornal: esta gente exige salários tão altos que os lucros da lavoura não comportarão: e assim teremos de consumir somas avultadíssimas na alimentação de nossas famílias, o que pode facilmente arruinar nossas fortunas, se, previdentes, não repararmos o consumo com a produção que nos traz trabalho.¹³⁶

¹³⁶ **Noticiador de Minas.** Ouro Preto, 4 de agosto de 1871. p.1. APM.

Conforme alerta o autor, a vida cotidiana, a vida prática, tenderia a sofrer alterações com a extinção do trabalho escravo. O capital e as fortunas representados pelos escravos necessariamente iria se esvaír e era urgente erigir um novo regime de trabalho que desse ao proprietário condições favoráveis de recrutamento de mão-de-obra, que, àquele tempo, como argumenta o autor, era composta por gente que “exige salários tão altos”. O custo da força de trabalho é alto pela existência da escravidão, mas que esse tempo haveria de acabar e que uma nova mentalidade deveria nascer, afastando o preconceito contra o trabalho. No seu entender, o último reduto da resistência ao trabalho era a classe aristocrata, “que nada faz”. Entre eles, “o trabalho era desonrado a ponto que o menino branco, o que nada possuía, preferia antes estender a mão para pedir uma esmola que lavrar a terra, porque lavrar a terra era fazer serviço de escravo”¹³⁷.

A tônica da discussão empreendida é de cunho econômico. O autor, favorável a instituição do regime de trabalho livre e assalariado era mais produtivo e inevitável. Ao longo da sua argumentação citou o caso dos Estados Unidos alegando que lá foi precisamente um homem de origem operária, Abrahan Lincoln, que deu o golpe final na instituição escravista inaugurando a fase de prosperidade naquele país.¹³⁸

No pequeno trecho acima a importância do debate centra-se em torno da riqueza pública e particular, as fortunas, o modo de vida prática e o capital. A economia, as rendas e a propriedade privada organiza a defesa da instituição do trabalho livre.

Outro posicionamento publicado no Noticiador de Minas em 25 de agosto de 1871, dá visibilidade às discordâncias entre aqueles que tinham condições de expressar suas opiniões por meio da imprensa. O autor, anônimo, declarou que apenas aqueles que não conheciam “os hábitos, os costumes e a história de Minas Gerais” acreditaria que a manifestação contrária dos 14 deputados mineiros ao projeto da Lei do Ventre Livre exprimiam, de fato, as “aspirações” e “idéias” da Província. Reconheceu o autor que, embora fosse de suma importância as “questões políticas” e de “melhoramentos materiais”, nas grandes “grandes

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ Idem.

questões, nas questões sociais” é possível que Províncias opusessem resistência, mas que esse não era o caso de Minas Gerais.

Para o autor,

a emancipação do elemento servil, realizada nos limites e com as cautelas aconselhadas pela prudente consideração do estado presente de causas, não é uma Esfinge, que não se possa encarar de frente.

Abolição do estado servil quer dizer organização de trabalho, aproveitamento do braço livre, estrangeiro ou nacional. É assim que devem os cidadãos tratar de resolver o problema, e não fazendo geral e acumulando com o mais inconsiderado proceder terrores fantásticos, que não tem razão de ser.¹³⁹

Há aqui um procedimento comum nos idos da década de 1870, momento em que reformas do regime de trabalho começaram a reaparecer no Congresso. Era importante assegurar uma transição sem abalos. Os partidários da reforma defendiam a idéia de que o trabalho livre, se devidamente implementado, só poderia trazer benefícios aos negócios do país. E, conforme aparece no texto, seria possível aproveitar o braço nacional, posição que passou a ser bastante controversa entre os latifundiários.

O trabalhador nacional foi alvo de intensa desconfiança por parcela dos proprietários, homens de ciência e demais autoridades do Império. Célia Maria Marinho Azevedo chamou a atenção para o fato de que os reformadores do século XIX, ao se debruçarem sobre o problema da transição do trabalho escravo para o livre, quase sempre o faziam à luz do repertório de ideias e projetos em voga provenientes das formulações dos teóricos das raças humanas e das aptidões naturais. Naquele tempo, argumentos liberais e raciais eram mobilizados para atacar a inoperância produtiva do trabalho escravo. A irracionalidade do sistema escravista era explicada tanto em termos do caráter compulsório do trabalho quanto pela inferioridade racial dos escravos africanos. E é esse quadro que faz nascer uma corrente de pensamento imigrantista no Brasil, presente também em Minas.¹⁴⁰

Em 04 de dezembro de 1881 foi publicado n’A Província de Minas uma dessas manifestações imigrantistas. Segundo o texto:

Atuando com energia é cada vez mais imperiosamente a necessidade da substituição de braços para a lavoura é a questão

¹³⁹ **Noticiador de Minas**. Ouro Preto, 25 de agosto de 1871. p.1.

¹⁴⁰ AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Op. Cit., 2004, p.55.

mais grave da atualidade. Jogam com ela interesses vitais do país, ligam-se-lhe estreita e inseparavelmente os problemas que mais afetam ao nosso futuro, não um futuro remoto, mas de um amanhã que não tardará em tornar-se presente.

[...] Com quanto não esposemos os planos arrojados de nossos abolicionistas radicais, planos que, postos em via de execução com a celeridade por muitos ambicionada, trariam nada menos do que a ruína e a conflagração do país – estamos também longe daqueles que ingenuamente confiam na ação única da lei de 28 de setembro para solver o problema tremendo do estado servil.

Eleita vencedora e aceita pela opinião esclarecida, a emancipação gradual e progressiva já não pode, sem perigo grave, encontrar repulsas.

Cavai fundo e em linha reta o alvo para a torrente irresistível, ou ela inundará destruidoramente os vales fecundos da pátria.

Para este desígnio altíssimo são úteis todos os esforços, proveitosos e louváveis todos os cometimentos.

Pensando assim, não regatearemos encômios a dois concidadãos prestimosos. Srs. Dr. Ludolpho Fromm e Antônio Chaves de Magalhães, que se mostram, por atos significativos, empenhados em atrair para o município de Oliveira, onde residem uma corrente de imigrantes alemães.

[...] Escolas de ensino profissional, modestas mas numerosas e práticas; vias de comunicação rápida e à fretes baratos; imigração laboriosa e moralizada: - tais são os meios, únicos, à nosso ver, próprios para transformar em opulência e bem estar geral os males que sombream o horizonte¹⁴¹

Vê-se aqui um posicionamento característico de um senhor de escravos recalcitrante em todas as direções. Há uma preocupação de cunho econômico expresso na temerosidade da desorganização do trabalho pelo escasseamento da mão-de-obra cativa. Contudo, a preocupação parece não se restringir a uma possível ruína econômica, pois chama a atenção a uma provável “conflagração do país”, que seria o resultado dos planos de “arrojados abolicionistas radicais”. A ameaça que a abolição traria à baila fugia do âmbito exclusivamente econômico, ameaçando abalar o edifício hierárquico senhorial. Na avaliação do autor, qualquer uma das medidas emancipatórias em curso deviam ser vistas com desconfiança. Mesmos com vaticínios tão funestos ao estado de coisas em curso havia uma esperança que poderia impedir a destruição da pátria, qual seja, a importação de mão-de-obra moralizada e laboriosa, medida que deveria ser acompanhada de outras, como melhoramentos na nossa infraestrutura.

¹⁴¹ **A Província de Minas.** Ouro Preto, 04 de dezembro de 1881. APM. p.1.

De maneira geral, ao falar sobre as ações antiescravistas, a imprensa mineira utiliza como *topos* fundamental as demandas da economia. As finanças públicas, o direito de propriedade, a ruína da lavoura são núcleos das argumentações. No entanto, percebe-se que pontilham ruídos dentro dos discursos que fornecem indícios de uma leitura racial do problema da abolição.

De modo geral, as medidas governamentais para por fim à preocupação dos senhores eram bastante saudadas pela imprensa mineira. A disposição do governo aparentemente socorreria a classe senhorial suprindo a lavoura de braços estrangeiros. Chama a atenção, contudo, as políticas públicas formuladas para atingir tal objetivo. Como noticiou o Liberal Mineiro em 28 de junho de 1884:

“[...] o governo deseja dedicar-se como a um dos seus principais empenhos, e ao mesmo tempo recomendará aos agentes diplomáticos e consulares do Império máxima diligência na vulgarização de dados fidedignos acerca do Brasil e das condições que se depararão entre nós ao imigrante laborioso e morigerado, devendo os mesmos agentes não só indicar os meios que lhes parecerem convenientes para atrair imigrantes, mas informar a respeito dos favores que as companhias de navegação julguem necessárias para a compensação do transporte de certo número de imigrantes.

Reconhecendo o governo não poder por si só acudir às necessidades de serviço tão complexo e variado, qual a introdução, agasalho e estabelecimento de forte corrente de imigrantes, deliberou o Sr. Ministro da agricultura recomendar por meio de circular aos presidentes de Província, que busquem associar a esta obra a lavoura e o comércio, examinado até que ponto se prestarão estas classes a auxiliar o vasto projeto,.

É pensamento do governo dividir o país em distritos de imigração, mantendo em cada um hospedaria destinada a agasalho dos recém-chegados e facilitando a aquisição de terras, de maneira que possam estes principiar sem demora a cultura dos lotes. Os presidentes de província terão de informar, ouvindo os interessados se os proprietários de extensos domínios territoriais estão resolvidos a ceder terrenos a imigrantes, e em quais condições poderão concorrer por este modo para o povoamento e utilização dos territórios que em tanta cópia possuímos desaproveitados ou imperfeitamente agricultados.

Além de facilitar a venda de terras públicas a imigrantes, o governo proporá em tempo ao poder legislativo a reforma da lei n.601 de 18 de setembro de 1850, por modo que o processo de aquisição seja simplificado, quanto o possível.¹⁴²

Tamanho esforço do Estado imperial em viabilizar a entrada de trabalhadores estrangeiros surpreende. Em relação aos nacionais jamais houve

¹⁴² **O Liberal Mineiro**. Ouro Preto, 28 de junho de 1884. APM. p.2.

investimento semelhante do Estado em dotá-los de condições como as que se planejava oferecer ao imigrante “laborioso e morigerado”. Projetos como os expostos fizeram parte de um debate nacional entre os que afirmavam ser possível aproveitar o braço nacional e os partidários da imigração. A questão de fundo, como discutiu Célia Maria Marinho, era o sentido racista que impregnava as proposições imigrantistas.¹⁴³

Mesmo que o sentido racista do debate imigrantista fique explícito nos casos em que se contrapõe a mão-de-obra nacional à estrangeira, em alguns momentos é possível notar uma hierarquia de corte racial na proposição daqueles que admitiam uma combinação da força de trabalho do imigrante e do trabalhador nativo. N’A Província de Minas de 24 de julho de 1884 lê-se:

Dissemos que os fazendeiros atuais terão um produto líquido mais considerável empregando para a sua cultura trabalhadores mais ativos, mesmo pagando-os caro. Para demonstrá-lo, tomemos por modelo o arrendamento, essa forma de trabalho considerada na Europa como muito inferior, posto que todo mundo a receita no Brasil; e estudemos sob este ponto de vista a produção de algumas fazendas onde os colonos se acham de há muito instalados, vemos que os cafezeiros que lhes são confiados produzem médias extraordinárias, tanto como também a parte do patrão; se toda a cultura fosse feita por rendeiros ativos seria mais considerável do que o total da antiga colheita dos escravos.
[...]A terra do Brasil melhor tratada, entregue a trabalhadores livres, inteligentes e ativos, é muito fértil, os fatos de São Paulo e de Santa Clara provam-no, para enriquecer ao mesmo tempo, o cultivador e o proprietário; mas o cultivador não virá se o proprietário quiser reservar para si todos os lucros; e o único meio de atrair os trabalhadores livres, estrangeiros ou nacionais, de atraí-los em grande número para substituir por toda parte os negros, consiste em lhes deixar uma parte suficiente, e ainda pelo menos em fazê-los aproveitar do excesso certo da colheita que seu trabalho há de produzir.¹⁴⁴

Nesta passagem se sobressai o fato de que entre os trabalhadores “ativos e inteligentes” encontramos não só estrangeiros, mas “livres nacionais”. Contudo este, como o texto esclarece, não inclui os negros, que aparecem como sinônimo de escravos, reafirmando o câmbio semântico da sociedade escravista em relação ao tema. A rentabilidade do trabalho livre está mais associada ao ânimo e atitude do trabalhador do que propriamente ao regime de trabalho no qual ele desempenha

¹⁴³ MARINHO, Célia Maria. Op. Cit., 2004, p.120.

¹⁴⁴ **A Província de Minas**. Ouro Preto, 24 de julho de 1884. p.3. APM.

suas funções. O mal rendimento da lavoura é devido à “colheita dos escravos” e não propriamente ao sistema que a organiza. O texto exprime um posicionamento que poderíamos qualificar como antiescravista na medida em procura convencer os senhores acerca das vantagens do estabelecimento do trabalho livre, não necessariamente assalariado, como vimos. No entanto, é latente a sensibilidade que resvala na questão racial.

Nem sempre, entretanto, o tema racial esteve presente figurou como pano de fundo das discussões. Em uma discussão veiculada pelo jornal União Postal em 31 de dezembro de 1887 a tentativa de intervir no encaminhamento questão da mão-de-obra para a lavoura não deixa margem de dúvida acerca do sentido racista presente no debate imigrantista. No artigo intitulado *Cartas à sociedade central de imigração* lê-se:

Quais são os povos da Europa ou outros que, pela natureza do seu estado político, religião e costumes, melhor convém para a imigração, e quais as zonas que, por seu clima e mais atributos especiais, melhor se prestam a cada uma dessas nacionalidades?

Resposta

Os portugueses: depois deles os outros da raça latina: depois destes todos os outros da raça caucasea ou branca; depois destes a etíope ou negra africana; depois destes a malaia cor de azeitona, asiática; depois destes a amarela, que compreende os chins e outros povos também da Ásia.¹⁴⁵

Após tão sumária classificação veio a explicação. Segundo o autor, os animais e vegetais de qualquer parte do mundo dependem do clima, que constitui um dos principais elementos do desenvolvimento de cada indivíduo ou espécie, tornando-os dependentes do meio em que vivem ou vegetam. Tendo o Brasil grande extensão territorial, entende o autor que a natureza reservou-nos “todos os elementos de que, em larguíssima escala, ela dispunha; que com eles constituiu os seres orgânicos; tenho por averiguado que, para a colocação do homem, não há país como o nosso.”¹⁴⁶ Sendo, porém, o homem, absolutamente dependente do meio em que vive, isto é, sujeito ao clima ou aos fenômenos meteorológicos locais, quer venha da Europa, da Ásia ou da África, precisa, para a sua aclimação, de um território que tenha as mesmas condições físicas do país em que viveu. Até aqui o autor ainda não esclarece a razão de ter eleito o português como o alvo das

¹⁴⁵ **União Postal**. Ouro Preto, 31 de dezembro de 1887. p.3. APM.

¹⁴⁶ *Idem*.

políticas imigrantista. Na sequência da sua argumentação sua preferência pelo português começa a ser esclarecida:

Há, além disso, predicados diversos nos diferentes indivíduos desta espécie, isto é, da espécie humana, que os tornam, relativamente, inferiores ou superiores, quando considerados entre si, e, por isso, mais apropriados uns do que outros para a satisfação completa das necessidades várias ou múltiplas, ou grandemente complexas, que soem ter os países como os nossos, isto é, novos e extensos; por exemplo, os Estados Unidos e a Austrália, que tem tido necessidade deles e que os tem empregado, com muita vantagem, como máquinas uns, como seres inteligentes outros.¹⁴⁷

Se num primeiro momento a escolha do português não pareceu alinhar-se ao arrazoado determinista que se seguiu, baseado nas determinantes climáticas e meteorológicas, a passagem acima elenca outros critérios que reiteram a preferência pelo imigrante europeu ao contrário do africano. Mesmo não possuindo o clima dos Estados Unidos e tão pouco da Austrália é com estes países que somos comparados, o que distorce a linearidade do raciocínio do determinismo pelo meio uma vez que o ingresso do trabalhador estrangeiro poderia ser fracassado pelas nossas determinantes naturais.

O esquema racial que deveria organizar o recrutamento dos estrangeiros para servirem ao país está lapidarmente expresso na seguinte passagem:

O africano negro é superior ao europeu como máquina: na lavoura da cana e em outros muitos serviços feitos ao sol do verão do Brasil, é inexcedível ou inequiparável.

O asiático não tem os predicados do negro africano, mas é também bom para o trabalho: como elemento barato e como máquina, convém.

O europeu é mais exigente; precisa ter certo trato; é, por sua constituição, mais débil; a falta do confortável é para ele muito sensível; não serve, como o asiático ou como o negro africano, senão na extrema penúria; como estes, ele não resiste às intempéries das estações, às enfermidades locais, à falta de alimentação regular; seu sistema nervoso é muito impressionável e, por isso, mais suscetível; se é de temperamento sanguíneo, é, por isso, mais irascível.

É, porém, o europeu mais inteligente do que o asiático e este mais do que o negro africano.

Tendo-se, por consequência, em atenção às aptidões de cada um povo em vista as favoráveis disposições físicas e meteorológicas das Províncias do Brasil e suas necessidades, pode-se, sem receio de contestação, garantir que de qualquer procedência convém a imigração do homem máquina ou do homem inteligente.

¹⁴⁷ Idem.

Na minha humilde opinião, é sob estes dois pontos de vista que devemos encarar o homem, sem nos importarmos com a sua religiosidade, estado político e costumes. Como livre-pensador e como cosmopolita só vejo um outro homem como se visse um irmão ou um membro da grande família chamada – gênero humano.¹⁴⁸

O nosso livre-pensador está fielmente preso às teorizações raciais do século XIX. Fica esclarecido o porquê de o negro africano figurar na segunda posição da escala dos grupos raciais necessários ao país. Portador de resistência incomum ao trabalho braçal era preferível ao conjunto dos asiáticos, mesmo sendo eles, os asiáticos mais inteligentes que os negros. Mas a necessidade de inteligência seria suprida pelo europeu, que logicamente tinha a atribuição de dirigir a “máquina negra”, assim como argumentou Brasileiro quando fez referência à superior inteligência do homem branco em um texto de 1871¹⁴⁹. O que não fica totalmente claro é a razão da preferência pelo europeu português e latino ao invés do caucasiano.

A avaliação extremamente racializada procura influenciar os caminhos da política de migração. A imprensa sediada em Ouro Preto repercutiu de forma lapidar a preocupação com a composição sócio-racial do Brasil. A proximidade com a abolição definitiva da escravidão formal lançou muitas questões sobre as possibilidades reais de gozo da cidadania não apenas de ex-escravos, mas de afrodescendentes em geral. Na melhor das possibilidades, seriam, de acordo com as representações por esse texto veiculadas, “cidadãos máquinas”.

Um aspecto importante a destacar é a declaração do nosso livre-pensador de que não levantava objeções acerca da religiosidade, do estado político ou dos costumes dos que aqui aportassem, preocupando-se apenas com as contribuições que cada grupo tendia a dar ao país. Então, quais os fundamentos de hierarquização dos “irmãos”, dos membros da grande família chamada “gênero humano”? Era biológico, eram os atributos naturais de cada grupo racial que indicava qual papel a desempenhar na sociedade, posição social definida e legitimada pela ciência. Essa “imparcialidade” poderia nos fazer supor que as questões científicas dos fenômenos da racialização não adentraram o domínio da moral.

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ Ver capítulo II.

Uma pequena nota publicada no jornal *A Província de Minas* em 05 de maio de 1887 sugere algo diverso. O texto dá a entender que a presença do imigrante não era bem vinda apenas na lavoura, que supostamente estava ameaçada pela falta de braços. A “aquisição de trabalhadores e empregados morigerados e competentes” provenientes do estrangeiro serviria não apenas à lavoura e às nascentes indústrias, mas também ao serviço doméstico como “bons criados”.¹⁵⁰ Caso houvesse sucesso das políticas imigrantistas, os lares mineiros, assim como a lavoura, ficariam resguardados da presença dos ex-escravos, afrodescendentes e mestiços nacionais.

O magno problema da extinção da escravidão e a substituição dos braços escravos pela força de trabalho imigrante não fora resolvido favoravelmente na Província de Minas. A julgar pela reclamação publicada no jornal *A União* em 27 de janeiro de 1887, no qual consta que de todos os imigrantes chegados ao Brasil no mês anterior 1.517 seguiram para São Paulo e apenas 94 tiveram Minas como destino, o lavrador mineiro continuaria a dispor da mão-de-obra nacional¹⁵¹.

Em Minas Gerais, a maior zona de atração de estrangeiros foi a Zona da Mata, onde entre o conjunto dos trabalhadores observava-se a presença da população livre, pobre e mestiça nacional ao lado de imigrantes, em sua maioria, italianos. Para o conjunto da Província, o insucesso da imigração deveu-se a uma política amena de incentivo à entrada de imigrantes levada a cabo pelo poder público e pelos fazendeiros de prestígio.¹⁵²

Alforrias e paternalismo

Ao refletirmos acerca do término da escravidão moderna na Afro-América, a experiência norte-americana é invariavelmente evocada como parâmetro comparativo do caso brasileiro. Embora a solução final pertinente a cada caso seja muito distinta, há similaridades notáveis. Como instituição fundamental, a escravidão nos Estados Unidos e no Brasil sobreviveu à conquista da emancipação

¹⁵⁰ *A Província de Minas*. Ouro Preto, 05 de maio de 1887. APM. p.2.

¹⁵¹ *A União*. Ouro Preto, 29 de janeiro de 1887. APM. p.3.

¹⁵² OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Imigração e industrialização**: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920). Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1993.

política. Mesmo que a Revolução Americana e a Independência do Brasil não tenham posto fim ao regime de trabalho forçado, esses eventos modificaram as bases sobre as quais repousavam a legitimidade do cativo. Nos Estados Unidos, o federalismo e o direito de propriedade asseguraram a vigência da instituição. No Brasil, o direito de propriedade dos senhores foi a matriz fundamental que garantiu a sobrevivência do sistema escravista. Desde que a independência fora alcançada medidas foram aventadas para coibir o tráfico africano. A consequência desses atos nos Estados Unidos foi a construção de uma linha imaginária que separava a fronteira da liberdade, tendo Estados “livres” ao norte e os escravistas ao sul. Observou-se recuos expressivos nas taxas de concessões de alforrias no Sul dos Estados Unidos e um processo crescente de racialização, ancorados em argumentos explicitamente antiliberais.¹⁵³

O regime escravista brasileiro contou com expressivas taxas de alforria, quando comparado aos registros verificados no sistema escravista existente nos Estados Unidos, e essas concessões não cessaram após a proibição definitiva do tráfico de escravos. Há estudos que estabelecem os perfis dos libertos, a frequência, as regiões e as dinâmicas econômicas associadas à obtenção da liberdade por essa via. O importa considerar aqui, na conjuntura dos últimos anos do século XIX no Brasil, é o tipo de construção discursiva que aguardava o liberto. A partir disso mais uma vez nos aproximamos da experiência norte-americana, pois nos dois países o padrão foi a imagem do escravo acorrentado, inerte e sem vontade e totalmente submetido ao poder senhorial. Como aponta Célia Maria Marinho, “a imagem do escravo-vítima moldou o que se pode propriamente chamar de dimensão internacional do abolicionismo”¹⁵⁴. Ainda segundo a autora, cada um dos contextos originou uma linguagem abolicionista específica nas quais o escravo negro é caracterizado de uma forma, mesmo que em ambos os discursos é sempre presente a versão iluminista do direito natural.

Os abolicionistas dos Estados Unidos fundamentaram sua defesa predominantemente em motivos religiosos e históricos, enquanto que os brasileiros numa base discursiva secular e científica. Na Declaração dos

¹⁵³ MATTOS, Hebe Maria. *Abolição da escravidão*. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.) **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p.16.

¹⁵⁴ MARINHO, Célia Maria. *Irmão ou inimigo: o escravo no imaginário abolicionista dos Estados Unidos e do Brasil*. **Revista USP**, São Paulo (28): 96-109, dezembro/fevereiro 95/96.

Sentimentos da Sociedade Americana contra a Escravidão composta durante a primeira convenção da organização realizada na Filadélfia em dezembro de 1833, o leitor deveria ser lembrado

de seus deveres em relação ao escravo negro como cristão e como filho-herdeiro da Revolução Americana. Os pais haviam lutado contra a tirania britânica em cumprimento à lei divina de que todos os homens são criados igualmente e dotados de direitos inalienáveis à vida, à liberdade e à busca de felicidade.¹⁵⁵

No Brasil, as razões de ordem religiosa não foram predominantes. Mesmo em Minas Gerais, região marcadamente católica¹⁵⁶, o ideário liberal propagando a produtividade do trabalho livre forneceu um repertório mais expressivo para a campanha abolicionista. Evidentemente, em Minas como em outras partes do Brasil, religiosos alocados nas mais diversas posições da hierarquia eclesiástica compuseram as fileiras abolicionistas, mas o pendão religioso não constituiu o mote das ações. Deus, no discurso abolicionista brasileiro, revestia de compaixão os argumentos seculares o que apetecia as gerações educadas na ordem do padroado, sobretudo, ao se dirigirem a pessoas situadas na base da hierarquia social.¹⁵⁷

Os abolicionistas brasileiros, principiaram sua campanha em uma atmosfera intelectual progressivamente mais secularizada, assumindo em alguns círculos um acentuado anticlericalismo. O cientificismo era mobilizado para demonstrar o erro da escravidão. Como subsídio, o abolicionismo brasileiro não contou com a memória de nenhuma revolução precedente. De modo que

os abolicionistas brasileiros inspiravam-se em exemplos científicos ou em noções liberais herdadas dos filósofos iluministas para projetar uma sociedade harmoniosa, porém tão hierárquica e desigual quanto a cultura monárquica que eles respiravam a cada dia.¹⁵⁸

¹⁵⁵ Idem. p.99.

¹⁵⁶ Essa observação não se refere apenas ao legado português do padroado que marcou fortemente a cultura brasileira, em especial a mineira, mas a uma militância de intelectuais e políticos atuando junto ao clero na construção de um projeto republicano ligado ao catolicismo logo após a queda do Império. Ver: OLIVEIRA, Natiele Rosa de. *A república cristã como ideário político no Brasil: uma análise da atuação católica a partir da correspondência de D. Silvério Gomes Pimenta*. **Revista Nures**, Ano VII, Numero 19, setembro-dezembro de 2011.

¹⁵⁷ MARINHO, Célia Maria. Op. Cit., 95/96, p.100.

¹⁵⁸ Idem.

No entanto, fora dos quadros abolicionistas, o antiescravismo assumido exibiu traços um pouco distintos daquele característico dos bacharéis. Em Minas, esse antiescravismo assumiu uma dimensão pública ao serem publicadas cartas de liberdade na imprensa ouropretana. Eis aqui uma profunda diferença com o contexto norte-americano no momento em que a instituição escravista era posta à prova. Conforme já citado, as alforrias continuaram a acontecer de modo expressivo no Brasil, enquanto que no Sul dos Estados Unidos, o término da escravidão precisou ser precedido por uma Guerra Civil. Interessamo-nos aqui as notas sobre esses atos publicadas na imprensa ouropretana nas últimas décadas do século XIX e procurar delinear a perspectiva de liberdade que se abria aos escravizados. O conjunto dos textos veiculados na imprensa tratando de alforrias tem algo a dizer sobre o processo de racialização no Brasil?

O paternalismo, que marca o ato de alforriar, pode ser pensado como um elemento importante do processo de racialização na medida em que, como ideologia, apoia o processo de estruturação hierárquica da sociedade. A distinção mais nítida entre as visões sociais de mundo racista e paternalista é que a última tem como fundamento da subjugação uma ascendência moral exercida sobre o conjunto dos dependentes e o racismo, como vimos, vale-se de aspectos fenotípicos combinados com a história e a memória da escravidão para submeter todos aqueles que possuem inscrito nos seus corpos sinais da sua descendência africana.

Foram abundantes as notícias de alforrias públicas na imprensa ouropretana nas últimas décadas do século XIX. O aspecto geral invariável destes excertos do jornal é o fato de servirem sempre como um elogio das qualidades dos senhores. Não há como pensar a maneira como a alforria se transforma, com o auxílio da imprensa, em instrumento de propaganda.

[...] Sentimos profundo prazer sempre que temos de consignar atos desta ordem, que muito honram e nobilitam aos que os praticam, máxime, sendo como tributo de gratidão e reconhecimento dado a um amigo: por isso não podemos deixar passar o fato sem render nossos encômios à tão nobre quanto elevada ação.¹⁵⁹

Da cidade do Caeté e a 10 do corrente, nos comunicam a notícia seguinte, que com prazer publicamos por ser mais uma prova

¹⁵⁹ **Noticiador de Minas**, 31 de outubro de 1872. p.3. APM.

brilhante da filantropia e caridade que caracterizaram o nosso distinto amigo Sr. Coronel Luiz Augusto de Figueiredo e Souza, a quem felicitamos por esse motivo.¹⁶⁰

As notas acima expõe um dos objetivos mais importantes almejados com a publicação das alforrias na imprensa, que era o de dar visibilidade à conduta senhorial e angariar prestígio social com tal medida. A despeito dos significados ambivalentes das ações sociais, é possível dizer que a alforria sempre esteve no repertório senhorial no que diz respeito a sua política de domínio e como estratégia de produção de dependentes. Contudo, em períodos mais recuados o caráter privado da alforria aliado ao fato de a escravidão não sofrer significativa condenação pública (excetuando-se, obviamente, a luta dos próprios escravos) aumentava as chances de sucesso das pretensões senhoriais. Entretanto, nas últimas décadas do século XIX, eram visíveis os sinais de fragilidade dessa estratégia de dominação senhorial, pois as ações autônomas dos escravos e a sensibilização que o abolicionismo promoveu na opinião pública politizaram a luta escrava. Portanto, a liberdade deixou de ser uma mera concessão e passou a crescer a noção de que se tratava de um direito, reivindicado inclusive na justiça.¹⁶¹

Publicadas nos jornais, as alforrias auxiliavam a leitura das posições sociais abaladas pela dinâmica das lutas sociais do período. Nesse aspecto, alguns textos trazem de forma detalhada as circunstâncias especiais que motivaram a ação assim como alguns dados biográficos do sujeito que levaria os créditos. Não era incomum também, quando se tratava de concessões individuais, aparecer citado o nome, idade e cor do beneficiário, ausente no caso das alforrias coletivas.

O abolicionismo, ao se generalizar deslocou a questão da escravidão do espaço da intimidade patriarcal e doméstica do senhor, embora permanesse a ela atrelada. Em 1872, Antonio Pereira de Araújo Tavares, em virtude exclusiva da sua “livre vontade” e em “agradecimento ao Exm. Sr. Dr. Joaquim Floriano de Godoy, muito digno presidente desta Província de Minas Gerais”, concedeu liberdade a “Maria, de idade de 4 a 5 anos, parda clara”, e ainda se obrigou “a dar educação à libertada”, como se sua filha fosse.¹⁶²

¹⁶⁰ **A Província de Minas**, 01 de janeiro de 1885. P.2. APM.

¹⁶¹ Ver: CHALHOUB, Sidney. Op. Cit., 1990..

¹⁶² **Noticiador de Minas**, 31 de outubro de 1872. p.3. APM.

A escrava também parda, Ana, de 25 anos obteve sua liberdade “sem condição alguma”, em 1879. O senhor, Dr. Manoel de Aragão Gesterira, “conhecido pelo proverbial e generoso desinteresse com que se presta ao alívio dos sofrimentos da humanidade no exercício da sua nobre profissão de médico”, beneficiou Ana em comemoração pelo aniversário do seu filho Aristides. Pelo ato de “verdadeira caridade cristã”, o Dr. Manoel e sua “virtuosa” esposa foram felicitados.¹⁶³

Não faltavam ocasiões para efetuar a concessão da liberdade:

Da cidade do Caeté e a 10 do corrente, nos comunicam a notícia seguinte, que com prazer publicamos por ser mais uma prova brilhante da filantropia e caridade que caracterizaram o nosso distinto amigo Sr. Coronel Luiz Augusto de Figueiredo e Souza, a quem felicitamos por esse motivo.

Eis a notícia:

‘Comemorando o aniversário natalício de S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro II, a 2 de dezembro do corrente ano, o nosso prestigioso amigo Sr. Coronel Luiz Augusto de Figueiredo e Souza, residente nesta cidade, concedeu, sem ônus algum, carta de liberdade aos seus escravos: - Vitor, com sua mulher Domingas, e Cesário, africano.

Atos destes honram e enobrecem muito a quem os pratica e não podem passar por despercebidos.

E não é esta a primeira vez que os gêneros e magnânimos sentimentos do Sr. Coronel Luiz Augusto se manifestam em favor da infeliz classe escrava; não, já há algum tempo, libertou ele os escravos: - Joaquina, Joanna, Rita, Carolina, Adalina e Manoel.

Dando à isto publicidade tenho por fim render muitas homenagens à tão conspícuo cidadão. P.2.¹⁶⁴

Os atos em benefício da “infeliz classe escrava” motivado pela comemoração do aniversário do Imperador chama especial atenção pela designação africano, qualificando o então ex-escravo Cesário em 1885. Como ainda vigia a lei de 1831, supõe-se a idade avançada do liberto. Ao mesmo tempo, a legalidade do seu cativo segundo as leis do Império é posta em questão. É possível ainda cogitar que a caracterização do liberto como africano seja um artifício para realçar a benevolência senhorial, uma vez que a historiografia destaca que entre os alforriados poucos eram africanos.

A figura do Imperador motivou mais outras concessões de alforria:

¹⁶³ **A Actualidade**. Ouro Preto, 27 de março de 1879. p.9. APM.

¹⁶⁴ **A Província de Minas**. Ouro Preto, 01 de janeiro de 1885. p.2. APM.

Manumissões

Em sinal de regozijo pela visita de suas majestades imperiais à esta capital, o nosso distinto comprovinciano, o Sr. Dr. José Joaquim Fernandes Torres concedeu liberdade sem ônus algum, aos seus escravos Braz e Maria, casados.

As respectivas cartas foram apresentadas pelo Sr. Dr. Torres a S. M. Imperador que dignou entregá-las ontem na Cachoeira ao liberto Braz, que ali se acha.

Consta-nos que pelo mesmo motivo a Exma. Sra. Baronesa de Camargos, demonstrando mais uma vez os sentimentos nobilíssimos que a tornão senhora tão distinta e respeitável, libertou três de seus escravos.

Informam-nos também que, ainda para assinalar a visita Imperial a Ouro Preto, foram libertos mais três escravos: Exm^a. e digna família Magalhães, e dois pelo prestante cidadão o Sr. Coronel José Egydio da Silva Campos.

Todas as cartas de liberdade, segundo nos comunicam, foram entregues aos libertados por Suas Magestades Imperiais.

Actos desta ordem dispensam qualquer elogio.¹⁶⁵

Haviam também as concessões coletivas onde constam, além da alforria, medidas dos senhores para manterem próximos e subordinados econômica e moralmente os libertos estabelecendo condições para o alcance da liberdade definitiva. Em alguns casos, a estratégia parece ter fracasso posto que a abolição realizada pelo Estado acabou surpreendendo os senhores.

Manumissão

À 22 de fevereiro último, no distrito e freguesia do Sr. Bom Jesus do Rio de S. João, faleceu D. Maria Constantina Umbelina de Santo Antônio, com solene testamento, em que deixou livres 22 escravos e confirmou a alforria de 4, já anteriormente concedida; impondo aos menores de 35 anos (por serem mui vadios) o ônus de servirem até essa idade a seu sobrinho, Joaquim Theodoro Gomes, obrigação esta que cessará para duas raparigas no dia em que se casarem. Aos assim beneficiados deixou também um pouco de terreno para nele se arrancharem; ficando encarregado da fiel execução dessas últimas disposições, na qualidade de testamenteiro, o Sr. João Afonso Pereira Chaves.¹⁶⁶

Manumissões

O Jornal do Comércio de anteontem publicou o que se segue e com o maior prazer transcrevemos

‘Os Srs. Honório Lima, fazendeiro na Província de Minas Gerais, e sua mulher, D. Maria Cândida Dias Lima, desejando comemorar, segundo declararam por escritura pública, o primeiro aniversário da nomeação do Sr. Dr. Ignácio Antônio de Assis Martins para o cargo de senador por aquela Província, manumitiram 25 dos seus escravos, 16 do sexo masculino e 9 do sexo feminino, e das idades

¹⁶⁵ **A Província de Minas.** Ouro Preto, 03 de abril de 1881. p.1. APM.

¹⁶⁶ **Diário de Minas.** Ouro Preto, 21 de março de 1876. p.4. APM.

de 16 a 52 anos, mediante a cláusula de serviços por um quinquênio, que se vencerá a 28 de junho de 1890.

Pela mesma escritura, doaram os outorgantes a cada um dos libertos lotes de terras, com 33 metros de testada, onde poderão morar e trabalhar para si aos domingos e dias santificados, bem como no dia 28 de junho, aniversário da escolha do referido senador. Se os libertos procederem bem, o prazo de serviços por cinco anos será reduzido a quatro. Os outorgantes serão obrigados a alimentar e a vestir os libertos, bem como a fornecer-lhes tratamento médico.

No referido instrumento renunciaram os outorgantes ao direito que lhes assiste, por doação testamentária, aos serviços de alguns libertos durante a vida dos mesmos outorgantes, e declaram que todos os seus outros escravos são mencionados na escritura receberão igualmente cartas de alforria a 28 de junho de 1889, se até então procederem de modo regular. Na mesma carta renunciaram os outorgantes aos serviços dos ingênuos maiores de 8 anos de idade para que possam acompanhar as mães libertas.¹⁶⁷

Na década de 1880, o avanço da campanha abolicionista aumentava o prestígio daqueles que praticavam estes atos de alforria. A defesa do regime centenário já não era feita com a mesma tranquilidade das décadas anteriores. Pode-se se dizer que havia um certo constrangimento em manifestar determinadas posturas abertamente escravistas, mesmo que o direito à propriedade privada ainda respaldasse o regime. A faceta mais aparente das cartas de alforrias publicadas nos jornais ouropretanos é o recolhimento das glórias por ter praticado um ato benemérito para com um pobre. Mas a prática da caridade desinteressada tinha a esse tempo uma conotação de drama social em que as práticas tradicionais de controle social já não eram tão eficazes quanto outrora.

Até meados da década de 1860, o ato de alforriar era, em certa medida, um ato solene que requeria muita meditação por se tratar “de uma decisão complexa para os contemporâneos, envolvendo tanto questões de consciência individual quanto percepções e avaliações críticas da sociedade na qual participava.”¹⁶⁸ Esse ato que continha uma carga de drama reconhecida socialmente se banalizou e assumiu uma dimensão explicitamente instrumental, como aparece nos dois excertos a seguir:

Manumissões

A distinta família do distinto coronel Joaquim Camilo Teixeira da Mota, de saudosa memória para todos os mineiros, tem nos

¹⁶⁷ **Liberal Mineiro**. Ouro Preto, 06 de agosto de 1885. p.3. APM.

¹⁶⁸ CHALHOUB, Sidney. Op. Cit., 1990, p.98.

últimos anos e com a mais louvável modéstia, libertado grande número de escravos, à título gratuito e independente de propaganda que ultimamente se desenvolveu no país no sentido abolicionista.

Antes mesmo da lei de 28 de setembro foram muitas as libertações concedidas por membros daquela respeitável família, e depois daquela data memorável, sabemos agora por um amigo que nos escreve de Caeté, município da residência da família Teixeira da Motta, que nos últimos tempos 11 escravos foram beneficiados com a concessão de liberdade sendo 5 pela finada Exma. Sra. D. Maria Josepha Teixeira da Motta, viúva daquele coronel, 2 pelo seu finado filho o talentoso Dr. Pedro Motta, 2 pelo nosso ilustre amigo Sr. João de Vasconcelos T. da Motta, e finalmente mais 2 libertados pelo Sr. José Afonso dos Santos Lima, genro do finado coronel T. da Motta.

Não precisam ser comentados estes atos de filantropia que, tanto maior valor tem, quando é certo que seus generosos autores ocultaram sempre não cogitando jamais que fossem eles publicados.¹⁶⁹

Emancipação

Sabemos que alguns dos mais importantes fazendeiros da Província de Minas vão conceder liberdade aos seus escravos, com a cláusula de prestarem serviços até o fim da colheita deste ano.

Será isso implicitamente a demonstração do apoio que vai receber o gabinete atual numa das províncias que mais escravos possui, e que se fez acreditar durante muito tempo não poder prescindir repentinamente daquele elemento de trabalho. P.1¹⁷⁰

A mudança de tratamento do assunto da alforria sinaliza, segundo Sidney Chalhoub, a falência da política de domínio senhorial, que se baseava no fato de a alforria ser uma prerrogativa exclusiva do senhor. Como visto, acima, ao que parece embora caiba ao senhor a assinatura da carta, já não o fazia sem qualquer pressão externa uma vez que havia mais estímulos de várias ordens que levava o senhor ao ato de alforriar, e isso era cada vez mais explícito nas próprias cartas de alforria. Se a política da alforria nos últimos anos da escravidão pode ser encarada como a cena derradeira da falência da estratégia de dominação centenária dos escravos centrada no controle doméstico da propriedade escrava, a mesma alforria permite pensar numa reformulação do edifício hierárquico.

A leitura diária das cartas de alforria na imprensa estabelecia o caráter, a posição social e o lugar do antigo senhor. Por contraposição definia o papel que

¹⁶⁹ **A Província de Minas.** Ouro Preto, 04 de novembro de 1885. p.2. APM.

¹⁷⁰ **A Província de Minas.** Ouro Preto, 03 de abril de 1888. p.1. APM.

cabia ao antigo morador das senzalas. Embora as experiências dos cativos tenham sido as mais diversificadas possíveis, tendo o escravizado inúmeras ocupações e, em algumas ocasiões, ampla mobilidade, a generalização da publicidade das cartas de alforria na imprensa criava um lugar, estabelecia expectativas, plasmava uma representação de todos os que traziam inscritos no corpo as memórias da escravidão, independentemente da situação em que esse afrodescendente tenha experimentado antes da abolição formal em 1888. Enquanto ruína a hegemonia senhorial ancorada institucionalmente no artigo 179 do parágrafo 22 da Constituição do Império, aquele ao qual recorriam os senhores para assegurar a posse dos seus escravos, gestava-se um novo ordenamento social, menos pessoal do que os laços de sujeição da escravidão, mas imbuído de um corte racial manifesto na aparência física.

Há uma crônica publicada por Machado de Assis em 1888 que faz pilhéria com a sisudez, hipocrisia e mesquinhez senhorial diante a abolição da escravidão. Na crônica, um senhor, buscando preservar sua autoridade frente à interferência do Estado nas relações entre ele e seu escravo decide antecipar-se à lei que decretaria a abolição da escravidão, e alforria Pancrácio, um escravo de mais ou menos 18 anos. A ironia e o efeito cômico presente na crônica é o fato de que após receber a liberdade, Pancrácio continua amargando o mesmo trato da sua antiga situação, marcando uma continuidade entre a liberdade e a escravidão. A abolição seria uma espécie de não evento, incapaz de alterar o estado de injustiça e opressão dos ex-escravos. Apreende-se que a pretensão da classe senhorial, no momento em que perdeu o Estado como fiador da propriedade cativa, era refazer, de preferência com menor dispêndio possível, a dominação sobre os libertos. O recurso do qual fizeram uso, a alforria, era uma prerrogativa senhorial, na tentativa de garantir a ascendência moral sobre os ex-escravos. Na crônica de Machado assim se sucedeu, as pretensões do dono de Pancrácio tiveram sucesso. Segundo a narração do senhor, Pancrácio, ao ter sua liberdade declarada:

entrou na sala, como um furacão, e veio abraçar-me os pés. Um dos meus amigos (creio que é ainda meu sobrinho) pegou de outra taça, e pediu à ilustre assembleia que correspondesse ao ato que acabava de publicar, brindando ao primeiro dos cariocas. Ouvi cabisbaixo; fiz outro discurso agradecendo, e entreguei a carta ao molecote. Todos os lenços comovidos apanharam as lágrimas de admiração. Caí na cadeira e não vi mais nada. De noite, recebi

muitos cartões. Creio que estão pintando meu retrato, e suponho que a óleo.¹⁷¹

A atitude de Pancrácio descrita acima era apenas o preâmbulo do que viria na sua vida: salário baixo, pontapés, petelecos, puxões de orelha. Pancrácio longe de se insubordinar recebia o tratamento “humildemente” e “até alegre”, na avaliação do senhor, o narrador. Machado apresenta uma leitura bastante pessimista da importância da abolição para o cotidiano das relações sociais, indicando que tudo continuaria da mesma forma. Contudo, essa é apenas uma das leituras possíveis do seu escrito, como observou Sidney Chalhoub. Para o autor, Machado dispôs nessa crônica avaliações argutas sobre as transformações sociais pelas quais passava a sociedade escravista, com forte presença das descontinuidades e rupturas que o evento da abolição encerrava.¹⁷²

A criação literária de Machado interessa-nos aqui para assinalar uma certa gramática senhorial sobre a maneira que encontrou para conduzir o processo de abolição e o conjunto de temas discursivos que marcam esse modo de operar. Uma nota sobre alforria publicada no jornal *A Província de Minas* em 1887 possui uma estrutura bastante similar à criação machadiana:

Manumissão

O nosso estimado amigo e dedicado correligionário, residente em Entre-Rios, Revm. Padre José Nunes Cardoso de Resende festejou no dia 19 o santo de seu nome, Patriarca São José, concedendo carta de liberdade a seu único escravo, de nome Adão, crioulo robusto de idade de 25 anos.

Foi uma cena tocante.

Depois de celebrar o sacrifício da Missa o jovem sacerdote, chamando o libertando abraçou-o e deu-lhe a carta; este chorando de prazer caiu prostrado abraçando os joelhos do seu benfeitor.

À tarde o liberto, que é cozinheiro do padre, aprontou um bom jantar para o qual convidou diversas pessoas, sendo uma modesta festa, em que se entrelaçaram os mais belos e enternecedores episódios. P.1¹⁷³

Vê-se que extraindo a qualidade literária e os efeitos cômicos oriundos da consciência senhorial que Machado dá-nos a ver, o texto acima em tudo se assemelha com aquele que contém a história do molecote de mais ou menos 18

¹⁷¹ ASSIS, Machado de. **Crônicas escolhidas**. São Paulo: Editora Ática, 1994. p.53.

¹⁷² CHALHOUB, Sidney. Op. Cit., 1990, p.95-102.

¹⁷³ **A Província de Minas**. Ouro Preto, 03 de abril de 1887. p.1. APM.

anos. As ações do crioulo Adão antecipam de forma caricata o comportamento de Pancrácio.

Agrupamos esses fragmentos com o intuito de acentuar a investida senhorial de reconstruir a hierarquia social ameaçada com o encaminhamento da abolição da escravidão. O saldo desse processo foi vincular de maneira mais clara a aparência física com o lugar social. Os textos, os modos de fala, vão sendo permeados mais claramente pela percepção racial que estrutura a sociedade. As cartas de alforria contém elementos importantes, que são fatos do fenômeno da racialização, na medida em que são textos que durante décadas ajudaram a construir uma desigualdade entre os cidadãos, entre aqueles que seriam os benfeitores, beneméritos, distintos, honrosos, louváveis, respeitáveis, venerandos, humanitários e ilustres cidadãos e os demais, pardos, crioulos, africanos.

Muito já foi dito sobre o ato de alforriar praticado pelos senhores. A ideologia da alforria funcionou como um importante mecanismo de controle social, levando escravizados a ajustarem seu comportamento com o fito de convencerem seus senhores a concederem a tão almejada liberdade. O que aqui buscamos foi explorar a miríade de sentidos sociais que esse ato assumiu no contexto da desagregação do regime de trabalho escravo.

As notícias sobre alforria foi importante instrumento para avaliar a natureza dos atos que estamos a investigar. Seu aparecimento nos jornais denota a busca de notoriedade e reconhecimento dos senhores. Ao serem publicadas nos jornais, passou a exercer o poder de replicar ações similares, com valores e lógicas semelhantes. Como consta em uma notícia sobre alforria: “registrando belos atos desta ordem a imprensa cumpre um duplo dever: prestar homenagem aqueles que os praticam e estimular pelo nobre exemplo a desejável imitação”¹⁷⁴.

Os discursos apresentam a mesma estrutura, não sendo sua forma e conteúdos meros palavrórios piegas e dissimulado dos senhores, embora também seja isso, conforme afirmou Chalhoub em relação ao jurista, político e emancipacionista Perdigão Malheiro¹⁷⁵. Esses discursos passam a compor uma linguagem na onde se verifica valores, símbolos, representações e acontecimentos

¹⁷⁴ **A Província de Minas**. Ouro Preto, 17 de maio de 1883. p.1. APM.

¹⁷⁵ CHALHOUB, Sidney. Op. Cit., 1990, p.98.

que viabilizam as ações sociais, as discursivas, os chamados *atos de fala*¹⁷⁶ e as extralinguísticas como apontou Koselleck. Por isso, sustentamos que não é apenas cinismo e dissimulação que carregam essas cartas. Verificando os registros nos jornais, percebe-se que existiu uma *forma* que exerceu força de norma para lidar com o problema da concessão da liberdade.

Sabemos que o paternalismo escravista era organizado por uma estrutura discursiva plasmada ao sabor das relações verticais de dependência, e pelos laços de subordinação. Embora as situações de dependência fossem extremamente variáveis, sobretudo, no contexto da escravidão urbana nos fins do século XIX, a maneira que cada senhor recorreu ao recurso da alforria não exprimia essas especificidades. Daí a importância de se pensar na força normativa desses enunciados, que mais do que propaganda estavam a criar disposições para a ação social.

O modelo, evidentemente, não era neutro e comportava uma visão social de mundo, que conforme tentamos esclarecer estava pontuada por uma percepção racial do ordenamento social. Os principais conteúdos do discurso da alforria centravam-se na ideia de que o escravo tinha servido de modo satisfatório seu senhor que lhe premiava, por isso, com a liberdade. Posteriormente, a necessidade de contrapartida dos bons serviços foram desaparecendo, demonstrando que a luta social se acirrava, e o atestado de boa conduta deixou de ser enunciado com tanta frequência.

Uma das mensagens possíveis dessas cartas é a de que o projeto de moralização do bárbaro que fora cristianizado e endireitado pelas agruras do cativo havia sido concluído e aquele que ora “ganha” a liberdade é quem já aprendeu qual é o seu lugar. De modo que, está incluso na linguagem o fato de que aquele que ganha a liberdade não adquire igualdade. Deixa o cativo porque já aprendeu a bem servir.

É comum no Brasil dizermos que o negro foi deixado à própria sorte após a abolição para aludir a um projeto de exclusão social implementado depois da abolição. Ignora-se nessa versão que o horizonte ideológico inscrito em um dos modos mais populares pelos quais escravos tornaram-se libertos nesse período

¹⁷⁶ Segundo Pocock, os atos de fala consistem na enunciação, nas ações discursivas que precisam ser analisadas a partir de seus contextos, iluminando-os, pois as linguagens também possuem história. POCOCK, John G. A. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003. p.36.

não previa equiparação social. O que vemos aqui é que, de fato, esteve aberta a possibilidade de dissolver os antagonismos entre cidadania (liberdade e igualdade), trabalho forçado ou compulsório e a existência estrutural dos laços de dependência verticais. No entanto, a noções de cidadania dominante verificada na linguagem foi a de uma cidadania negra, uma cidadania contingente, uma cidadania matizada, plasmada pelo edifício de dominação característico do universo escravista senhorial.

O sentido social da alforria empregado pelo cativo era, como demonstrou Chalhoub, a possibilidade de “viver sobre si”, expressão por ele encontrada nas muitas ações de liberdade pesquisadas. O discurso da alforria pregava o contrário do movimento e aspiração dos escravos, e por certo ajudou a obstruir o encaminhamento dos projetos mais inclusivos.

Cabe-nos ainda apresentar um dos desdobramentos que o aspectos linguístico da racialização, por sua própria natureza, comportou. Em 1882, na cidade de Campanha, no sul de Minas o jornal Colombo, folha de tendência republicana da cidade, noticiou que um grupo de escravos da cidade de Bragança na Província de São Paulo havia criado um Clube para aperfeiçoar sua instrução. Para tanto, o chamado “Club Litterário” solicitou por meio de uma circular o apoio da imprensa pedindo que as folhas lhe remetessem seus exemplares. Os diretores do Club assim se expressaram na circular:

Ilmo. Sr.

Aviltados por sua objeta condição, eliminados do seio da humanidade e equiparados aos mais ínfimos animais, nós, os escravos, somos a mancha negra do nome brasileiro. Sem pátria e sem liberdade, somos párias errantes em uma terra que não é nossa, somos renegados de uma civilização, que não nos olha.

Para reerguermos moral e intelectualmente de tão misera condição, pensamos que a instrução é o único meio possível. Tal é o motivo da fundação do Club Litterario dos Escravos em Bragança. Colhemos resultados com os inauditos esforços empregados nas horas de descanso, que nos sobram no duro trabalho cotidiano? O futuro mostrará que não é vã nossa dedicação; e que o trabalho insano de hoje será amanhã um lenitivo para as misérias de uma vida, que nunca teve sóis nem auroras. Temos fé e temos coragem. Virá breve o dia, em que o progresso, como o Jehovah hebraico, fará luz neste caos infame, onde não há moral nem direito.

A instrução é um preventivo necessário para os males sociais, que podem resultar da emancipação. Por ela preparamo-nos para a liberdade. É por isso que ousamos nos dirigir aos amigos do

progresso, da liberdade e da pátria, solicitando seu apoio para esta associação, enviando-lhe seu conceituado jornal.
E desde já nos confessamos profundamente gratos.
Presidente, o escravo Mathias Henrique da Silva
Secretario, o escravo Faustino da Silva Piva¹⁷⁷

Malgrado as hipérboles, vê-se que a passagem contém todas as representações que sobre os negros e escravos circulavam na imprensa. E aqui reitero a importância de se pensar no fenômeno da racialização em sua manifestação linguística, pois quando tratamos de uma linguagem os membros de uma dada formação social recorrem a ela sempre que precisam passar por determinados assuntos. Neste caso, percebe-se que a identidade de grupo social dominado e vitimizado é inequívoca. Mesmo letrados, participando de círculos de leitura, os escravos Mathias e Faustino fazem uso da percepção social que os senhores construíram sobre eles. No entanto, é preciso destacar o contraditório da linguagem, pois a valer-se da linguagem da racialização tal como ela se encontrava formatada, os escravos valiam-se de um expediente de um modo pragmático buscando deixar claro que percebiam o código que organizava as hierarquias podendo assim conquistar seu objetivo mais imediato, que era o material para apoiar seus estudos. Era o jogo que o paternalismo escravista impunha no formato da linguagem da racialização utilizada pelos escravos.

Há um aspecto ainda mais gritante que é preciso destacar, e ainda se refere a forma com que os escravos apresentaram sua petição. Mesmo para o gosto empolado da escrita oitocentista, o texto dos escravos apresenta uma consistência de fazer corar de inveja até mesmo editor. Talvez tenha sido esta razão de ter ele dado o seguinte título à notícia: “escravos pernósticos”. Ironicamente, colocou como preâmbulo da carta dos escravos a seguinte observação:

“Por nossa parte satisfazemos de bom grado o pedido e achamos muito louváveis os intuitos dessas pobres vítimas de todas as opressões sociais; mas o que achamos também, ao lermos a circular que nos dirigem, é que os escravos de Bragança são um tanto pernósticos.”¹⁷⁸

Os escravos haviam alcançado seu objetivo, porém a ação empreendida pode ser considerada um *ato de fala*. A *performance* executada na linguagem estava demasiado sofisticada e em profunda contradição com a caracterização que os

¹⁷⁷ Colombo. Campanha, 08 de fevereiro de 1882. p. 3-4. APM.

¹⁷⁸ Idem. p.3. APM.

próprios escravos fizeram de si mesmos, o que causou a estranheza do editor. Percebe-se que mesmo no seio de uma linguagem absolutamente adversa há espaço para agir, promovendo uma performance e dobrando a linguagem a objetivos extralinguísticos. O que, a nosso ver, distingue a forma como a mesma linguagem é posta em funcionamento por cada grupo social é a visão social de mundo que a informa.

Um outro órgão de imprensa também permite explorar um pouco mais o contraditório da linguagem, evidenciando que embora a linguagem seja empregada para realização de determinados propósitos, a própria linguagem revela as fissuras desse empreendimento. Uma das folhas abolicionistas de Ouro Preto, o Diabinho publicou no dia 19 de maio várias matérias sobre a abolição, algumas em tom de denúncia e outras irônicas e debochadas.

Os editores celebraram a abolição, mas ressentiram-se do fato de outros jornais já terem dado a notícia, jornais estes escravistas como a Província de Minas e União. Enfurecidos os redatores dispararam: “Eles que ainda ontem empunhavam o azorrague escravista são hoje abolicionistas confessos”¹⁷⁹. Apesar da bronca, os editores estavam otimistas em torno das perspectivas dos tempos que se iniciavam. Passado o pesadelo da escravidão, já podia o país marchar livremente. Os abolicionistas do Diabinho concluem afirmando que os beneficiados com a liberdade teriam, em sinal de agradecimento, cumprirem elevados compromissos.

Aos novos cidadãos, aos infelizes de ontem por quem se dependeu tamanha soma de sacrifícios a fim de possuírem uma nacionalidade livre, cabe à parte mais árdua dessa tarefa ingente, mas gloriosa para eles principalmente, que devem pagar em amor e dedicação a pátria esse sacrifício em consequência do qual somos iguais perante a lei.”¹⁸⁰

A igualdade é paradoxal, uma vez que foi anunciada como um atributo que embora estivesse à altura “deles”, “eles” precisavam honrá-la, “pagar em amor e dedicação”. A advertência contém claros sinais da tutela que os partidários da emancipação acreditavam poder exercer sobre os escravos. Depois da longuíssima existência da escravidão, os libertos, agora cidadãos, eram chamados a “indenizar” a pátria pela soma dos seus sacrifícios despendidos, eis a perversa inversão das

¹⁷⁹ **Diabinho**. Ouro Preto, 19 de maio de 1888. p.1. APM.

¹⁸⁰ Idem. p.3.

posições. Ou seja, a “igualdade” era um presente que deve ser retribuído. Os libertos são iguais, mas devem corresponder a essa igualdade. São iguais, mas não tão iguais quanto “nós”. No entanto, a enunciação dessa obrigação já indica que ela poderia vir a não ocorrer.

Em uma coluna do mesmo jornal, em tom satírico, consta uma tirinha com os seguintes dizeres:

“Rosnam por aí:
... que o Pharol não mandou ao seu correspondente nesta capital a *preta dos pasteis*, por lhe comunicar que aqui se fazia a *encomendação* do escravagismo.
... que um ilustre apoplético no dia 13 teve a petulância de lavrar carta de liberdade a uma infeliz escravizada;
... que ela não aceitou o presente de gregos e ele chamou-a – *ingrata!*
... que ela apostrofada ficou indignada e disse: - ingrata sinhô moço non possideba ossea mea e... deixou-o sem o almoço –
...que o Patriarca ao ler os telegramas e boletins chamou o Vietas e o Pedro Baptista e fez o moleque Vicente declarar verbalmente: ‘Vicente declara aqui em presença dos senhores que você há muito que não é cativo e que eu te dei terras no morro de Santa Quitéria para plantares uma rocinha de milho’. – É tudo verdade o que nhô-nhô ta falando, ancês pode crê porque hoje tá falando verdade pela primeira vez.”¹⁸¹ P.4

O alvo das tirinhas era os senhores renitentes que já derrotados quando da lei procuram a todo modo resguardar sua autoridade utilizando a ascendência senhorial já desgastada pelos acontecimentos. O humor é dado pelo fato de que senhores agem imaginando controlar as circunstâncias ao mesmo tempo que são atropelados por elas e veem suas determinações soarem como ridículas. Os editores abolicionistas do Diabinho deram vazão para a tensão e período de incertezas que o evento da abolição abriu, com libertos recusando-se a se curvarem os mandos e desmandos dos antigos senhores. É a marca da liberdade. Na cena em que a escrava recusou a concessão de liberdade dado pelo senhor no dia 13 de maio, afirmando-se livre diante a medida do Estado, quando chamada de ingrata, a escrava reagiu e deixou seu ex-senhor sem almoço. Essa passagem guarda uma semelhança estrutural com uma poesia encontrada por Hebe Mattos no jornal fluminense Correio de Cantagalo:

‘Fui ver pretos na cidade
Que quisessem se alugar.

¹⁸¹ Idem. p.4.

Falei com essa humildade,
Negros, querem trabalhar?
Olharam-me de soslaio
e um deles, feio, cambaio
Respondeu-me arfando o peito:
-Negro não há mais não
Nós tudo hoje é cidadão,
o branco que vá p'ro eito'¹⁸²

Nesta passagem, como assinalou a autora, a palavra “negro” aparece como sinônimo de escravo e “cidadão” de livre. O ex-senhor desiludido tenta recrutar mão-de-obra e ao se referir aos trabalhadores como ‘negros’ deixou claro que sua pretensão era de que as relações de trabalho escravo permanecessem inalteradas após a abolição. No entanto, nem a “infeliz escravizada”, nem o “negro feio e cambaio” aceitaram manterem-se trabalhando sob as mesmas condições em que viveram durante a escravidão. O negro agricultor mandou o branco ir para o “eito” e a negra cozinheira mandou o senhor à cozinha. Esses fragmentos que apareceram na imprensa da época demonstram abertamente, a despeito dos suportes nos quais estão, a crise do controle social dos senhores e a possibilidade manifesta de mudanças na maneira como se organizava a hierarquia.

Contudo, é importante salientar que no caso das piadas publicadas no jornal mineiro o Diabinho, tratava-se de zombar dos últimos escravistas mostrando que o estado de coisas que sancionava seu mando já não existia mais. Mostrar que as estratégias de controle não eram mais eficazes não equivale a evidenciar uma expectativa de igualdade real na sociedade.

A desigualdade real não é questionada, e, formalmente, a fala dos escravos é grafada erroneamente e pouco elaborada. Os textos mencionam ex-escravos afirmando sua liberdade, mas ao mesmo tempo, evidencia que o fato de estarem livres dos caprichos escravocratas não queria dizer que estivessem a altura da cidadania. Essa suspeita é baseada na *forma* caricata como são grafadas as falas dos “negros”. No nosso entender, após a conquista da liberdade (que os jornais da época consideraram concessão) teriam que se ajustar a uma estrutura de subordinação. Mesmo em momentos em que os textos permitem que vislumbremos o desarranjo que a estrutura social vinha sofrendo, a linguagem da

¹⁸² MATTOS, Hebe Maria. Op. Cit., 1995. p.323.

racialização está presente, pois é possível visualizar claramente as desigualdades que organizariam o convívio social, marcadas pela conotação racial, colocando de um lado os cidadãos brancos e do outro a grande variedade de quase-cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos dito que racialização é o processo que estabeleceu paulatinamente um vínculo naturalizante e essencializado entre subalternidade e aparência física no Brasil, processo esse vinculado ao desmonte da instituição escravista, em que negro foi sinônimo de escravo. O contexto político e social brasileiro assistiu a entrada dos jovens da chamada geração de 1870 na disputa política contra a combatida elite saquarema. Os métodos de militância da geração de 1870 romperam com as formas de fazer política até então consagradas. Mas essa descontinuidade não significou uma diminuição das distâncias sociais em relação aos grupos populares. No nosso entender, as práticas políticas inéditas da geração de 1870 mantiveram relação íntima com o fenômeno da racialização.

Mesmo não compondo um grupo homogêneo, a geração de 1870 formou uma “comunidade de experiência”, cuja inteligibilidade é encontrada na sua “*marginalização política*”, ou seja, a baixa capacidade da ordem saquarema de absorver nas suas instâncias de poder os membros desse grupo. Angela Alonso afirma que sua estrutura de poder, com seu círculo de valores, símbolos, instituições, etc, acrescido da falta de acesso aos recursos disponíveis para publicizar o descontentamento com a situação serviu como plataforma comum ao amplo espectro político-intelectual na crítica reformadora ao *status quo*. Como argumenta Alonso, o modo como foi desenvolvida a crítica, em suma, a sua *forma* pode ser atribuída a experiência partilhada pelo grupo que “inicialmente procurou os meios canônicos de exprimir demandas no Império: a publicação de obras de interpretação da conjuntura, o ingresso nos partidos, a redação de panfletos e manifestos.”¹⁸³ Como malogrou nesta rota, “começaram atividades paralelas para a auto-expressão de suas teses fora do mundo estamental. Fundaram sociedades, clubes e pequenos jornais. Organizaram eventos, efemérides, intervenções públicas, comícios, banquetes, recitais, passeatas, viagens de propaganda.”¹⁸⁴

O teor radical da contestação da geração de 1870 mede-se pela distância que as posturas mantêm em relação à tradição imperial. Portanto, o impulso reformista que pautou a mudança de regime e a constituição de uma nova ordem

¹⁸³ Idem. p.38.

¹⁸⁴ Idem. p.264.

política jamais se desapegou da preservação da ordem e seus códigos hierárquicos. Mesmo desafiando, às vezes de modo brusco, a concepção de nação e Estado saquarema, “os grupos contestadores visavam obter reformas estruturais sem quebra violenta da ordem institucional, sob o comando de uma nova elite.”¹⁸⁵ Em relação a esse traço elitista verificado na aspiração de controlar e disciplinar as reformas, argumenta, Alonso “mantiveram continuidade com a tradição imperial”¹⁸⁶.

Como procuramos mostrar aqui, a desagregação da ordem escravocrata não aboliu a enorme engenhosidade em forjar mecanismos de estratificação social sob o patrocínio de critérios aristocráticos. A trajetória do país rumo à modernização foi ambígua e repleta de tensões. As novidades tecnológicas, as instituições científicas e as novas idéias deixaram eufóricas as elites urbanas que almejavam um patamar civilizacional que lhes equiparassem a Paris ou Londres. O resultado da nossa marcha em direção à civilização foi a *aristocratização da vida urbana* sob a influência dos paradigmas europeus que “indicava a criação de espaço urbano para as elites, afastando a presença deselegante da pobreza”¹⁸⁷. Citando Gilberto Freyre, José Murilo de Carvalho diz que o requinte e a sofisticação da moda e do comportamento “teria sido uma reação à abolição da escravidão, um modo de marcar a distância entre pobres e ricos, entre pretos e brancos, agora que a escravidão não mais os separava.”¹⁸⁸ É nesse sentido que os resultados dos esforços para proteger os códigos clássicos de distinção social foi “a construção da cor como elemento de desigualdade”¹⁸⁹.

Acreditamos ser possível ampliar a percepção sobre o elitismo que a geração de 1870 herda da tradição saquarema e lega para a vida republicana. Pensando que a ideia de raça operou de forma paradigmática sustentando uma alteridade das elites políticas e econômicas em relação às classes subalternas, em especial os negros no Brasil. Traços culturais, comportamentos, idéias e práticas fora da galeria de admiração das classes dominantes acabaram sendo debitado na

¹⁸⁵ Idem. p.324.

¹⁸⁶ Idem.

¹⁸⁷ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. **Teatro de Sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.121.

¹⁸⁸ Idem.

¹⁸⁹ CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Apresentação*. In: ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. Op. cit., 2009. p.14.

fatura da nossa composição sócio-racial. A própria definição de um país mestiço, por mais variadas que sejam os sinais atribuídos a esse perfil parece encontrar solução no paradigma da raça.

A compreensão que tentamos erigir do que tenha sido a racialização em Minas não é a única e exclusiva “consequência da então chamada transição para o trabalho livre” ou da adoção tardia da “lógica da produção e do mercado”. O processo não se enquadrar num esquema binário de causa/consequência. Como procurarei demonstrar a racialização comporta realidades multiformes, mas dentro de uma unidade.

Wlamyra de Albuquerque, ao considerar os fatos e episódios que marcaram o processo de extinção da escravidão na Bahia também se deparou com uma crescente racialização das relações sociais. De modo que, na segunda metade do século XIX, sob as influências de um ideário cientificista iniciou-se um processo de explicação das desigualdades sociais a partir da cor da pele. A autora verificou que durante as crises da monarquia e do paternalismo escravista estavam sendo gestados, não sem disputa, diversos sentidos sociais e políticos para a população de cor. Segundo ela,

nas últimas décadas do século XIX, geralmente de maneira velada, práticas baseadas na ideia de raça foram se fazendo notar nos debates jurídicos, nas decisões políticas, na construção de memórias e símbolos da escravidão, nos prognósticos e planos para o futuro da nação¹⁹⁰

Até mesmo muitas figuras célebres do movimento abolicionista utilizaram argumentos racializados e contribuíram na construção histórica da ideia de raça, delineando uma imagem dos negros como moralmente embrutecidos e com parca consciência¹⁹¹. Essas máximas reiteradas concorreram para edificar uma representação social em que inúmeros adjetivos depreciativos foram colados nos homens de cor.

Como vimos, encontramos em Bernardo Guimarães uma percepção racial das relações sociais bastante organizada. O romancista e abolicionista mineiro, utilizou como mote da sua crítica à escravidão um exercício de imaginação através de uma situação onde uma exceção social teria lugar, uma pessoa branca

¹⁹⁰ALBUQUERQUE, Wlamyra R. Op. cit., 2009. p.34.

¹⁹¹ Idem. p. 183-194.

escravizada em luta contra os desafios que a escravidão impunha. Mas, Isaura era uma escrava branca, uma “bela e nobre figura” de tez tão alva quanto o “marfim”, acrescida de uma nuance delicada “que não sabereis dizer se é leve palidez ou cor-de-rosa desmaiada”. Isaura, formosa tinha “cor linda”, e ninguém poderia sequer suspeitar que em tuas veias existisse sangue africano.

Isaura, a bela escrava de pele alva era uma quimera. Não era a realidade do cativo que estava sendo retratada. A questão da escravidão é bastante metafórica, já que a escravização de Isaura se resume às peripécias que sofre até poder escolher seu parceiro amoroso. No romance, a aparência física dos personagens escravos é associada de maneira direta à personalidade, uma vez que a “mais vil das negras” é, quase que necessariamente, bruta e disforme, enquanto a escrava branca vive angustiada por ter recebido de Deus uma aparência que não se coaduna com o cativo.

A denúncia contida no romance de Bernardo Guimarães era parte do empreendimento modernizador que marcou a sociedade oitocentista. Em *Ouro Preto*, como em outras partes do Império, avançar no sentido da civilização impunha de um lado a superação dos entraves relacionados a precariedade das condições físicas e higiênicas da cidade, de outro havia o problema da sua população “imprevidente, pobre ou ignorante”. Somado ao problema da escravidão, eram esses os itens da agenda política da capital Mineira, agenda que pode ser encontrada no programa de reformas da geração de 1870.

Os jornais eram a arena onde os debates e posicionamentos políticos aconteciam visando o encaminhamento da agenda pública. Em uma dessas manifestações flagramos o Brasileiro, um missivista antiescravista, historiando a existência da escravidão entre nós. Em sua avaliação, o trabalho do africano havia esgotado seu potencial em uma conjuntura que as condições primitivas de exploração do Brasil requeriam uma mão de obra bruta sob supervisão da “superior inteligência do homem branco”. Uma vez satisfeita essa demanda histórica, o trabalho escravo não tinha mais razão de ser. Insistir no cativo era incompatível com as necessidades de desenvolvimento. No entanto, era necessário, para executar a reforma do regime de trabalho, observar com cuidado os interesses envolvidos, os dos senhores. O desenvolvimento econômico e social não poderia atropelar a cobiça e ambição dos proprietários. A avaliação era de que a

reforma imediata era impraticável. Era necessário, portanto, protelá-la, sempre reverenciando o jugo senhorial.

A postura antiescravista do redator do artigo conjuga-se a uma forte percepção hierarquizada dos grupos humanos justificada por uma teoria evolucionista da história. Na ideia de modernização contida na defesa da implementação do trabalho livre entre nós estava inclusa uma hierarquia de raças. A ideologia liberal de valorização do trabalho livre e assalariado não vislumbrava a possibilidade de progresso no aproveitamento da mão de obra negra uma vez que ela havia esgotado sua tarefa histórica na construção nacional. Os afrodescendentes haviam sido agentes de desenvolvimento do passado e não teria espaço no futuro. Esses deveriam se acomodar às margens, no tempo e no espaço.

No que diz respeito à escravidão, essa começa a ganhar uma justificativa que extrapola o direito de propriedade apenas, embora ele seja frequentemente acionado. Na medida em que o número de pessoas simpáticas à instituição escravista decresce e a Abolição imediata começa ganhar adeptos, outras justificativas que preveem um controle sobre os futuros cidadãos parecem ganhar mais espaço.

Em alguns momentos foi possível acompanhar antiescravistas condenando a escravidão, mas não ficava claro as representações que possuíam acerca dos escravos ou mesmo da presença dos afrodescendentes entre nós. Por vezes, verificamos a existência de um trânsito de sentido que oscilava entre uma identidade amoral atribuída aos escravos “negros selvagens” e uma suposta deformação inerente ao sistema de trabalho. Em suma, nessas críticas não era tarefa simples detectar qual era o fator que irradiava as deformações sociais, a instituição escravidão ou seus agentes.

No entanto, foi possível perceber que o cortejo de mazelas resultantes da instituição escravista parece ter sido depositado apenas sobre os ombros dos escravos. Não houve estigma de ex-senhor corrompido pela imoralidade da posse depravada de um homem, ao passo que as memórias da escravidão marcaram o destino de todos os que foram escravizados e seus descendentes.

Se a falência do sistema escravista era notória nas últimas décadas do século XIX, houve tentativas de controlar a militância abolicionista através dos campos discursivos em que o tema poderia entrar em pauta. Conforme

apresentamos, um editor julgou inapropriada a ação abolicionista sob a *forma* de um poema. As reservas do editor foram tamanhas que, mesmo sendo o poema intitulado *Escravidão*, ele teceu seus comentários sem utilizar a palavra escravo.

Estabeleceu-se um jogo cifrado cuja disputa era o interlocutor potencial do poemeto. Inferimos que na avaliação do editor a potencialidade daquela forma se realizaria quando encontrasse os ouvidos dos escravos. Seu comentário era, ao contrário, endereçado àqueles que mesmo cientes das demandas humanitárias daquele tempo para com os “irmãos cativos”, não partilhavam das ansiedades utópicas de algumas alas abolicionistas. Um dado interessante que torna visível esses posicionamentos linguísticos é o fato de o editor não apenas evitar o uso da palavra escravo, assim como não se dirigir a eles.

No lugar da palavra escravo preferiu eufemismos como “classes cujos destinos todos deploramos em termos convenientes” e os “restos de população infeliz”. Ficava claro aos leitores com quem se queria tratar e de quem se tratava, os convocados a agir e os que seriam objeto das ações.

Por outro lado, ficamos sem saber o conteúdo do poemeto elogiado pelo editor, uma vez que mesmo tendo sido considerado uma bela peça literária, não foi publicado. Entre o esmero artístico da composição e suas consequências incendiárias para a questão da abolição, o editor optou precaver-se da segunda. A opção dele sugere cautela ao abordarmos a ideia de autonomia dos campos artísticos e linguísticos, uma vez que, pelo menos naquela circunstância, esses campos devem ser examinados tendo em vista suas interações com as questões sociais.

A avaliação extremamente racializada das relações sociais esteve presente nos debates sobre a política de migração da Província. A imprensa sediada em Ouro Preto repercutiu de forma lapidar a preocupação com a composição sócio-racial do Brasil. A proximidade com a abolição definitiva da escravidão formal lançou muitas questões sobre as possibilidades reais de gozo da cidadania não apenas de ex-escravos, mas de afrodescendentes em geral.

Na política de alforria encontramos os elementos fundamentais na construção de uma linguagem da racialização. A leitura diária das cartas de alforria na imprensa estabelecia o caráter, a posição social e o lugar do antigo senhor. Por contraposição definia o papel que cabia ao antigo morador das senzalas. A

generalização da publicidade das cartas de alforria na imprensa criava um lugar, estabelecia expectativas, plasmava uma representação de todos os que traziam inscritos no corpo as memórias da escravidão, independentemente da situação que tenham experimentado antes da abolição formal em 1888.

Enquanto ruía a hegemonia senhorial ancorada institucionalmente no artigo 179 do parágrafo 22 da Constituição do Império, aquele ao qual recorriam os senhores para assegurarem a posse dos seus escravos, gestava-se um novo ordenamento social, menos pessoal do que os laços de sujeição da escravidão, mas imbuído de um corte racial manifesto na aparência física.

Sabemos que o paternalismo escravista era organizado por uma estrutura discursiva plasmada ao sabor das relações verticais de dependência, e pelos laços de subordinação. Embora as situações de dependência fossem extremamente variáveis, sobretudo, no contexto da escravidão urbana nos fins do século XIX, a maneira que cada senhor recorreu ao recurso da alforria não exprimia essas especificidades. Daí a importância de se pensar na força normativa desses enunciados, que mais do que propaganda estavam a criar disposições para a ação social.

O modelo, evidentemente, não era neutro e comportava uma visão social de mundo, que conforme tentamos esclarecer, estava pontuada por uma percepção racial do ordenamento social. Os principais conteúdos do discurso da alforria centravam-se na ideia de que o escravo tinha servido de modo satisfatório seu senhor que lhe premiava, por isso, com a liberdade. Posteriormente, a necessidade de contrapartida dos bons serviços foram desaparecendo, demonstrando que a luta social se acirrava, e o atestado de boa conduta deixou de ser enunciado com tanta frequência.

Uma das mensagens possíveis dessas cartas era a de que o projeto de moralização do bárbaro que fora cristianizado e endireitado pelas agruras do cativo havia sido concluído e aquele que ora “ganha” a liberdade é quem já aprendeu qual é o seu lugar. De modo que, está incluso na linguagem o fato de que aquele que ganha a liberdade não adquire igualdade. Deixa o cativo porque já aprendeu a bem servir.

É possível reconhecer que esteve aberta a possibilidade de dissolver os antagonismos entre cidadania (liberdade e igualdade), trabalho forçado ou

compulsório e a existência estrutural dos laços de dependência verticais. No entanto, a noções de cidadania dominante verificada na linguagem foi a de uma cidadania negra, uma cidadania contingente, uma cidadania matizada, plasmada pelo edifício de dominação característico do universo escravista senhorial.

A linguagem da racialização, como ideologia, não era uma fala exclusiva dos senhores. Como linguagem estava disponível para todos os grupos sociais, a despeito das contradições, aparentes ou reais, que seu uso significava. Por isso vimos os escravos Mathias e Faustino externalizando uma representação de si mesmos como dominados e vítimas. O caso é curioso já que letrados, participando de círculos de leitura, os referidos escravos fizeram uso da percepção social que os senhores construíram deles. A construção da linguagem da racialização permitiu que as características fenotípicas assumissem a função de índice de atributos comportamentais.

O entendimento da racialização a partir da sua feição linguística aqui esboçada poderá ser produtivo para desfazer algumas dicotomias que inviabilizam o entendimento de algumas práticas, vistas como contraditórias ou ambíguas. No nosso caso, o posicionamento que exprimiu o Brasileiro declarando sua postura filantrópica e humanitária, se aproximando assim do ideário reformista e cientificista que caracterizam a geração de 1870, ao mesmo tempo que revela uma profunda marca de preconceito em relação aos beneficiários diretos das medidas que propõe pode ser visto como o uso que fez da linguagem e o uso que a linguagem fez de seus operadores, assinalando sua autonomia relativa.

Pensando no uso da linguagem da racialização, é preciso destacar as manifestações das contradições que ela carregava. Percebemos que ao empregarem a linguagem da racialização tal como ela se encontrava formatada, os escravos valeram-se astuciosamente visando uma conquista pragmática. Os escravos Mathias e Justino, buscando deixar claro que percebiam o código que organizava as hierarquias, puderam conquistar seu objetivo imediato, que era o que os editores de jornais remetessem exemplares para o Clube Literário dos escravos para apoiar seus estudos, utilizando a visão social de mundo que lhes era adversa e contra seus próprios dominadores. Era o jogo que o paternalismo escravista impunha no formato da linguagem da racialização utilizada pelos

escravos. Essas contradições estão presentes também na forma como os escravos apresentaram sua petição.

Por último, verificamos que o conteúdo da igualdade que os escravos alcançaram através da Abolição formal era paradoxal, segundo apreende-se de um jornal abolicionista de Ouro Preto. Quando do anúncio da Abolição, os abolicionistas do Diabinho advertiram que embora essa benesse que os escravos ora recebiam estivesse à altura “deles”, “eles” precisavam honrá-la, “pagar em amor e dedicação”. O aviso contém claros sinais da tutela que os partidários da emancipação acreditavam poder exercer sobre os escravos.

Depois da longuíssima existência da escravidão, os libertos, agora cidadãos, eram chamados a “indenizar” a pátria pela soma dos seus sacrifícios despendidos, eis a perversa inversão das posições. Ou seja, a “igualdade” era um presente que deveria ser retribuído. Os libertos eram iguais, mas deveriam corresponder a essa igualdade. Eram iguais, mas não tão iguais quanto “nós”. No entanto, a enunciação dessa obrigação já indica que ela poderia vir a não ocorrer, indicando as contradições sociais.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. “Esperanças de Boaventuras: Construções da África e Africanismos na Bahia (1887 – 1910)”. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 24, nº 2, 2002, PP. 215-245.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional, São Paulo, Companhia das Letras, 1997. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, pp. 396-417.

ALMEIDA, Fernanda Mouttinho. **E depois do Treze de Maio?** Conflitos e expectativas dos últimos libertos de Juiz de Fora (1888-1900). Dissertação de mestrado: História, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2003.

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento**. A geração de 1870 na crise do Brasil- Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDREWS, George R. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Trad. Magda Lopes. São Paulo/ Bauru: Edusc, 1998.

ASSIS, Machado de. **Crônicas escolhidas**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. **Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites – Século XIX**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. **Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)**. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. “*Quem precisa de São Nabuco?*” In: **Estudos Afro-asiáticos**, vol.23 no.1. Rio de Janeiro: Janeiro/Junho, 2001.

_____. *Irmão ou inimigo: o escravo no imaginário abolicionista dos Estados Unidos e do Brasil*. **Revista USP**, São Paulo (28): 96-109, dezembro/fevereiro 95/96.

AZEVEDO, Elciene. **O direito dos escravos: lutas e abolicionismo na Província de São Paulo na segunda metade do século XIX**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2003.

_____. **Orfeu de carapinha**. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 1999.

BACELAR, Jefferson. **A Hierarquia das Raças**: Negros e Brancos em Salva dor. Rio de Janeiro: Pallás, 2001.

BAKOS, Margareth Marchiori. *Repensando o processo abolicionista sul-riograndense*. In: **Estudos Ibero-Americanos**. XVI(2), 1988, pp.117-138.

BARICKMAN, Bert. *Até a Véspera*: o Trabalho Escravo e a Produção de Açúcar nos Engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881), **Afro-Ásia**, 21-22 (1998-1999),

BASTIDE, R. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1983.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1955.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora da UNB, 1998.

CALLARI, Cláudia Regina. "Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à Construção de Tiradentes". **Rev. bras. Hist.** v.21 n.40, São Paulo, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. **Teatro de Sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **A Escola de Minas de Ouro Preto**: O peso da glória. 2 ed. rev. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2002.

_____. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

_____. *A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais*. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991, p. 100-111.

_____. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. *Solidariedade e Liberdade*: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da e Gomes, Flávio dos Santos. (Org.). **Quase-cidadão**: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

_____. **Machado de Assis**: historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **Visões da Liberdade.** Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Trabalho, lar e botequim.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. **Além da escravidão:** investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedade pós-emancipação. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e História do Brasil.** São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

COSTA. Emília Viotti da. **A abolição.** 8ª Ed.. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

_____. **Da senzala à colônia.** 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. **Da Monarquia à República:** Momentos Decisivos. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1979.

COSTA, Wilma Peres. **A espada Dâmocles:** o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: Editora Hucitec; Editora da Unicamp, 1996.

COTA, Luiz Gustavo Santos. **O Sagrado Direito da Liberdade:** escravidão, liberdade e abolicionismo em Ouro Preto e Mariana (1871 a 1888). Dissertação de mestrado apresentada ao PPGH da UFJF. Juiz de Fora, 2007.

_____. *A Dádiva da Liberdade:* um ensaio sobre a prática antiescravista em Mariana nos últimos anos da escravidão. In: **Caminhos da História** - Revista do Programa de Mestrado em História da Universidade Severino Sombra, Vassouras, RJ, v. 1, 2005.

_____. *O abolicionismo das Minas:* um estudo comparado do movimento abolicionista nas cidades de Ouro Preto e Juiz de Fora nas últimas décadas da escravidão. In: **Anais do II Simpósio Escravidão e Mestiçagem.** Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/escravidao/>

CUNHA, Manoela Carneiro da. **Negros Estrangeiros.** Os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo, Brasiliense, 1985.

DAIBERT JÚNIOR, Robert. *Entre o trono e o altar:* o Terceiro Reinado e o abolicionismo católico na redenção dos cativos. In: RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza; VELLASCO, Ivan de Andrade; TORRES, Moisés Romanazzi; FERRETTI, Danilo José Zioni. **Anais Eletrônicos do XV Encontro Regional de História** –

Seção de Minas Gerais da Associação Nacional de História (ANPUH-MG). São João del Rei, 10 a 15 de julho de 2006.

DANTAS, Beatriz Góis. **Vovó nagô e papai branco**. Usos e abusos da África no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DANTAS, Carolina Viana. **Brasil “café com leite”**: história, folclore, mestiçagem e identidade nacional em periódicos (Rio de Janeiro,1903-1914)

_____. *O Brasil café com leite*. Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na primeira república. **Revista Tempo**, nº 26, jan. de 2009.

DAVIS, David Brion. **O problema da escravidão na cultura ocidental**. Tradução de Wanda Caldeira Brant. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DOMINGOS, Petrônio. **Uma história não contada**: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo. Editora Senac, 2003.

DUQUE-ESTRADA, Osório. **A Abolição**. Brasília: Senado Federal, Edições do Senado Federal, v.39, 2005.

FAQUIN, Giovanni Stroppa. **“Políticos da nova raça”**: o Jardim da Infância e a experiência do poder na Primeira República. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: 2007.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. 1. São Paulo. Editora Ática, 1978.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Desafricanizar as ruas*: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em salvador, 1890-1937. Afro- Ásia, nº 21, 1998/1999. p. 239-256.

FONER, Eric. **Nada além da Liberdade**: a emancipação e seu legado, Trad. de Luís Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *O Significado da Liberdade*. **Revista Brasileira de História**, 8 (1988).

FONSECA, Luis Anselmo. **A escravidão, o clero e o abolicionismo**. Recife: Massanga, 1988.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *A Inconfidência Mineira e Tiradentes vistos pela Imprensa*: a vitalização dos mitos (1930-1960). **Rev. Bras. Hist.** v.22 n.44 São Paulo 2002

FRAGA FILHO, Walter Silva. **Encruzilhadas da liberdade**: histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910. 2004. Tese de Doutorado em História. Campinas: FCH/Unicamp, 2004.

_____. *Histórias e Reminiscências da Morte de um Senhor de Engenho no Recôncavo*, **Afro-Ásia**, 24, (2000).

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1992

FRY, Peter et alii. *Negros e Brancos no Carnaval da Velha República*. In: REIS, J. J. (org.), **Escravidão e invenção da liberdade**. Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1998. pp. 232-263.

FURTADO, João Pinto. *Verbetes Inconfidência Mineira*. Disponível on line em: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/verbeteinconfidenciamineira.pdf>.

GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOMES, Flávio dos Santos. *Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX*. In: REIS, J. J. (org.). **Escravidão e invenção da liberdade**. Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1998.

GOMES, Flávio dos Santos. *No meio das águas turvas (Racismo e Cidadania no Alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte – 1888-1889)*, **Estudos Afro-Asiáticos**, 21(1991), pp. 75-96.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *Algumas Perspectivas da Historiografia sobre Minas Gerais nos Séculos XVIII e XIX*. In: **Termo de Mariana**: história e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, pp. 13-26.

GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros**. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebolças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Interpretação e Direito Natural: Análise do Tratado de Direito Natural de Thomaz Antonio Gonzaga*. In: **Revista de História Regional**. Vol.2 – n.º1. Verão, 1997.

_____. **Liberata**. A lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

GUIMARÃES, Carlos Magno. *Mineração, quilombos e palmares*. In: **Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp.139-163.

GUIMARÃES, Bernardo. **A escrava Isaura**. [1ª ed. 1875]. São Paulo: Editora Três, 1973.

GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOLT, Thomas C. *A essência do contrato: a articulação de raça, gênero e economia na política de emancipação britânica (1838-1866)*. **Estudos Afro-Asiáticos**, CEAA, nº 28, p.9-30, out. 1995.

IANNI, Octávio. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

IANNI, Octávio. **As metamorfoses do escravo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962

IGLÉSIAS, Francisco. **Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1958.

JOSÉ, Oíliam. **A abolição em Minas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.

JUKEVICS, Vera Irene. *As irmandades negras: "lócus" da religiosidade popular*. **Revista Tecnologia e Sociedade**. Curitiba, nº 2, 1º semestre de 2006.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro. Editora PUC Rio/Contraponto, 2006.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A Transformação do Trabalho: A passagem para o trabalho livre na Zona da Mata mineira, 1870 - 1920**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

LIMA, Lana Lage da Gama. **Rebeldia Negra e Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

LINEBAUGH, Peter. *Todas as montanhas atlânticas estremeceram*. In: **Revista Brasileira de História**, nº 6, 7-46, set., 1983.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista.** Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LÖWY, Michel. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen:** marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 9ª Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico:** os movimentos sociais na década da abolição. 2ª edição revista. Rio de Janeiro: Editor UFRJ, EDUSP, 2010.

MAIO, Marcos Chor. *O Brasil no concerto das nações:* a luta contra o racismo nos primórdios da UNESCO. **História, Ciência. Saúde-Manguinhos.** Vol. 5, n.2, Rio de Janeiro, jul/out. 1998.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *O direito de ser africano livre:* os escravos e as interpretações da lei de 1831. In: LARA, Silvia Hunold & MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org.). **Direitos e justiça no Brasil:** ensaios de história social. Campinas: Editora Unicamp, 2006, pp.129-160.

MANTOVANI, André Luiz. **Melhorar para não mudar:** ferrovia, intervenções urbanas e seu impacto social em Ouro Preto-MG, 1885-1897. Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

MATA, Iacy M. . *Os “Treze de Maio”:* conflitos envolvendo libertos na Bahia pós-Abolição. In: **XXIII Simpósio Nacional de História:** Guerra e Paz, 2005, Londrina. Anais Suplementar. Londrina : ANPUH, 2005.

MATTOS, Hebe; Maria & RIOS, Anna Maria Lugão. **Memórias do cativo:** família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Marcas da escravidão:** biografia, racialização e memória do cativo na história do Brasil. Tese (Titular) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2004.

_____. “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”. In: **Topoi**, v.5, n. 8, jan.-jun. 2004, p.170-198.

_____. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

_____. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, séc. XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MATTOS, Ilmar R. **O tempo Saquarema.** São Paulo: Hucitec, 1987.

MENDONÇA, Joseli M. N. **Entre as mãos e os anéis:** a Lei dos Sexagenários e os caminhos da Abolição no Brasil. Campinas: Editora Unicamp; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

_____. **Cenas da Abolição**: escravos e senhores no parlamento e na justiça. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MONTEIRO, Norma de Góis (Org.). **Dicionário Biográfico de Minas Gerais**. Período Republicano, 1889/1991. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 1994, 2v.

MORAES, Evaristo de. **A campanha abolicionista (1879 - 1888)**. 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

NATAL, Caion Meneguello. **Ouro Preto**: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGH da UNICAMP, 2007.

NEDER, Gizlene (coord.). Os estudos sobre a escravidão e as relações entre a História e o Direito. In: **Tempo**, Vol. 3 – n.º6, Dezembro de 1998.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca**: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: Edusp, 1998.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortês. **O liberto, seu mundo e os outros — Salvador, 1790-1890**. São Paulo, Corrupio, 1988.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Imigração e industrialização**: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920). Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1993.

OLIVEIRA, Natiele Rosa de. *A república cristã como ideário político no Brasil*: uma análise da atuação católica a partir da correspondência de D. Silvério Gomes Pimenta. **Revista Nures**, Ano VII, Numero 19, setembro-dezembro de 2011.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade**: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **Gilberto Freire**: um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

PAPALI, Maria Aparecida. **Escravos, libertos e órfãos**: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895). São Paulo: Annablume, Fapesp, 2003.

PARREIRA, Nilce Rodrigues. **Comércio de homens em Ouro Preto no século XIX**. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1990.

PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da casa imperial**: juriconsultos, escravidão e a lei de 1871. Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001.

PESSANHA, Andréa Santos da Silva. **O Paiz e Gazeta Nacional**: Imprensa republicana e abolição. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

_____. **Da abolição da escravatura à abolição da miséria**: a vida e as idéias de André Rebouças. 1. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

PIERSON, D. **Branços e pretos na Bahia**: estudo do contato racial. São Paulo: Nacional, 1942.

POCOCK, John G. A. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003.

QUEIRÓS, Suely R. Reis de. **A abolição da escravidão**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

QUERINO, Manoel. **O colono preto como fator da civilização brasileira**. Salvador: Imprensa Oficial, 1918.

REIS, Liana Maria. **Escravos e abolicionismo na imprensa mineira - 1850/88**. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1993.

REIS, J. J. *De olho no canto*: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. **Afro-Ásia**, n^o 24, 2000, pp. 199-242.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. *Para além das senzalas*: camponato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-Abolição. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da e Gomes, Flávio dos Santos. (Org.). **Quase-cidadão**: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

ROCHA, Antônio Penalves. *Idéias antiescravistas da Ilustração na sociedade escravista brasileira*. In: **Revista Brasileira de História**. Vol.20 n.39 São Paulo, 2000.

ROQUE, Rita de Cássia Menezes. **“Os Bandeirantes dos Tempos Modernos”**: A Escola de Minas de Ouro Preto e o bloco no poder em Minas Gerais (1889-1945). Dissertação de mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1999.

SANTOS, Cláudia Andrade dos. *Projetos sociais abolicionistas*: ruptura ou continuísmo? In: REIS FILHO, Daniel Aarão (organizador). **Intelectuais, história e política**: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **Dom Oba II D'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor.** São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

SCOTT, Rebecca J. **Emancipação escrava em Cuba.** Trad. Maria Lúcia Lamounier. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

SEIGEL, Micol; GOMES, Tiago Melo. *Sabina das Laranjas: gênero, raça nação na trajetória de um símbolo popular.* **Rev. bras. Hist.** v.22 n.43 São Paulo 2002.

SILVA, Lúcia H. O. **Construindo uma nova vida: migrantes paulistas afro-descendentes na cidade do Rio de Janeiro no pós-abolição (1888-1926).** Campinas, IFCH-Unicamp, 2001.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.** Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1976.

SLENES, Robert W. *Os múltiplos porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no Século XIX.* In: **Estudos Econômicos.** São Paulo, V.18, nº 3, 1988, p.449-495.

SLENES, Robert W. *O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX.* In: **Estudos Econômicos.** São Paulo: n. 13(1), 1983. pp.117-149.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *Da flor da gente à Guarda Negra: os Capoeiras na Política Imperial,* **Estudos Afro-Asiático,** 24(1993), pp. 61-81.

SOUZA, Sonia Maria de. **Terra, família e solidariedade: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920).** Bauru. EDUSC, 2007.

TRINDADE, Alexandro Dantas. **André Rebouças: da Engenharia Civil à Engenharia Social.** Tese do doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2004.

VAINFAS, Ronaldo (dir.) **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889).** Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VASCONCELOS, Diogo de. **História Antiga de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geares, 1904.

VEIGA, José Pedro Xavier da. **Efemérides Mineiras (1664-1897)**. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1897.

VELLASCO, Ivan de Andrade. **As seduções da ordem**: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século 19. São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2004.

VENANCIO, Renato P. (Org.). **Panfletos abolicionistas**: o 13 de maio em versos. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 2007.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *A capital controversa*. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: APM/Roxia. Ano XLIII, nº. 2. Julho-Dezembro de 2007.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Os nomes da liberdade**. Ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição. São Leopoldo: Oikos, 2008.

WIRTH, John. **O fiel da balança**: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937. trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ZUBARAN, Maria Angélica. *A invenção branca da liberdade negra*: memória social da abolição em Porto Alegre. **Revista de História e Estudos Culturais**, vol. 6, Ano VI, nº3, julho/agosto/setembro de 2009.